Mariano Pina

Numero 1 | 3 de maio de 1890

42587

14/k/24

BIBLIOTHECA PORTUGUEZ DE LEITURA DO Rio de Janeiro

O ESPECTRO

POR

MARIANO PINA

Vejo muita nuvem negra
Que tempestade annuncia:
Ponha-se o Throno de capa,
Que já o vento assobia...

Correio da Manhã, director M. Pinheiro Chagas. (12 de fevereiro de 89.)

E o Throno e o Governo, apavorados com as *nuvens negras* que o sr. Pinheiro Chagas já enxergava ha um anno no bem conhecido «horisonte politico», trataram de seguir os sabios conselhos de S. Ex.ª — e pozeram-se de capa...

Mas de que modo?... Estrangulando a Liberdade!...

E como a Liberdade n'um Estado livre — até mesmo n'essa coisa a que se chama o Estado livre do Congo — se manifesta pela palavra fallada e pela palavra escripta, o governo do sr. Serpa, para melhor *se pôr de capa*, mandou que a partir do dia 8

de abril de 90 nenhum portuguez fallasse e nenhum portuguez escrevesse—a não ser para cantar lôas ao actual ministerio.

Será bom dizer que este sr. Serpa a quem alludo, nunca foi chefe de policia do czar, nem carrasco honorario do rei de Dahomé—o que podia servir-lhe agora de circumstancia attenuante.

É S. Ex.ª apenas—hoje mascarado de tyranno—o mesmo sr. *Antonio de Serpa* que, em 1850, com Herculano, Garrett, Casal Ribeiro, Latino Coelho, José Estevão, Rebello da Silva, Sampaio e outros illustres liberaes, protestava contra uma lei tão absolutista, arrogante e insolente, como é a actual.

Quem diria ao vêl-o tão bem mascarado de *victima* em 50, que o haviam de vêr em 90 tão bem caracterisado d'*algoz*?...

Que dirá a estas horas com os seus botões de ouro na sua casaca azul, o sr. Casal Ribeiro?...

Oh! o comediante!...

* * *

A Liberdade é hoje o espectro do Throno e do sr. Serpa... E como o governo tem a peito supprimir os espectros que ponham o paiz em desaccordo com as opiniões (?) e as ideias (??) dos ministros—vamos dar-lhe todos os sabbados um **Espectro**... apesar do desgosto que semelhante resolução irá causar a este diabo feito frade, mais burocraticamente conhecido pelo nome de conselheiro Arroyo—o conselheiro Arrôcho da situação!

Porque o lado comico da lei contra a imprensa,

é vêl-a assignada pelo ex-orpheonista e ex-republicano João Arroyo—o mesmo loiro mancebo que em 81, em Madrid, representando a academia de Coimbra no centenario de Calderon de la Barca, conjunctamente com Eduardo d'Abreu e Ramos, berrava contra os jornalistas portuguezes que haviam saudado com a bandeira azul e branca S. M. Affonso XII, rei de Hespanha.

Como os tempos mudam, ou antes, como os homens mudam em pouco tempo!

Ha nove annos, João Arroyo, famoso pela sua eloquencia democratica, collaborador republicano da *Folha Nova*, futuro cortador de cabeças coroadas, organisador de orpheons, philarmonicas e outros *sol-e-dós* coimbrões—descia a meu lado pela Castellana, encorporado no cortejo civico em honra de Calderon. E vendo Emilio Castelar a uma janella, desentranhava-se em berros como um possesso, e em gestos como um epileptico, dando vivas a Castelar—porque lhe não era permittido pela policia madrilena dar vivas á Republica!

Quando o cortejo civivo desfilou em frente do palacio do Oriente, Affonso XII e a sua côrte estavam ao balcão. Os jornalistas estrangeiros, que empunhavam as bandeiras dos seus respectivos paizes, praticaram um acto de cortezia, saudando com essas bandeiras o monarcha hespanhol.

E João Arroyo, á noite, nos cafés de Madrid, berrando e gesticulando, condemnava diante dos republicanos hespanhoes, com grande abundancia de *nomes feios*, o bom e mallogrado Eduardo Coelho e outros jornalistas, por um acto de pura delicadeza, por terem saudado com a nossa bandeira o Chefe do Estado em cujo paiz eramos recebidos.

* * *

Nove annos são passados. E Arroyo, o loiro republicano de 81 — que tambem era apostolo da mesma *federação academica peninsular* que hoje condemna por intermedio das suas folhas... — é hoje *conselheiro*, o que não é crime, e *ministro d'um rei*, o que não é vergonha.

Mas o que é... extraordinario, é vêr um rapaz que ao nosso lado andou prégando Republica, que se soube aproveitar da ingenuidade popular e da podridão politica que por ahi lavra, para ser successivamente Deputado e Ministro, vir dizer no dia 8 de abril de 90 ao seu paiz:

— «Fica sabendo que te retiro a liberdade de fallar e de escrever. Não me convém que tenhas ideias, e ainda menos que as dês á luz... Quem manda sou eu! E como disponho da policia, da guarda-municipal e das cadeias, é obedecer e calar! Senão... enxovia te valha!...»

E a imprensa tem de obedecer e de se calar?...

Alto lá, menino Arroyo!

* * *

Alto lá!...

Podem o sr. Arroyo, mais o sr. Hintze, mais o sr. Lopo, dispôr da policia e outros animaes malfazejos, das cadeias e outras latrinas do Estado; podem conservar-se em dictadura o tempo que quize-

rem; póde um parlamento, cuja maioria é a expressão, não da soberania, mas dá batota nacional, dar-lhe quantos votos de confiança quizer, porque para esses fedorentos misteres é que ella foi feita maioria por obra e graça de Hintze, de Lopo e de Arroyo; podem esses patuscos inventar quantas arbitrariedades quizerem—que nunca se lhes ha de obedecer! que nunca ficaremos calados!

Que figurões! Chegarem a pensar por um momento que podiam mandar fazer com as nossas liberdades—capachos e escarradores para os seus ministerios!

Ora os pandegos!...

*
* *

Então porque tres estadistas—dos que se encontram em todos os bazares politicos da Europa a tres por um vintem—querem merecer a confiança do Rei á força de lhe *injectarem* sustos (syśtema Urbino de Freitas) com o espectro da Republica, esses tres inquisidores de papelão e gêsso hão de vir insultar-nos, escarrar-nos na face uma lei propria para gatunos e rufiões,—porque passamos o nosso tempo sonhando Liberdades, e pedindo aos governantes mais Justiça e menos Corrupção?...

Alto lá!... que não se supprime assim, por uma phantasia inquisitorial do sr. Lopo, por um falso principio de auctoridade do sr. Hintze, pelo remorso do sr. Arroyo de ter sido republicano;—que não se supprime assim o unico patrimonio moral que nos deixaram nossos avós, e pelo que se bateram ao lado de D. Pedro IV...

Deus do ceu! Que será de nós, que já somos tão miseraveis, graças aos famosos tratados que os avós do sr. D. Carlos I celebraram com os inglezes, —que será de nós, quando o governo nos espoliar d'esta derradeira fortuna que consiste em uma pessoa dizer o que pensa, em familia — á familia portugueza?!...

E uma pessoa dizer o que pensa sobre o modo como são dirigidos os negocios do seu paiz, é por acaso uma offensa ao Rei?...

Que quiz então dizer o visconde d'Almeida Garrett a pag. 132 do seu livro *Da educação:*

—«Um Rei de Portugal está na posse de ouvir a verdade, e os portuguezes de lh'a fallarmos»?—

E se o paiz protesta energicamente contra as leis de 8 d'abril, não faz mais do que seguir á risca a maxima do sr. Pinheiro Chagas, conselheiro d'Estado e jornalista do governo, e que se lê a pag. 151 da sua *Historia alegre de Portugal:*

—«Um povo é como uma pessoa — quando o querem pisar aos pés, defende-se com unhas e dentes!»

Ora o gabinete em dictadura, o que quer dizer — *em pleno abuso da força armada* — resolveu pisar aos pés todo o jornalista que não lêsse pelos evangelhos da *Gazeta de Portugal* e do *Diario Illustrado.*

E eu jornalista, em nome da Liberdade e da Justiça, sentindo-me espesinhado por essa lei e pelo ar fanfarrão com que o ministerio m'a impõe, venho hoje para o campo de batalha por conselho do sr. Pinheiro Chagas—para me defender *com unhas e dentes* contra o insulto recebido!

* * *

Se, para defender a liberdade de pensamento, d'imprensa e de reunião, todas as liberdades que distinguem o Homem da Bêsta, é preciso que os portuguezes entrem hoje em guerra contra as instituições vigentes—aqui estou prompto a declarar-me *republicano!*

Porque nunca reconhecerei a uma monarchia, por mais constitucional que finja ser, o direito de pôr uma corrente ao pé da Liberdade, e de lhe dizer:

—«Pódes ir até acolá, mas mais além não pódes ir!»

Esse direito concedo-lh'o, para que essa Monarchia o empregue com os seus papagaios.

Com a Liberdade é que não!

* * *

Se hoje no meu paiz o ser-se *liberal* passou a ser um perigo e um crime, e a palavra a ser synonymo de *republicano,* isto é, de adversario da Monarchia —sinto devéras causar esta arrelia a Dona Monarchia, mas estarei sempre com os Republicanos pela defeza das liberdades patrias!

Portugal dividiu-se agora—graças á esperteza politica do sr. Lopo Vaz—em dois grupos distinctos, inconfundiveis: d'um lado os *amigos* da Liberdade; do outro os seus *inimigos.*

Que Sua Magestade lh'o agradeça!...

Com os *amigos* da Liberdade está todo o paiz—toda a nação que pensa, que trabalha, que soffre... que soffre com as miserias internas e com os insultos que recebeu do inglez!

Com os *inimigos* está a maioria parlamentar eleita á força da pressão official, das transferencias, das demissões, das promessas d'empregos e de negocios, de toda essa onda de corrupção e fézes eleitoraes, que não se póde descrever para não termos que vomitar!

Com os *inimigos* está ainda a policia de chanfalho em punho, e mais o terror das prisões abertas, onde os herejes e os infieis serão entregues pelo sr. Lopo á vingança dos persevejos e das pulgas, que os malandros por lá deixaram...

N'estas circumstancias a victoria é facil de prevêr—a victoria é certa. É uma questão de tempo. É o sr. Pinheiro Chagas, vestido d'anjo d'exterminio, quem vae á frente das nossas tropas, dando-nos coragem, incitando-nos ao combate, cantando-nos aos ouvidos, com a sua crystallina voz de primeiro tenor de S. Bento:

—*Eia! sus! meus rapazes! Um povo é como uma pessoa. Quando o querem pisar aos pés, defende-se com unhas e dentes!...*

E as tropas assim incitadas, vão correndo, vão correndo, entoando a *Marselheza*...

Obrigado, mestre, obrigado!...

* * *

Imaginar que o systema monarchico-constitucional, que desde o reinado de D. Maria II rege a nação portugueza, é um systema perfeito, infallivel, *definitivo*, sob o ponto de vista da Justiça e da Liberdade, sem necessitar toques e retoques, conservando-se indefinidamente no *statu quo*—é um absurdo, é um erro, é mais do que um erro... é um perigo, tanto para o systema em si, como para a nação que o soffre.

De nossos dias, os *pares electivos* e a representação das *minorias*, innovações liberaes que ninguem ousaria sonhar em 1826, são a prova de que o systema tem fatalmente de se modificar, de se transformar—de *progredir*.

Estas modificações nunca foram feitas, nem nunca se fazem, nem por vontade e livre arbitrio do Rei, nem dos governos.

Fazem-se por imposição da Nação. E o Rei e os governos submettem-se á vontade do Povo.

É talvez duro de ouvir—mas é a verdade!

Uma Constituição é como um casaco que o Povo diz ao real Algibebe que faça mais justo, mais largo, mais curto ou mais comprido, de fazenda azul e branca ou de fazenda encarnada, conforme o Povo acha mais ao seu gosto—porque é o Povo quem paga!

Já alguem viu algum alfaiate impôr ao freguez um casaco que o freguez não póde vestir, ou por apertado, ou por muito largo?...

Assim é com as Constituições.

* * *

O systema de relojoaria politica que satisfez plenamente ao ideal e ás necessidades da geração que foi governada pelo sr. D. Luiz I, já não satisfaz á geração que vae ser governada pelo sr. D. Carlos I —que é uma nova geração que aprendeu por outros livros (pelos que não são approvados pelo Conselho Superior d'Instrucção publica)—que desde a mocidade anda agitada por outros ideaes,—e que hoje vê com uma nitidez perfeita quantos erros, quantas imperfeições, quantos defeitos, quantos vicios borbulham na pelle do actual regimen monarchico-representativo.

O Estado tem o monopolio da Instrucção, e nós não queremos que os nossos filhos supportem a odiosa e imbecil educação que o Estado nos deu.

O Estado tem o monopolio da Justiça que é o regulador das liberdades civicas, e nós não queremos viver sob o regimen odioso e inquisitorial do *Codigo Penal* de 84, obra-prima do sr. Lopo Vaz, doutor em repressão, que ainda nas mais puras liberdades, como a de consciencia, nos fórça a acatar, sob pena de prisão, tudo quanto o Vaticano nos disser que acatemos!

O Estado tem o monopolio dos negocios do Ultramar e nós, que temos economistas e africanistas illustres, não queremos vêr o respectivo ministerio servir apenas de escóla de dança politica, ou de ama secca de futuros bébés-estadistas.

O Estado tem o monopolio de todos os trabalhos

materiaes de que o paiz carece, para o desenvolvimento da sua agricultura, da sua industria, do seu commercio e da sua navegação, e nós queremos uma justa descentralisação d'esses serviços, para que elles se não transformem, nas mãos d'um ministro sem escrupulos, em instrumento odioso da mais odiosa e indecente pressão eleitoral.

O Estado tem o monopolio de todos os empregos, e nós queremos que uma parte d'esse perigoso e immoralissimo monopolio se transforme em exercicio natural e em livre escolha dos municipios e das provincias, para que a intriga e a corrupção diminuam; para que as outras cidades do reino, além de Lisboa e Porto, tambem acordem para a vida politica, e tambem tenham o direito de erguer a voz e fazer justiça!

*
* *

Queremos hoje o que a nossa intelligencia e a nossa consciencia—acordadas por questões sociaes que não agitaram o reinado do sr. D. Luiz ou que pelos seus governos não foram comprehendidas—reclamam a cada instante.

Queremos Justiça, porque hoje só ha traficancias; e uma Liberdade sem ficções nem hypocrisias, como a sentimos e a ambicionamos.

Queremos *outra coisa*, o que me não parece ser um crime, attendendo a que o sr. D. Carlos I está hoje no throno e não no exilio (como está o sr. D. Miguel de Bragança)—porque seu avô D. Pedro IV e os homens do seu tempo tambem quize-

ram e exigiram *outra coisa* que D. Miguel lhes não dava.

Ora se o actual governo monarchico entende que não; se entende que nos ha de obrigar aó *statu quo* e mais aos velhos processos *fontistas*, e a aturar o sr. Lopo Vaz, e mais o sr. Hintze, e mais o sr. Arroyo,—politicos em desaccordo e em guerra aberta com os sentimentos politicos de nós todos—então tenha paciencia a Senhora Monarchia, que o Paiz cá vae devagarinho, mas direitinho, para a Republica!

Lisboa já deu o signal de combate.

E o mau (para a Monarchia) é o Paiz ter fé em que só a Republica o póde salvar, porque passa a consideral-a como anjo providencial que Deus lhe envia do ceu, em manhã de nevoeiro...

*
* *

Porque nós em politica temos sido sempre *sebastianistas!*

Metteu-se na cabeça do povo portuguez, durante os horrores da dominação hespanhola, que D. Sebastião havia de vir, para nos dar paz, fortuna e liberdade. E formou-se a legião dos *sebastianistas* que lavrou por todo o paiz. Infelizmente D. Sebastião estava morto e bem morto.

Metteu-se na cabeça do povo que D. Pedro, apesar de imperador do Brazil, havia de vir, para nos dar paz, fortuna e liberdade. Formou-se a legião dos *liberaes;* e d'esta vez, como D. Pedro estivesse são como um pêro, D. Pedro veio—e triumphou!

Agora mette-se na cabeça do povo a idéia da Republica. Forma-se a legião dos *republicanos*. E como a Republica não é coisa que dependa da vida ou da morte de um homem—e é esta a sua força—se o povo quizer Republica, hoje, ámanhã, d'aqui a um anno ou d'aqui a um *Seculo*—a Republica tambem ha de triumphar!

*
* *

E quem foi que a chamou cá?... Quem foi que se lembrou de agitar em Portugal a questão da melhor fórma de governo? Fui eu?... Foste tu, leitor amigo?...

Nem fui eu, que apenas pensava nas minhas litteratices.

Nem tu, Industrial, que apenas pensavas no desenvolvimento das tuas fabricas.

Nem tu, Negociante, que apenas pensavas no teu commercio.

Nem tu, Lavrador, que apenas pensavas no amanho das tuas terras.

Nem tu, Artista, que apenas pensavas nos teus quadros, esculpturas e theatros.

Nem tu, Operario, que apenas pensavas no teu trabalho quotidiano.

Nem tu, Estudante, que apenas pensavas nos teus amores, nos teus prazeres e nos teus livros.

Não foi nenhum de nós, filhos da livre e sempre livre nação portugueza.

Foram unicamente, simplesmente, por esperteza de velhos cabulas e velhos inquisidores sem traba-

lho, os srs. Lopo Vaz, Hintze e Arroyo—no dia em que o poder lhes subiu á cabeça; no dia em que vestiram as fardas doiradas, e se miraram ao espelho, e fizeram tilintar o espadim, e se acharam formosos e irresistiveis, e se abraçaram, e se beijocaram na ante-camara real, exclamando em côro, rubros de vaidade e de farofia:

—«Temol-**o** finalmente nas unhas!»

Este **o** queria dizer: o povo, o paiz, Portugal inteiro.

E para não serem incommodados nas suas vaidades e dôce gozo do poder, resolveram amordaçar a Imprensa no dia 8 de abril de 90.

Amordaçal-a, ou contêl-a em respeito com o espectro da cadeia—tudo vem a ser mordaça!

*
* *

No dia em que julgaram que a *arte de governar* consiste:—em meia duzia de berradores de S. Bento (que subiram ao poder á força de uivos, guinchos e carteiras partidas) poderem tratar um paiz livre em paiz conquistado, poderem tratar *portuguezes* como no Egypto se tratam *fellahs*—a chicote; n'esse dia todo o paiz comprehendeu que lhe queriam extrahir alguma coisa mais do que a pelle, com impostos:

Que lhe queriam arrancar este dom de pensar e dizer o que pensa, que é o que ainda hoje separa e distingue o Homem da Bêsta—com perdão de quem me ouve.

E como já não estamos em sufficiente estado de

embrutecimento jesuitico para voltarmos a ser *sebastianistas*;

E como na familia de Bragança já não ha irmão que pugne pelo *absolutismo* e irmão que se bata pela *liberdade*—o que é uma felicidade, para não cahirmos de novo nos horrores d'uma guerra civil como a de 30—o Povo achou mais simples e mais ajuizado, *emquanto as coisas não mudam*, ir queimando velas pela Republica!

* * *

Aqui teem Sua Magestade e mais os srs. Ministros, em poucas palavras, sem rancores, sem odios, sem *nomes feios*, e até sem estylo, mas com a independencia que não dará fortuna mas que dá prazer á consciencia—o estado da questão portugueza, os effeitos palpaveis e immediatos da famosa *lei das rolhas*.

Que Sua Magestade premeie, por tão relevantes serviços prestados á sua causa, o sr. Lopo Vaz e mais socios...

Que o Povo cá vae, em silencio, accendendo velas!

* * *

E no proximo sabbado continuaremos, com a ajuda do ministerio e do leitor, a dar a esta sanfona —se ella não cahir em desagrado a este bondoso governo que Deus guarde, por muitos annos e bons.

O diabo da penna está-me a pedir que escreva — «que Deus guarde por poucos annos e maus!»

Mas não são precisos taes excessos de linguagem.

Para que serve atormentar mais o Senhor Poder executivo, se n'esta lucta com o paiz, ou elle tem de torcer — ou elle tem de quebrar?!

No caso de quebradura, para lhe metter as tripas para dentro, sempre lhe quero dar um bom conselho:

Não chame o dr. Urbino.

Ouviu?...

Mariano Pina.

Numero 2] **[10 de maio de 1890**

O ESPECTRO

CASTIGO SEMANAL DA POLITICA

De **acetato de morphina,** um grão n'uma vasilha perde-se, ninguem o sente, n'uma chavena dá o vomito, n'uma colher mata — e aqui está o pamphleto!

P.-L. COURRIER.

O governo de Sua Magestade Fidelissima está positivamente sem vintem!...

Por mais que o sr. Franco Castello Branco vasculhe nas arcas do Thesouro publico — não encontra nem uma de X... As ultimas eleições deixaram o pobre Thesouro sem pinga de sangue, isto é, sem pinga de reis.

Por mais que o sr. Governo, por intermedio dos seus agentes financeiros, implore de mãos postas os banqueiros de Paris, Amsterdam, Berlim e Francfort — não ha meio de lhes apanhar a miseria de *nove mil contos*...

Portugal já não tem nas praças estrangeiras quem lhe empreste *nove mil contos!* — graças á in-

telligencia diplomatica do sr. Hintze e á dictadura de que o governo usou em larga escala, o que fez acreditar á Europa que a Monarchia entre nós estava dançando sobre um volcão de anarchia e guerra civil.

E o governo, depois de ter espalhado o terror para além das fronteiras, pasma de que lhe não emprestem nem mais um real!

É o mesmo que um negociante espalhar que está com medo de fallir, e ficar furioso com os bancos— porque lhe não descontam mais letras...

*
* *

A triste verdade é que o nome de Portugal já não é hoje bastante garantia para levantar um emprestimo de *nove mil contos*—graças a este governo que a pretexto de «inspirar confiança», faz crêr á Europa que está dando para baixo nos subditos de Sua Magestade, para assim salvar a Monarchia dos furores da onda republicana...

Ora como nós não queremos mais relações financeiras com Londres e só devemos contar com a praça de Paris; e como em Paris os grandes banqueiros, a começar pelo proprio Rotschild, são hoje todos *republicanos*—succede que o governo, com a sua furia anti-republicana e anti-liberal, alienou todas as sympathias da opinião publica e todos os cofres-fortes dos millionarios!

O querer ser mais monarchico que o proprio Rei arrastou o governo a este desastre financeiro.

É agora que vão começar as dôres... Oh! como

a Posteridade ha de rir d'estes nossos governantes, tomando resoluções de afogadilho, como é proprio dos partidos que acceitam o poder sem terem um programma longamente meditado, sem se terem primeiro apalpado, para vêr se levavam algumas ideias para a viagem!

*
* *

Mas perdido o credito no estrangeiro, e para evitarmos a bancarrota, e mais a fiscalisação das receitas e despezas do Estado por uma commissão de credores estrangeiros—tal e qual como no Egypto ou em Tunis—o que resta ao governo fazer?...

Estudar o systema mais rapido de esfolar o contribuinte por meio da applicação caustica de mais impostos.—É o que se deprehende da leitura d'esse aborto oratorio, mais constitucionalmente conhecido pelo nome de *discurso da corôa*—da corôa d'espinhos do Povo!

E de que modo?... em que dolorosa proporção vae o contribuinte ser de novo esfolado?...

É o que eu vou ter a honra de explicar aos meus leitores, mostrando-lhes as promessas feitas pelo governo aos capitalistas francezes, em certos jornaes de Paris, por occasião do novo emprestimo.

Porque hoje em dia, quando um cidadão portuguez quer conhecer o estado das nossas finanças e os projectos financeiros dos governos, não é em Portugal que encontra elementos—é em França, no escriptorio do sr. Ephrussi. É o que os nossos governos chamam—«esclarecer a opinião publica»!

Ora oiçam e meditem—se é que a um cidadão portuguez, sob o governo do sr. Lopo Vaz, ainda lhe é permittido ouvir e meditar...

*
* *

Quando este Governo (que Deus guarde) quiz lançar em Paris, no dia 15 d'abril, o emprestimo de 9:000 contos *para obras publicas* (como diziam os cartazes affixados nas esquinas de Paris)—o governo encarregou agentes financeiros de espalharem por certos jornaes, á força de quinhentas notas de mil francos (ou sejam 90 contos), que este emprestimo era um negocio esplendido para os capitaes francezes. E accrescentavam as *réclames* officiaes que—«em Portugal os impostos são *facilmente sup-*
«*portados* por uma nação laboriosa, cujo trabalho é «favorecido pela fertilidade do sólo *e abundancia dos* «*jazigos mineiros (et l'abondance des gisements mi-*
«*niers).*»

Isto traduzido em linguagem corrente quer dizer: —«Senhores capitalistas! Não tenham receio que o governo lhes não possa pagar, pois que o povo portuguez *supporta facilmente* os impostos que o governo lhe impõe. E além d'isso, ha em Portugal minas por toda a parte, inexploradas, e que são uma riqueza incalculavel... É emprestar! é emprestar! que é o nosso povo quem paga, porque para isso é que elle dispõe d'um sólo fertil e de abundantes jazigos mineiros!...»

Hão de confessar que nunca um governo portuguez se lembrou de empregar tão pittorescos pro-

cessos de *réclame* para vender 9:000 contos de titulos. Nem sei como se não lembrou de parodiar os annuncios das pastilhas Géraudel:

SE VÓS TUSSÍS

tomae titulos portuguezes de 4 %

amortisaveis em 75 annos!!!

* * *

Até estou inclinado a acreditar que, se os cartazes e annuncios do governo portuguez fossem assim redigidos, o emprestimo de 9:000 contos teria sido coberto varias vezes. Porque diriam os capitalistas, os auctores dramaticos e o publico:

—«Ora ainda bem que a canção não mente, e que *les portugais sont toujours gais!* Andamos tão fartos de governos sombrios e mysteriosos, ameaçando todas as manhãs a paz da Europa, que um governo que assim se apresenta tão reinadio, não póde deixar de representar o povo mais feliz e mais prospero da terra... Ora tome lá 9:000 contos, seu pandego! E quando precisar de mais *massa*, é só pedir por bocca...»

Já é tarde para o gabinete do sr. Serpa agarrar ás mãos ambas no meu alvitre... Mas aqui o deixo á disposição dos governos futuros... E já os previno de que lhes não pedirei em troca a embaixada de Vienna!...

* * *

Mas ainda mais diziam as *réclames* financeiras do governo, publicadas em certos jornaes de Paris...

O argumento dos *impostos facilmente supportados pela nação*, e mais o das riquissimas minas de que está cheio Portugal, não pareceram ao gabinete que fossem argumentos sufficientemente aduncos para arrancarem 9:000 contos das algibeiras dos parisienses. Era preciso deslumbral-os com mais larga perspectiva de lucros, muitos lucros, para que os diabos se decidissem a largar os cobres!

E então o governo mandou accrescentar e dizer ao ouvido dos capitalistas que — «os encargos or-«çamentaes só se elevam em Portugal a cerca de «50 francos (9$000 reis) por cada habitante *(par tête «d'habitant)*, emquanto que em Italia cada habitan-«te paga 60 francos (10$800 reis) e em França 84 «francos (15$120 reis).»

Isto tambem traduzido em linguagem corrente quer dizer:

— «Senhores capitalistas! Nós estamos sem vintem, e nós precisamos de nove mil contos! E como somos os governantes d'uma nação *onde os impostos são facilmente supportados* e onde cada individuo paga apenas 9$000 reis de contribuições, podemos, a exemplo do que faz a França, obrigar cada individuo a pagar, em vez de 9$000 reis, **15$120 reis,** o que dá para cada cidadão um augmento annual de **6$120 reis** de contribuições. E como Portugal conta 4 milhões e 500 mil habitantes, as receitas do

Estado ficarão assim augmentadas, graças ao nosso povinho que supporta *facilmente* os impostos de **27:540 contos** cada anno!... Já vêem, senhores capitalistas, que os 9:000 contos que lhes pedimos estão largamente garantidos, e que em vez de 9:000 até nos podiam emprestar 20:000!»

A este ultimo argumento não puderam resistir os capitalistas francezes. E assim esclarecidos sobre a paciencia ultra-contribuitiva do portuguez, e a fertilidade do seu sólo, e a abundancia das suas minas, não estiveram nem com uma, nem com duas, e bumba!—não emprestaram os 9:000 contos ao governo!...

*
* *

A esta vergonhosa cambalhota do nosso credito em Paris, para a qual tanto contribuiu a saloia diplomacia do sr. Hintze Ribeiro (no proximo numero explicaremos o caso)—chama o sr. Pinheiro Chagas a *victoria financeira* do sr. ministro da fazenda! (*Correio da Manhã*, 24 d'abril de 90). E diz mais que o ministro «conseguiu contratar o emprestimo em condições extraordinariamente admiraveis.»

Mas *admiraveis* para quem?... Para o paiz?... Para o Estado?... É o que o sr. Chagas nos não diz; é o que nós vamos dizer ao publico.

Condições *extraordinariamente admiraveis*—para o sr. Ephrussi e mais socios, que deviam dar ao governo portuguez 9:000 contos por 9:889 contos de reis que deviam receber dos subscriptores... ou sejam 889 contos de reis de lucros!

Meu povo! é aguentar, calar e sorrir, que para

estes desperdicios é que tu tens sólo fertil e minas a rôdo!

Assim o affirma o governo aos banqueiros de Paris.

*
* *

De modo que, attendendo ao desastre do emprestimo e ao que nos diz o *discurso da corôa*, todo o portuguez deve pacientemente esperar que o sr. Franco Castello Branco lhe applique, sobre a algibeira, hoje, ámanhã, d'aqui a um mez ou d'aqui a uma hora, um forte sinapismo Rigolot e addicional de **6$120 reis,** para que a falúa do Estado possa continuar navegando sem mór difficuldade...

Quando no dia 19 d'abril Sua Magestade, na sua qualidade de *chave* de toda a organisação politica, tentou abrir o parlamento—operação que tenta pela terceira vez sem alcançar abril-o definitivamente—Sua Magestade houve por bem dizer aos Dignos pares do reino e Senhores deputados da nação portugueza:

—«O meu governo apresentará diversas propos-«tas de lei, melhorando algumas fontes de receita, «de modo a obter d'ellas *o maximo producto*, sem «aggravar *sensivelmente* a situação dos contribuin-«tes.»

Aquelle *sensivelmente* que Sua Magestade entornou de seus labios sobre o seio da representação nacional, vale bem mais que um poema—vale mesmo os 9:000 contos!

Ora comparando o discurso da corôa do dia **19** d'abril com as *réclames* financeiras publicadas pelo

governo portuguez em varios jornaes de Paris no dia **15** do mesmo mez d'abril, podemos asseverar, sem *offensa* para Sua Magestade nem para o seu governo, que Sua Magestade queria dizer, não o que disse, mas o que segue:

—«O meu governo, depois de graves e profundas meditações financeiras, descobriu que cada habitante paga em França 15$120 reis de contribuição, emquanto que cada habitante em Portugal paga sómente 9$000 reis; e que esta prodigiosa desproporção não póde continuar, sem grave risco para o bom nome d'um paiz que se diz civilisado! N'este sentido, o meu governo vos apresentará varias propostas de lei, determinando um augmento de contribuições de 6$120 reis por habitante, para assim nos podermos equiparar aos paizes mais adiantados nos progressos de bem sugar o contribuinte.

«Com o auxilio da Divina Providencia e do meu ministro da fazenda conto que o resultado dos nossos trabalhos será util ao thesouro, aos banqueiros que nos fiam, á causa da patria e da civilisação.

«Está aberta a sessão!»

*
* *

E ainda ha ingenuos que acreditam que é mais difficil em Portugal ser ministro da fazenda, do que merceeiro ou vendedor d'agua fresca! E que só o sr. Franco Castello Branco—um genio e um sabio em materia financeira, segundo é voz publica e *regeneradora*—é capaz de sahir dos mais graves apuros financeiros!...

Oh ingenuos!... Qualquer de vós dá um tão mau ministro da fazenda como a quasi totalidade dos que tem possuido Portugal!

O governo precisa de dinheiro? Estão exhaustos os cofres? Correm perigo os ordenados dos dois milhões de *mangas d'alpaca* que o Estado alimenta? Os capitaes estrangeiros não querem os nossos titulos de divida? Ah! elles não querem?!...

Saltam os mappas comparativos das contribuições entre os differentes paizes! Qual é o paiz onde o cidadão paga maior contribuição?... É a França?... E quanto paga cada cidadão em Portugal?... Ha pois uma differença, *para menos*, no nosso paiz, de 6$120 reis...

Equiparemos portanto o contribuinte portuguez ao contribuinte francez; multipliquemos a differença por 4.500:000 habitantes; e assim teremos as receitas augmentadas de 27:540 contos!

Nós precisamos já, já, para os correligionarios famintos, de 9:000 contos. E como estamos e estaremos sempre em dictadura, lancemos um decreto pelo qual o contribuinte é obrigado a pagar no prazo de oito dias, a metade d'este addicional de 6$120 reis. Assim teremos, dentro de oito dias, nos cofres do thesouro, uma somma de 13:770 contos, isto é, mais 4:770 do que nós precisavamos!...

Ora garanta-me o sr. Serpa Pimentel que o paiz *supporta facilmente os impostos*, como affirmou aos banqueiros de Paris; que o paiz se não zanga e me não corre á pedra... ou a tiro, que assim lhe salvo as finanças.

E póde estar certo o sr. Hintze de que lhe não pedirei em paga do serviço, nem a embaixada de

Vienna, nem a fiscalisação dos consulados portuguezes na Europa.

Nunca ousaria privar a Diplomacia e o Corpo consular portuguez das luzes com que os illuminam o sr. Conde de Valenças, mais o sr. Visconde de Faria.

Oh! nunca! nunca!...

Em nome da antiga e muito bella oratoria portugueza, apoiado n'este meu pedido pelas *Novidades*, *Tempo*, *Dia* e *Diario Popular*, jornaes que ninguem ousará considerar como inimigos das instituições, —tenho a honra de pedir ao Parlamento que vote uma verba que permitta ao sr. Ministro da Instrucção publica aggregar, quanto antes, á augusta pessoa do Chefe do Estado, um professor de grammatica e um professor de rhetorica. Assim se evitará que de futuro a mesma augusta pessoa repita as banalidades e os erros que no dia 19 d'abril, em S. Bento, houve por bem verter sobre o seio da representação nacional.

O *Dia* do sr. Antonio Ennes, publicando o discurso da corôa, diz que está redigido n'uma *lingua bunda!* O meu diccionario explica-me que lingua bunda—«é a lingua dos negros do Congo, de Angola e de Benguella; e, por analogia, linguagem «corrupta e dissonante.» Sua Magestade servindo-se d'uma *linguagem corrupta* para abrir o parlamento!

O *Tempo* do sr. Carlos Lobo d'Avila achou esse

discurso — «banal, tão pobre d'estylo como escasso de ideias». Oh! oh! El-Rei sem ideias para abrir a sessão!

O *Diario Popular* do sr. Mariano de Carvalho achou-o «insipido na fórma».

As *Novidades* do sr. Emygdio Navarro limitaram-se a transcrever todas estas *offensas*, o que é um crime previsto pelo § 4.º do artigo 70.º da lei de 9 de abril, que trata da *reproducção*.

E as auctoridades, diante d'estes ataques ao discurso do Rei, cruzaram os braços e deixaram em paz os delinquentes...

*
* *

Agora pergunto eu: — Quando qualquer de nós, subditos do rei de Portugal, profere palavras e faz affirmações em publico, isto no uso pleno da sua liberdade e das suas faculdades mentaes, sem ser a isso coagido por malfeitores, ou por suggestão d'um poder occulto — é ou não é responsavel pelo que diz?... É.

E quando, n'um discurso, o Rei falla do seu reinado, do «desempenho dos seus deveres constitucionaes», do quanto lhe é «grato vêr-se rodeado dos representantes do povo portuguez» — é ou não é, n'esse momento, o Rei que pensa, que falla, que mexe os beiços, que dá á lingua e que gesticula?... É.

Como querem então os srs. dictadores que se respeite o Rei, quando o *Dia* nos vem dizer que o Rei de Portugal, quando falla, falla como os preti-

nhos do Congo; quando o *Tempo* nos affirma que o ultimo discurso do sr. D. Carlos I é o discurso d'um orador «banal, tão pobre d'estylo como escasso d'ideias»; e quando as *Novidades* transcrevem tudo isto a sorrir, com sorrisos de profundo scepticismo?!...

* * *

Ah! os pobres reis constitucionaes, como eu os lamento e como eu os lastimo!

A' força das constituições os quererem tornar *irresponsaveis*, são indirectamente o alvo de todas as facecias, de todas as irreverencias, de todos os piparotes da opposição.

Quando teem de mostrar realmente que são Reis e que reinam; quando teem que dizer duas palavras ao parlamento, são elles que as dizem—mas são os governos que lh'as escrevem! E quando chamam aos discursos da Magestade «discursos banaes e escassos de ideias», El-Rei responde:—«Não é commigo, é com o meu governo!...»

Nunca são os Reis que pensam, que fallam, que riem, que choram, que se interessam pelo paiz, pelo povo, pela victima dos governantes. São os governos que, para os actos solemnes e officiaes, magnetisam os monarchas, e estes fazem então o que os governos querem que elles façam e elles digam!

E Suas Magestades, no topo do Systema monarchico-representativo, são figuras inertes e adormecidas, á espera que os governos lhes gritem, como

Christo ao paralytico: *Surge et ambula!*... E é então que Suas Magestades acordam, para convencerem o povo de que ainda não perderam a falla!

*
* *

Oh admiravel Systema monarchico-representativo, como tu és impagavel! Oh infelizes monarchas constitucionaes, como vós sois divertidos!

E como eu prefiro mil vezes esta nobre, altiva e audaciosa figura do imperador Guilherme II que se julga um enviado da Providencia para dar ao seu povo a paz e a prosperidade, e que diz n'um banquete, diante dos burguezes de Hamburgo:

—«E ai d'aquelles que se quizerem oppôr á minha vontade, porque os farei em mil pedaços!...»

Sente-se, ao menos, que ha diante de nós um Rei, um Senhor, um Tyranno!

Sim, meus amigos, sente-se alli o grande Tyranno, considerando os allemães como seus proprios filhos, cuja paz e prosperidade lhe foi confiada por um decreto da Providencia; o Tyranno ideal dos philosophos—*o sabio tyranno*, de Platão e de Renan... E não o Rei ao qual uma constituição obriga a dizer ao seu paiz o que não pensa e o que não sente—pensando, sentindo, fallando e gesticulando, segundo o texto e as rubricas do sr. Presidente do Conselho!

É o que os apologistas do Systema monarchico-representativo chamam—um **Rei.**

É o que os diccionarios e o mais simples bom-senso chamam—um **Actor.**

Ora a essas augustas pessoas, no desempenho dos seus papeis constitucionaes, eu tenho o mau gosto de preferir o Taborda, o Valle e o Silva Pereira!

Por muitas razões que, na quadra que estamos atravessando, me parece imprudente explicar em publico...

*
* *

Já sei o que vão responder os apologistas do systema ás minhas reflexões sobre o *discurso da corôa* — «que tudo no systema são meras ficções que não fazem mal a ninguem.»

Pois acabem com as *ficções*, porque já passaram de moda! E se querem que a imprensa e o povo respeitem o Chefe do Estado, não o colloquem na situação de ter de proferir discursos em que o Chefe do Estado falle da sua pessoa e dos negocios da nação — «n'uma linguagem *bunda*, onde não ha estylo nem ideias!»

Para que um systema seja respeitado é preciso que seja racional e seja sério. Toda a gente respeita um crucifixo, porque toda a gente sabe, á luz da rasão e da historia, que esse objecto é a imagem do soffrimento e do sacrificio por uma ideia. Tirem o crucifixo: ponham no seu logar um realejo; exijam de nós o mesmo respeito e a mesma admiração; e apesar de *lei das rolhas*, de policias civis de chanfalho em punho e de cadeias abertas para receberem os irreverentes — toda a gente rebentará n'uma estrepitosa gargalhada!

O mesmo acontece com o *discurso da corôa*. Ou é

o Rei que nos falla, ou é o governo que lhe escreve o discurso. Se não é o Rei quem falla, quando o Rei vae mexer os beiços e dar á lingua no parlamento, então reformem o systema, evitando-lhe os ridiculos.

N'um parlamamento querem-se actos simples, claros, precisos, sem ficções e sem mascaradas. Hoje mais do que nunca!... Estamos sob o peso d'uma offensa brutal da Inglaterra; d'um desastre financeiro em Paris; d'um perigo de crise monetaria; e—quem sabe!—d'um perigo imminente de bancarrota!

Querem por acaso os governantes que Portugal passe pela vergonha de soffrer um conselho de credores estrangeiros como o Egypto, ou um protectorado como Tunis?...

A situação não póde ser nem mais precaria nem mais angustiosa... E ai d'aquelles que chamam ás derrotas *victorias;* ai de todos que andam levianamente a brincar com o fogo—porque uma crise economica póde trazer; depois de tanta provação, uma crise mais grave que os póde estrangular a todos!...

* * *

É por isso que queremos conhecer exactamente qual é o estado da nação; quaes as crises que é preciso evitar; quaes os sacrificios que nós todos, portuguezes, devemos fazer; qual o espirito *governativo* ou *reinadio* que anima o Monarcha; quaes as ideias que desejam pôr em pratica os governantes...

E não se fiem na dictadura! Quando se chega á

decadencia politica a que nós descemos, não ha dictaduras, nem dictadores, nem tyrannetes, nem Viscondes de Paço d'Arcos, nem policias civis, nem cavallos da municipal, nem discursos do sr. Arroyo para conter a onda—porque a onda tudo ha de afogar!

Todos nós raciocinamos e pensamos hoje assim, pela simples razão que as ideias se transformam, que as gerações progridem, e que hoje não podemos viver com as ideias e as leis de 1826.

Estamos fartos de *ficções* constitucionaes e de *praxes* governativas. Estamos fartos de todas essas comedias e ridiculos que teem sido a causa da nossa decadencia politica e moral.

E tantas vezes vae o ridiculo á fonte de S. Bento, até que lá fica!...

Este governo (que Deus guarde) de cada vez que toma *uma* resolução, tem a habilidade de praticar pelo menos *tres* asneiras—o que é uma proporção assaz satisfactoria para o engrandecimento da patria.

Assim, para dotar o paiz com uma *censura dramatica*, nomeia quatro censores que se recommendam aos theatros justamente por nunca terem entrado n'um palco—nem mesmo para serem pateados!

São os srs. Fernandes Costa, Luiz Augusto Palmeirim, Alberto Pimentel e Zacharias d'Aça.

Tirem d'esta ronda o sr. Fernandes Costa, o unico

homem de lettras da ronda que merece a sympathia dos escriptores, e digam-me o que sahirá d'este tribunal de critica litteraria onde dominam:

1.° O sr. Luiz Palmeirim, vulgò:

«Que poeta que não era
Da linda Ignez o cantor!
Quem mais do que elle dissera
D'esse féro Adamastor?...»

2.° O sr. Alberto Pimentel, por antonomásia—a feira da ladra da litteratura portugueza.

3.° O sr. Zacharias Aça, mestre Zacharias, critico official da *espitula* indigena, critico educado nos chromos das lojas de modas e nos mamarrachos da nossa Academia (vidè collecção Carvalhide).

Mas se a memoria me não falha, Lisboa ainda conta auctores, traductores e criticos dramaticos para elegerem entre si os seus *censores*. Penso que ainda são d'este mundo os srs. Antonio Ennes, Pinheiro Chagas, Ramalho Ortigão, Latino Coelho, Fernando Caldeira, Lopes de Mendonça, D. João da Camara, Teixeira de Queiroz, Silva Pinto, Rangel de Lima, Ferreira de Mesquita, Gervasio Lobato, Moura Cabral, Maximiliano d'Azevedo, Salvador Marques, Sousa Bastos, Marcellino de Mesquita, Joaquim Miranda, Lino d'Assumpção, Abel Acacio, etc....

Sómente o governo é que não quiz—nem nunca quer—proceder correctamente, convidando os homens de lettras a nomearem os seus juizes; e isto por muitas e aviltantes razões, sendo a ultima:

—que o governo não quer censores dramaticos, mas sim cabos de policia dramatica!

* * *

Por isso collocou em minoria o sr. Fernandes Costa, e tenciona nomear cabo vitalicio o sr. Alberto Pimentel. Para esse fim o transparente e dessorado sr. Pimentel (Alberto para as damas) receberá das mãos de ferro do sr. Visconde de Paço d'Arcos uma farda de policia, tendo no képi uma penna de pato, e tendo á cinta um chanfalho, uma tesoura e um tinteiro de... pau do ar.

No momento da solemne investidura, Pimentel ajoelhará aos pés do sr. Governador Civil, que o armará *censor*, mettendo-lhe o chanfalho na dextra e a tesoura na sinistra. Depois do que, lhe apontará para uma ruma de originaes, gritando-lhe aos ouvidos:

—«A elles, meu Alberto, sem dó e sem piedade! Precisamos educar o gosto do publico; precisamos regenerar o velho Portugal! Que todos os auctores, d'aqui para o futuro, pensem como tu, versejem como Palmeirim, e escrevam como Zacharias! Oh! que esse dia abençoado se não faça esperar, para gloria d'estes reinos, lustre d'este reinado e socego d'este governo! A elles pois, meu Alberto, sem dó e sem piedade!... Se fôr preciso queimar Gil Vicente, Camões e Garrett, queima, sem hesitar, todos esses estafermos! O que nós queremos que deslize e fructifique em terras de Portugal, é o teu espirito, Pimentel! E mais o vosso verso, Palmeirim! E mais a vòssa prosa, Zacharias!... Córta, meu Alberto, córta; e se algum auctor se zangar, cá fica a policia ás ordens!»

E assim se estabeleceu a censura dramatica, sem nenhuma prova de consideração pelos homens de lettras do nosso paiz... Apoiado, dictadores, apoiado! É rir, é folgar, amigos tyrannos, emquanto é tempo... Lá diz o poeta:

Porque, ai! *o pagode* é como a flôr do lotus
Que em cem annos floresce apenas uma vez!...

Mariano Pina.

Numero 3] [**17 de maio de 1890**

O ESPECTRO

CASTIGO SEMANAL DA POLITICA

Diga-se a verdade: não hesitemos em a dizer franca, sincera e toda!

Almeida Garrett, DA EDUCAÇÃO.

Previno caridosamente o Leitor de que este numero do **Espectro** não é de modo algum destinado a alegrar os corações portuguezes. Não é o momento de pôr as mãos nas ilhargas: é antes o momento de pôr as mãos na cabeça!

Vou-lhes contar a historia do desastre do emprestimo portuguez em Paris; e a razão por que o nosso credito se acha hoje totalmente abalado—se não perdido!—em França... graças aos erros, á cegueira, á saloia diplomacia do sr. Hintze Ribeiro.

Sim, meus amigos! É ao sr. conselheiro Hintze Ribeiro—mais do que a nenhum outro Ministro—que os portuguezes devem agradecer o desastre e o escandalo financeiro de Paris; Portugal desacreditado e enlameado na imprensa franceza pelos portadores dos titulos de Dom Miguel; e a perspectiva d'uma horrorosa crise economica—se o credito nos vem a faltar de todo em França!

Porque a crise politica, que resultou do *ultimatum* brutal de lord Salisbury é nada, comparada com os effeitos d'uma crise economica, resultante d'uma falta de credito nas praças estrangeiras.

Ao sr. Hintze Ribeiro cabe a maior somma de responsabilidades. E se ámanhã houver um desmoronamento financeiro em Portugal; se ámanhã o Estado—por falta de credito em França—se encontrar sem dinheiro para atulhar o abysmo dos seus compromissos—todos os portuguezes deverão deixar um bilhete de visita em casa do sr. Hintze, acompanhado d'estas simples quanto eloquentes palavras:

Ao Organisador do Desastre

Portugal agradecido.

E tambem lhes aconselho a que peçam á Camara municipal de Lisboa que mande collocar na frontaria do predio que S. Ex.ª habita na rua de S. Bento, n.º 694, uma lapide de marmore preto, onde se leia, gravado em lettras d'ouro, o seguinte epitaphio:

ALTO AQUI!!!

N'ESTE PREDIO MORA

AQUELLE QUE EM 1890

DEIXOU IR O NOSSO CREDITO

PELA AGUA ABAIXO

EM PARIS.

Podem acreditar os portuguezes que não fazem mais do que a sua obrigação, e a Camara municipal de Lisboa que não faz mais que o seu dever.

Eu passo a explicar porquê...

*
* *

Tambem previno caridosamente os srs. agentes do Ministerio publico, espalhados pelos reinos de Portugal e Algarves, ilhas e provincias ultramarinas, que não podem querellar do presente numero do **Espectro**—não só porque não contém palavras que offendam El-Rei ou os seus Ministros, mas ainda porque se não faz exposição de factos que não sejam a absoluta expressão da verdade.

Para metter em processo este numero do **Espectro** seria preciso que os agentes do alludido Ministerio publico vivessem, como eu vivo, em Paris:—capital da França; 2.500:000 habitantes; banhada pelo rio Sena; conhecida no tempo de Cesar pelo nome de *Lutecia;* conhecida no tempo de João Fernandes pelo nome de *Moderna Babylonia;* celebre pelos seus monumentos:—Notre-Dame, Louvre, Folies-Bergères, Montanhas Russas, Torre Eiffel ou a *Agulha do pensamento humano,* Galeria das Machinas ou a *Basilica do trabalho!*—Estes dois cognomes foram applicados com o grude da eloquencia á Torre Eiffel e á Galeria das Machinas, em Paris, no anno de 1889 da era de Christo, pelo sr. Pinheiro Chagas. Estes dois monumentos, graças ao estylo imaginoso do illustre orador portuguez, passam sem novidade em sua importante saude.

Para chamar aos tribunaes este numero do **Espectro,** só pessoas habitando Paris podiam servir de testemunhas de defesa e de accusação. Veja o Mi-

nisterio publico como este processo se tornava complicado e despendioso! Sobretudo despendioso. E como o governo está sem vintem—o melhor é lêr e cruzar os braços...

*
* *

Tambem teria de citar como testemunhas o sr. Hintze Ribeiro e mais dois collegas seus. E como estas Excellencias se haviam de recusar a semelhante desassocêgo, o processo não poderia ter logar, e o Ministerio publico perderia o tempo e a paciencia.

Outros bandidos reclamam a preciosa attenção d'esse Ministerio. Deixem-me hoje em paz!

E passemos ao que nos importa.

Ora ficae sabendo, portuguezes meus irmãos, que a responsabilidade da crise financeira que estamos atravessando e cujos effeitos são ainda incalculaveis;—que o desastre do emprestimo de Paris;—que o risco que está correndo o nosso credito no estrangeiro;—e que a influencia que hoje exercem sobre a imprensa franceza os especuladores dos titulos de Dom Miguel—tudo isto, toda esta tempestade que ameaça Paiz e Monarchia, se deve em grande parte ao estadista indigena, sr. Hintze Ribeiro! (Ernesto Rodolpho.)

Quando lord Salisbury enviou o seu insolente *ultimatum* ao gabinete progressista e os portuguezes se manifestaram tão nobremente contra a Inglaterra, toda a imprensa franceza estava do lado de Portugal contra a Grã-Bretanha. Toda a im-

prensa franceza estava disposta a facilitar a acção diplomatica do novo gabinete, presidido pelo sr. Serpa.

N'este sentido, representantes de differentes jornaes parisienses correram á Legação de Portugal em Paris, pedindo esclarecimentos ácerca da questão colonial e do conflicto, pedindo elementos para a campanha contra a Inglaterra. Todos os jornaes estavam promptos a entrar n'um accordo com o gabinete *regenerador*, a fazerem causa commum com elle, como se a causa fosse franceza, só pelo prazer de fazerem pirraça á Grã-Bretanha...

São velhas as antipathias entre os dois paizes. N'esse mez de janeiro de 90—de triste memoria para nós—representava-se em Paris a *Jeanne d'Arc*. E o grito patriotico de Sarah Bernhardt, de—*Guerra aos inglezes! guerra aos invasores!*—trazendo excitado o patriotismo francez, fazia recahir sobre Portugal, n'esse momento victima da Inglaterra, as sympathias de toda a sociedade parisiense.

Não me deixará mentir o illustre explorador Brito Capello, então de passagem para a conferencia de Bruxellas, e com quem passei tres dias—tres dias angustiosos!—procurando por toda a parte telegrammas ácerca do *ultimatum* e da crise politica que se lhe seguiu.

* * *

Tinhamos pois do nosso lado, *em janeiro de 90*, toda a imprensa parisiense, que havia defendido a politica do sr. Barros Gomes, preparando-se agora para facilitar a obra diplomatica do sr. Hintze.

Mas a Legação portugueza de Paris estava sem chefe. E o Encarregado de Negocios evitava caute-

losamente tomar qualquer attitude com os jornalistas francezes—naturalmente porque não tinha para esse fim instrucções especiaes do novo Ministro dos Estrangeiros.

E não as podia ter!... O sr. Hintze Ribeiro occupava todos os seus instantes em supplicar ao sr. Barjona de Freitas que partisse para Londres. E da imprensa franceza e europeia—isto é, **da opinião publica de toda a Europa**—o sr. Hintze não fazia o menor caso, por duas excellentes razões:

1.ª Porque desde o momento que o seu antecessor, o sr. Barros Gomes, na lucta colonial com a Inglaterra, tinha procurado ter do lado de Portugal a imprensa europeia,—o sr. Hintze, *regenerador*, julgou do seu dever *partidario* fazer, em tudo e por tudo, exactamente o contrario do que havia feito o Ministro *progressista!*...

2.ª Porque o sr. Hintze, ignorando absolutamente qual a influencia que uma imprensa como a ingleza, a franceza, a allemã, exerce no respectivo paiz —não tratou de ter do seu lado os jornaes francezes, considerando-os como elementos de collaboração diplomatica, mais que secundarios.

O sr. Hintze procede assim—perigosamente para o Paiz—por um simples erro de visão. Diz lá com a sua sobrecasaca de ferro:

—«O *Temps* ha de ser pouco mais ou menos em Paris como a *Gazeta de Portugal* em Lisboa. O *Petit Journal* ha de ter tanta influencia no publico como o *Diario Illustrado*. Ora não vale a pena estar dando demasiada importancia a jornaes que afinal a não teem... *(Pensativo)* Foi por essas e outras que o Barros Gomes deu com os burrinhos n'agua... *(Tomando uma attitude heroica)* Eu cá, bem sei como hei de ter ás minhas ordens a Europa inteira!»

É o que se está vendo! Mas o peor da passagem é que é o Paiz quem ha de soffrer, e o Povo quem ha de pagar!...

*
* *

Fêl-o por mal, por falta de patriotismo?... Decerto que não! O sr. Hintze (apesar do seu nome não cheirar muito bem a sangue portuguez) é tão patriota como outro qualquer. Sómente—é profundamente ignorante e profundamente inhabil para estar á testa do nosso Ministerio dos Negocios Estrangeiros, n'um momento tão grave e tão doloroso como este é.

Estamos á beira d'um precipicio—a **Bancarrota**—e o governo não quer dar por isso, continuando a dançar o seu fandanguinho partidario! Estamos hoje n'um começo de ruina, em muitos pontos identico ao que se seguiu á morte de Dom João III, quando Dom Sebastião herdou o throno, e Carlos V cubiçava o reino de Portugal. Hoje Carlos V é substituido por Sua Graciosa Magestade a Rainha Victoria, que nos cubiça as colonias!

—«Todo o reino—escreve o sr. Oliveira Martins na sua *Historia de Portugal*, ao tratar da «Jornada d'Africa»—soffria dos symptomas d'essa doença, e muitos previam a crise final que se approximava; entretanto, quasi todos, costumados a um padecer chronico, nascidos já na atmosphera pervertida, ou não reconheciam os males, ou se deixavam levar, indolentemente, pela maré da desgraça e da protervia, do beaterio e do vicio, da simonia e da ferocidade piedosa.»

Tal é o quadro em pleno seculo XVI, tendo por tragico epilogo a batalha de 4 d'agosto de 1578, em Alcacer-quibir...

Por acaso em 1890, victimas não d'uma Inquisição, mas dos erros diplomaticos, coloniaes e financeiros das ultimas gerações de governantes, tambem havemos de nos deixar levar, *indolentemente, pela maré da desgraça e da protervia?*...

Que medonho suicidio é este para que vamos caminhando, *indolentemente*, sem nenhuma comprehensão nem do que vêmos nem do que fazemos?...

Estamos cegos—ou estamos doidos?!...

* * *

Para o sr. Hintze Ribeiro, o Ministerio dos Estrangeiros agora, quando tudo está a abalar, a estalar, a desfazer-se, consiste em serenar os animos nos corredores de S. Bento e á porta da *Havaneza;* em dotar a côrte de Vienna com os primores litterarios e diplomaticos do sr. conde de Valenças; em fazer do sr. visconde de Faria, vulgarissimo burocrata, sem auctoridade, sem talento, sem serviços relevantes ao seu paiz, um fiscal de consulados na Europa, tendo 30 ou 50 mil francos de ordenado por anno; em vêr se alcança as sympathias dos burguezes da rua dos Capellistas, a confiança dos influentes eleitoraes famintos, e palavras de confôrto dos diplomatas estrangeiros que bocejam á beira do Tejo...

E como S. Ex.ª não tem a menor noção nem faz a mais leve ideia do que seja a Europa e a sua imprensa; de que elementos tão varios, tão complicados, tão mysteriosos é preciso dispôr para alimentar o fogo sagrado em nosso favor, n'uma capital tão caprichosa e tão impressionavel como é Paris—succede que vamos correndo desordenadamen-

te para um Alcacer-quibir financeiro, cujas consequencias terriveis ninguem póde prevêr!

É preciso acudir-lhe a tempo: é preciso salvarmonos quanto antes da catastrophe: é preciso que o gabinete do sr. Serpa pratique o mesmo acto de desinteresse e de patriotismo que em janeiro de 90, em seguida ao *ultimatum*, praticou o gabinete do sr. José Luciano de Castro.

O *ultimatum* de lord Salisbury foi um insulto ao nosso amor-proprio nacional. Mas o desastre de Paris, obra do sr. Hintze, foi um coice no credito portuguez...

É preciso que o actual gabinete dê a sua demissão—aliás temos breve a Bancarrota!...

*
* *

Ora a partir do dia 12 de janeiro de 90 a imprensa de Paris começou a estar ao desamparo; e o sr. Hintze sem querer dar-se ao incommodo de vêr que no dia em que lhe faltasse Paris, lhe faltava—não digo apoio *diplomatico* para luctar com a Inglaterra—mas apoio *financeiro* para o gabinete poder realisar quaesquer emprehendimentos e reformas em Portugal e em Africa.

E na Legação de Paris—ninguem! O sr. conde de Valbom achava-se em Lisboa, onde havia dado a sua demissão. O sr. conselheiro d'Antas conservava-se em Londres, esperando pela chegada do novo Messias, mais portuguezmente conhecido pelo nome do sr. Barjona de Freitas...

E o Messias não chegava para confundir com o seu verbo o arrogante Salisbury;—o Messias nem ainda mesmo se havia posto a caminho.

Entre assustar lord Salisbury com argumentos

ou assustar o governo com eleições—o sr. Barjona hesitava! O sr. Hintze, em nome do Paiz, implorava-lhe que fosse assustar o *lord*. O sr. Fuschini, em nome da *esquerda dynastica*, implorava-lhe que ficasse, para assustar o Ministerio.

A Historia mostrou-nos depois que foi mais eloquente o sr. Hintze do que o sr. Fuschini, sabendo vencer a resistencia d'aquelle animo alheio—como se diz em Rhetorica—animo alheio a aventuras diplomaticas!

* * *

Começaram então a circular em Paris falsos boatos, *vindos de Londres*, de que as auctoridades portuguezas em Africa desobedeciam ás ordens do governo, e que o gabinete *regenerador* nem tinha força para os reprimir nem elementos para inspirar confiança ao paiz. E os jornaes de Paris iam reproduzindo, commentando, ao acaso, sem o mais ligeiro esclarecimento ou desmentido official, ou semi-official.

Começou-se a dizer cá por fóra que o sr. Dom Carlos e o seu governo estavam dispostos a suffocar as manifestações patrioticas e a humilhar-se diante da Inglaterra, contra a vontade da nação portugueza. E os jornaes de Paris iam reproduzindo e commentando...

Começou-se a fallar cá por fóra em crise politica, em luctas do governo com todos os partidos existentes, em politica á Charles X, em crise economica, em repressões e perseguições. E os jornaes de Paris iam reproduzindo e commentando, ao acaso, todos estes boatos, *vindos em grande parte de Londres*, sem que o governo pensasse um instante em evitar esta corrente de descredito...

* * *

Ora n'este momento, isto é, *na primeira quinzena de fevereiro de 1890*, o governo portuguez e em especial o sr. Hintze Ribeiro foram caridosamente prevenidos das difficuldades e perigos que podiam advir para o Estado, do abandono a que estava entregue a imprensa franceza. Foram caridosamente prevenidos de que a imprensa franceza estava sendo minada por especuladores politicos e financeiros *(estrangeiros* e não *portuguezes)* para lançarem o descredito sobre Portugal; de que a imprensa franceza estava sendo de novo minada pelos portadores de titulos de Dom Miguel; e que se o gabinete não tomasse uma resolução urgente, sem perda d'um instante (e n'essa occasião á custa de pequenos sacrificios), o governo veria muito breve voltada contra o Estado a imprensa de Paris.

Com semelhante attitude da imprensa quem perdia era Portugal. Era pois um acto não só de boa politica monarchica, mas de patriotismo, defender-se o governo por todos os modos no estrangeiro, tanto mais que tinha de ir recorrer aos capitaes francezes para o emprestimo que tencionava contratar com a casa Ephrussi.

* * *

Mais foi dito ao governo, e em especial ao sr. Hintze — que não era prudente contar apenas em Paris com o apoio do *Moniteur*, do *Soleil* e do *Gaulois*, jornaes *orleanistas*, jornaes de opposição á Republica, por consequencia em desaccordo e em guerra com a maioria da opinião em França. Que

diria o leitor se, para lançar um emprestimo na praça de Lisboa, uma empresa estrangeira se lembrasse de sollicitar apenas o apoio da *Nação?*...

Mais foi dito—que era preciso que o governo tratasse de obter a cooperação dos mais importantes jornaes republicanos; e que se não fiasse na errada lenda que ha em Portugal de que o *Figaro* é um jornal que só jura pelo principio monarchico, pois que o *Figaro* não hesita em dar para baixo nos governos monarchicos, quando elles praticam erros. Isto mesmo foi depois confirmado pelo artigo do sr. Jacques Saint-Cère, illustre redactor da politica externa no *Figaro*, quando tão duramente para o governo e para o Rei analysou as famosas ordenanças de 8 de abril findo.

E o que fazia o governo, o que fazia o sr. Hintze, *em fevereiro*, quando era tão bem e tão caridosamente informado ácerca d'esta melindrosa e perigosa situação?...

Não ligava a mais leve importancia aos esclarecimentos que lhe eram fornecidos—para só dar ouvidos á onda tumultuosa dos influentes e corrilhos eleitoraes que chegavam de todos os cantos da provincia,—onda que todas as tardes invadia o palacio do Calhariz, enchendo os magestosos salões de fumaradas de cigarro bréjeiro!...

O sr. Hintze, isto é, o nosso Ministro dos Negocios Estrangeiros, no momento em que Portugal se estava debatendo n'uma crise diplomatica—só pensava, só cuidava em eleições! Que ninguem lhe chamasse a attenção para além das fronteiras—para o que se estava tramando contra nós, contra o nosso credito, em Paris!...

O Ministro dos Estrangeiros só queria saber se Mangualde estava certo, ou se em Mangualde a

lucta seria renhida; só queria saber se Carrazeda d'Anciães, Panoias de Cima, Albergaria das Cabras e outras capitaes e centros diplomaticos d'esta força davam ou não davam o seu apoio ao governo...

—«E que resolve Vossa Excellencia ácerca da imprensa de Paris?...»

—«Que massada! que massadores!... Que a imprensa franceza faça o que quizer!... *(Voltando-se para um Influente)* Ó conselheiro! Que novas me dá *Vóssencia* de Covas de Barroso?...»

Ao que o Influente respondeu com ar severo e profundo:

—«Saberá *Vóssencia* que Covas de Barroso continúa fiel ao partido...»

E assim dormia, ignorante e descuidoso, o Ministro dos Estrangeiros!...

* * *

Passou-se todo o mez de fevereiro. E segundo a velha tradição lisboeta e mandriona do *fica-para-ámanhã*,—nada se fez!

Passou-se todo o mez de março. E nem o sr. Hintze nem o governo se importaram absolutamente nada de crear uma situação, de tomar posição na imprensa de Paris.

Em 8 de abril lançam os dictadores a famosa *lei das rolhas*, com todo o caracter de odiosa e feroz perseguição aos liberaes e ao partido republicano. E a imprensa franceza, recapitulando todos os actos dictatoriaes do actual governo, antes e depois das eleições de Lisboa, exclamou:—«Estão doidos!...»

A partir d'aquelle dia tinha o governo portuguez alienado as sympathias da imprensa republicana, a

começar pelo *Temps*, orgão da alta burguezia franceza, — e pelo *Petit Journal*, o orgão do povo, da *petite épargne*, que costuma concorrer a todas as operações financeiras que o *Petit Journal* lhe aconselha.

E logo a seguir á publicação dos tristes decretos que tão má impressão causaram em França; quando já o governo tinha contra si toda a imprensa parisiense; quando nem o sr. Hintze nem o governo quizeram dar ouvidos a quem *em fevereiro* os havia prevenido generosamente do perigo; — o governo portuguez resolve pedir aos habitantes de Paris que lhe emprestem 9:000 contos para obras publicas!...

Nunca ninguem caminhou com tanta leviandade, com tanta cegueira — ou com tanta estupidez — para uma tão inevitavel derrota!...

E são estes senhores, com semelhantes processos e elementos de governo, e semelhante comprehensão da crise diplomatica e economica que o nosso pobre paiz está atravessando, — são estes senhores que se arvoram em dictadores e salvadores da Monarchia, violando a constituição, algemando a imprensa, supprimindo a liberdade de associação e de reunião, transformando a lei eleitoral, dissolvendo a Camara de Lisboa, — são estes senhores que exigem de nós, jornalistas, admiração, veneração e respeito para as suas pessoas e para os seus actos!...

Como pessoas — tirante talvez o sr. Arouca, o monoculo da situação — nenhum d'elles é capaz de seduzir uma bailarina de S. Carlos! Como actos, como obras, como ideias, que diabo de actos, obras ou ideias teem posto em pratica os dictadores?...

Crearam o Ministerio da Instrucção publica e Bellas-Artes. Perfeitamente d'accordo. E a quem

foi confiado esse Ministerio?... Ao sr. Oliveira Martins?... Ao dr. Bernardino Machado?... Ao dr. Theophilo Braga?... Ou a algum outro portuguez que tenha passado annos e annos no seu gabinete estudando o modo moderno e pratico de transformar a nossa sebenta, pingona e tinhosa Instrucção publica?...

Qual historia! Foi esse Ministerio confiado e dado de presente ao sr. Arroyo, em premio dos disparates que teve a habilidade de accumular no Ministerio da Marinha.

De modo que Portugal, que já tinha uma escóla de aprendizes de Estadista (o Ministerio da Marinha)—passou a ter duas, com o Ministerio da Instrucção publica.

Chegamos á ultima pobreza e degradação colonial, com o systema *fontista* de dar aos recrutas, aos mediocres ou aos inuteis, a pasta da Marinha...

Chegaremos em breve ao ultimo aviltamento e rebaixamento intellectual, inaugurando hoje o mesmo systema com a pasta da Instrucção!

* * *

Mas este estado de coisas ha de continuar assim, de peor para peor, sem uma revolta moral de todo o Paiz, sem uma revolta do bom-senso, da dignidade e do talento offendido?...

Onde estão os luctadores de ha dez e vinte annos?... Onde estão elles?! esses terriveis cavalleiros da Ironia, que ha dez e vinte annos, em livros, em pamphletos, em conferencias no Casino acordavam todo o Paiz e diziam aos rapazes, como eu, que entravamos então para as escólas:

—«Geração nova! Vae haver um renascimento

em toda a nação portugueza! Trabalhae, estudae, preparae-vos para a lucta e para a *vida nova*, emquanto nós vamos demolir! O futuro pertence-vos!...»

E o que é que os terriveis cavalleiros da Ironia demoliram?... Onde estaes vós para estarmos ao vosso lado?... Que é preciso fazer?... Fallae! Fallae!...

*
* *

Mas os terriveis cavalleiros da Ironia, os terriveis demolidores de ha dez e vinte annos falliram todos, ou quasi todos!...

E eis-nos, uma geração de homens de trinta annos, que trabalhámos, estudámos, sempre animados do mais profundo amor da patria, ao abandono, sem um chefe, sem um guia, sem um Messias—escravisados e tyrannisados, hoje, no momento do perigo nacional, no momento em que a patria póde desapparecer d'um dia para o outro em furias de revolução desordenada—escravisados e tyrannisados por este balôfo e conselheiral triumvirato dos srs. Lopo, Hintze e Arroyo!

Ao pensar em tal, sinto que uma golfada de sangue me sóbe ás faces e á garganta—de vergonha e odio...

Ai! terriveis cavalleiros da Ironia! Para que havieis assim de nos acordar para a vida e para a lucta, se a vossa philosophia vos ensinava que a morte seria fatal!...

Talvez não!

A França precisou de cahir em Sédan, para afinal se libertar da bambochata napoleonica!...

Mariano Pina.

Numero 4] [24 de maio de 1890

Novo Espectro

CASTIGO SEMANAL DA POLITICA

Como se vão as cousas convertendo
Em outras cousas várias, inesperadas!

CAMÕES. *Egloga I.*

Que cousa mais vária e inesperada—ó bom Camões!—do que a attitude de certos deputados portuguezes, nos primeiros dias de maio corrente?...

Quando o nosso paiz está vivendo em sobresaltos, sem nada saber ácerca das desgraças e ladroeiras coloniaes, e do desastre financeiro de Paris; sem nada saber ácerca do modo de remediar tantos males, sem vergonha, sem dôr e sem miseria para nós,—varios dos nossos deputados, que deviam n'este momento angustioso ser os servidores sinceros e desinteressados do Povo e da Patria, fazem questão e berreiro nos corredores de S. Bento, porque lhes não pagaram os vencimentos de maio—*adiantadamente!*...

Ah! maganões! que bem se vê que não passaes de parasitas do orçamento; e que os vossos loga-

res, ganhos á força de corrupção, intrigas, pressões e vinganças politicas, não passam d'uma *posta* com que equilibraes o orçamento caseiro!...

Com que então, era só chegar a S. Bento; abrirem-se as portas da grande patuscada parlamentar; fumar a bella charutanga nos corredores; «fazer d'olho» para as tribunas; — e dê para cá o paiz *cem mil reis* adiantados, por trinta dias de mutismo, de *apoiado! apoiado!* ou de verborrhêa!... Emquanto que um pobre operario do Arsenal ou da *Régie* é obrigado a fiar ao Estado uma semana de trabalho; um serviçal a fiar um mez de soldada; e um negociante ou industrial a fiar a sua mercadoria, isto é, trabalho, capital, intelligencia accumulada, durante um, dois, tres e até seis mezes!...

Socegae, amigos! socegae, famintos!... Um mez depressa se passa, sobretudo á boa-vida, sobretudo em S. Bento, em chalaça e cavaqueira amena, que é o que vossas senhorias fazem durante as sessões.

A *verborrhêa* já não é um privilegio; já passou de moda. É foguetorio molhado pela Razão, e que já não estala no ar. A quem fôr capaz de ouvir a sério, durante meia hora, Manuel d'Assumpção ou João Arroyo, pago-lhe uma ceia aqui em Paris, n'um gabinete do *Café Américain*, com Champagne e madamas — tudo do fino!

É gosar dos ultimos arrancos do *parlamentarismo*, dos ultimos arrancos das candidaturas officiaes, das bellas *maiorias* fabricadas no Terreiro do Paço!... Porque o vento do *socialismo* sópra rijo por essa Europa fóra, e o *socialismo* ha de arrancal-os a vossas senhorias d'essas carteiras que ora occupam — em nome das mais secretas immoralidades politicas! Tão secretas, que nem os mais habeis

especialistas seriam capazes de lhes determinar a proveniencia...

Para mais esclarecimentos, informem-se com o sr. Fuschini—o *socialista* lá de casa...

* * *

Ouso lembrar a este governo, que tanta vez se tem dado ao prazer venereo de violar a Constituição, a vantagem de a violar mais uma vez—agora com um fim util e decente, que é o seguinte:

Suspender os vencimentos a todos os srs. deputados da nação portugueza. E com a somma d'esses vencimentos, ou sejam aproximadamente *cincoenta contos de reis* por cada legislatura, instituir dois grandes premios:

1.º Para o deputado da *maioria* que prove ter sido eleito pela vontade e consciencia dos eleitores;

2.º Para o deputado do governo que tendo fallado durante tres sessões consecutivas, deu provas de que tinha procurado dar á luz, pelos menos—uma ideia!...

Por este modo tão simples quanto provocador das mais bellas acções, ganha o Estado cincoenta contos por anno, sem fallar na diminuição de despezas de composição, impressão e papel com o *Diario das Camaras*,—e sem fallar no quanto ganham a paciencia nacional, o socego das familias e o futuro da patria.

*
* *

Attendendo a que em tres mezes de legislatura os nossos deputados vencem 50 contos de reis; attendendo a que em cada sessão só fallam em média *tres* representantes do povo; chegamos ao seguinte medonho resultado:

—*Cada discurso dos nossos deputados sae ao paiz, termo médio, por 200$000 reis!*—

Oh! as vantagens do *parlamentarismo!*... Como nós seriamos felizes com mais alguns S. Bentos! Um no cabo Mondego; outro no cabo da Roca; outro no cabo Carvoeiro...

Dizem os navegantes que faltam pharoes e sereias nas costas de Portugal para evitar desastres. Pois espalhem S. Bentos pela costa — e verão todos os navios passar cuidadosamente ao largo... com medo de encalhar!

Com medo de encalhar em lamaçaes de rhetorica...

O illustre israelita lusitano e par do reino, o sr. Barros e Sá, mais conhecido no estrangeiro, desde que foi ministro, pelo nome de Monsieur Basorra,— n'um accesso de furia tribunicia e liberal (???) avançando com o seu solidéo de sêda preta, o seu nariz de filho de Israel, e o seu fura-bôlos adunco, para o banco dos ministros, exclamou na sessão da camara dos pares de 1 de maio de 90:

—«O decreto dictatorial com relação ás eleições dos pares é um crime, é uma violencia, é uma traição!»

E o illustre *christão-novo* e par do reino passa sem novidade em sua importante pessoa.

Mas exclamam por sua vez a *Republica*, os *Debates* e a *Folha do Povo:*

—«O decreto dictatorial com respeito á liberdade de imprensa, de reunião e de associação é um crime, uma violencia, uma traição!»

E esses tres jornaes são immediatamente mettidos em processo!

De duas tres:

—Ou para se ser jornalista da opposição é preciso ser-se primeiro par do reino;

—Ou a Justiça é um funil, com a bocca voltada para os poderes constituidos e o bico voltado para o paiz;

—Ou o sr. Barros e Sá, attendendo á sua qualidade de *christão-novo*, é considerado como *irresponsavel* pela camara e pelos dictadores.

*
* *

Que grande patuscada que tudo isto é! Nem os senhores calculam como de longe o quadro é comico e impagavel...

Parece que estamos n'um theatro de creanças, assistindo a uma representação de *marionettes* de papelão e pau, com caras tetricas, solemnes, comicas ou carrancudas, e que desempenham uma complicada tragedia—a tragedia da nossa decadencia!

Triste e comica tragedia de *marionettes* politicas, onde morrem assassinados o nosso credito financeiro, o nosso imperio colonial—e mais as nossas liberdades...

E viva a pandega, meus amigos!

*
* *

Ainda sobre liberdade d'imprensa e decretos dictatoriaes do dia 9 d'abril, o sr. conselheiro Pinheiro Chagas, que tem a peito aconselhar-nos este gabinete com mais afan do que o sr. conde de Restello aconselha o seu xarope,—diz o seguinte aos jornalistas da opposição:

—«Critiquem á vontade, mas sem as injurias que aviltam.»—*(Correio da Manhã,* 2 de maio de 90.)

Peço licença para lembrar ao illustre frei Thomaz... das Chagas que a sua recommendação e a sua moral não teem o menor valor politico e não podem ser tomadas a sério pelos infieis, por muitas razões, das quaes servirão d'amostra as seguintes:

1.ª razão.—No fallecido *Diario da Manhã,* de que era redactor principal o sr. Pinheiro Chagas, procurou-se desacreditar o então ministro sr. Barros Gomes, inventando-se a calumniosa historia d'uma testamentaria no Brazil. O fabricante d'esta calumnia creio que foi agora recompensado com uma cadeira em S. Bento...

2.ª razão.—No actual *Correio da Manhã,* onde o sr. Pinheiro Chagas dirige agora a moral politica e a critica sem injuria, ainda ha dois annos se fazia a calumniosa campanha da *outra metade* contra o sr.

Mariano de Carvalho; e a não menos calumniosa campanha do *chalet* e dos *estuques* contra o sr. Emygdio Navarro.

Por que razão n'esses tempos o sr. Pinheiro Chagas se não oppunha, na sua qualidade de director do *Diario* e do *Correio*, contra *as injurias que aviltam* a imprensa, e que eram todos os dias impressas n'esses jornaes?...

Por que razão em 88-89 o sr. Pinheiro Chagas tolerava no seu *Correio* a campanha da injuria contra os srs. Mariano e Navarro; e em 90 esfrega as mãos de contentamento quando sabe que vão ser processados jornaes d'opposição, porque tiveram a ingenuidade de frequentar o curso d'injuria que o *Correio da Manhã* tinha aberto em Lisboa?...

Porque então o sr. Pinheiro Chagas era *opposição;* e porque hoje o sr. Pinheiro Chagas é *governo!*

*
* *

É por estas e por outras, mestre, que a machina politica está a estalar e a desconjunctar-se por todos os lados; e que o futuro é talvez mais sombrio do que se pensa.

É o caso de repetir agora a trova XII que s. ex.ª publicava no *Correio da Manhã*, de 3 de fevereiro de 89:

«O governo trata o povo,
De quem se dizia amigo,
Como nas eiras, em junho,
As bêstas tratam o trigo!»

Mas tome cautela o governo com o modo como trata o povo, o espesinha, lhe tira as suas liberdades e o carrega d'impostos,—porque eu conheço uns versos terriveis de Camões, que por signal nunca vi citados, e que dizem assim:

«Emquanto do seguro azambujeiro
Nos pastores do Luso houver cajados,
Com o valor antiguo, que primeiro
Os fez no mundo tão assinalados,
Não têmas tu, Frondelio companheiro,
Qu'em algum tempo sejão subjugados
Nem que a cerviz indomita obedeça
A outro jugo qualquer que se lhe offreça.»

Ora que me conste, os pastores do Luso ainda não deixaram de ter dos taes cajados de *seguro azambujeiro*, com que costumam varrer as feiras—isto para o dia do ajuste de contas...

N'esse dia, ai Jesus! Maria Santissima! muito havemos nós de rir,—e muito hão de os senhores chorar!...

E que me dizem á famosa indignação dos jornaes governamentaes e conservadores, porque no dia 1.º de maio os operarios portuguezes tiveram a ousadia de pedir 8 horas de trabalho?!...

Ao lêr aquelles periodicos, fica uma pessoa scismando se os redactores trabalham pelo menos 12 horas por dia... E como todos são pensionistas e

reclusos das penitenciarias que bordam o Terreiro do Paço, talvez entrem para o trabalho ás 6 horas da manhã, para só sahirem ás 6 horas da tarde... Quem sabe?...

Pedi informações do caso para Lisboa, e eis o que me responderam pelo telegrapho:

—«Burocrata indigena entra repartição tres horas tarde. Gasta um quarto hora para enfiar manga alpaca. Meia hora para fumar cigarrada, lêr periodicos. Mais quarto hora para despir manga alpaca, e sae. Ganha por este serviço 20 a 200$000 reis mez. Ha quem affirme haver burocratas que ainda fazem menos e ganham mais. São jornalistas governo.»

De modo que o sr. Jornalista-manga-d'alpaca, pago á custa do Estado para defender todos os maus governos com que o Poder Moderador nos dota,—acha insolito que o operario portuguez acompanhe os seus irmãos do mundo inteiro na reclamação de uma lei que reduza por toda a parte a *oito horas* cada dia de trabalho...

Sabem do que eu gostava?... Era de poder pegar no sr. Alberto Pimentel e em outros *albertos* mais ou menos *pimenteis* da nossa imprensa conservadora; de os arrancar por uns dias ás delicias do Terreiro do Paço e de S. Bento; e de os fazer trabalhar um dia inteiro, de cocoras ou de joelhos, dentro d'uma mina, a 300 metros abaixo do chão, cavando hulha, sem luz e quasi sem ar, e com o corpo encharcadinho em agua, em lama, e em suor!...

*
* *

Os jornalisto-burocratas e os governantes andam por ahi a brincar e a sorrir do *socialismo*, como os aristocratas em Versalhes, em 1789, no *petit* Trianon, brincavam e sorriam da Revolução franceza.

Pois não se fiem na onda. Não creio que o socialismo moderno, justamente pelo espirito de Humanidade e de Justiça que o anima, pratique a semsaboria e a estupidez de armar guilhotinas, para ceifar meia duzia de cabeças fanfarronas, aliás inoffensivas...

O que o socialismo pretende fazer é muito mais sério e mais doloroso... Um exemplo ao acaso:

Reduzirá os *burocratas* á expressão de simples *trabalhadores*, sendo pagos por horas de trabalho, e não ao mez, como actualmente succede. Organisará caixas de soccorros para os invalidos do Estado, deduzindo todas as semanas tantos por cento da féria do *burocrata*. E acabará d'este modo com esse privilegio indecoroso e immoralissimo da classe burocratica, e que se chama a *reforma* — «a reforma com o ordenado por inteiro.»

«Todo o homem valido — dizem os modernos eco-«nomistas — estando condemnado ao trabalho, por-«que é que certos individuos, unicamente porque «serviram o governo como funccionarios, benefi-«ciam d'uma reforma que os liberta da lei geral, «quando poderiam ainda trabalhar durante vinte «ou trinta annos?... São outras tantas forças per-«didas para a sociedade. Se estes homens escapam «á lei geral do trabalho, se nada mais produzem,

«vivem á custa da sociedade e tornam-se um en-
«cargo, em vez de contribuirem na medida das
«suas forças para o desenvolvimento da riqueza
«publica. Ora este parasitismo é uma coisa re-
«voltante!»

*
* *

No dia—bem proximo—das grandes reformas sociaes, haveis de gritar em côro, ó altos funccionarios do Estado:—«Aqui d'el-rei contra o socialismo!...»—Mas o sr. D. Carlos nada poderá fazer a bem das vossas sinecuras, ó altos figurões do Terreiro do Paço!

Porque não sois mais dignos de privilegios e favores do Estado do que um operario e um lavrador que trabalham, como vós nunca haveis de trabalhar, para o engrandecimento da nação.

Porque não sois mais dignos de privilegios e favores do que o agricultor, o industrial, o negociante, o homem de sciencia, o artista, o homem de lettras, dos quaes o Estado não faz o menor caso, e que passam a vida arriscando e gastando fortuna, saude, trabalho e intelligencia, em proveito da patria...

Ganhae a vossa vida, ó altos funccionarios!—como nós a ganhamos trabalhando dia e noite. Organisae quanto antes caixas de soccorros e de previdencia. Tratae de juntar para a velhice, como nós, trabalhadores, temos necessidade de o fazer...

Porque d'aqui a pouco, mais breve do que vossas senhorias pensam, a revolução economica surgirá entre nós—ou Portugal terá de fallir.

Ora um paiz fallir por causa do bem-estar dos parasitas do orçamento é coisa que se não póde vêr em nossos dias democraticos. E então. adeus reformas! adeus commissões! adeus sinecuras!

Vós viveis á sombra d'uma tradição do velho auctoritarismo monarchico. Ora o desastre do emprestimo de Paris, collocando a monarchia portugueza sem dinheiro, vae ser o ponto de partida da annunciada revolução...

Amigos funccionarios! Os vossos dias estão contados!...

Que de lagrimas e gemidos por esse Terreiro do Paço!....

Ácerca da questão ingleza, das negociações entre o gabinete do Calhariz e de Saint-James, entre o sr. Barjona de Freitas e lord Salisbury, escreve o *Diario Popular* do sr. Mariano de Carvalho:

—«Encontrando (a Inglaterra) em face de si diplomacias como a do sr. Hintze Ribeiro, convencendo-se de que não ha pontapés bastantes para Portugal, deixa o sr. Barjona a passear ocios pelas ruas de Londres, *á nossa custa*, não faz d'elle o minimo caso, e apodera-se de tudo quanto lhe convém... Portanto, graças á habilidade d'este governo e ao patriotismo d'este povo, a Inglaterra, depois de se ter apoderado de Mashona, de parte do Chire e do Nyassa, deita a mão á navegação do Zambeze e do Chire inferior.»

Sobre o mesmo prazenteiro assumpto escreve o *Dia* do sr. Antonio Ennes, jornalista que co-

nhece a fundo a questão ingleza:—**«Está tudo perdido.»**

Ora se está tudo perdido; se não ha pontapés bastantes para o nosso paiz, por parte da Inglaterra; se o sr. Hintze nada conseguiu em Londres; se em Paris o mesmo sr. Hintze nos occasionou o maior desastre financeiro de que ha memoria; e se em Portugal o governo se tem limitado a violar a Constituição;—porque é que o Poder Moderador não demitte immediatamente semelhantes ministros?...

Estará por acaso á espera de que os pastores do Luso, de que falla Camões, se decidam a manobrar os seus cajados de *seguro azambujeiro?*

Pois não esperará muito tempo. É uma questão d'augmento d'impostos...

*
* *

Ainda ácerca do desastre financeiro de Paris, responde n'estes termos o sr. Pinheiro Chagas aos jornaes da opposição que sustentam que os banqueiros que tomaram *firme* o emprestimo se recusam a pagar os 9:000 contos:

—«A pretexto de dizerem a *verdade* dizem falsidades, admittindo como possivel que houvesse banqueiros que, depois de terem tomado firme um emprestimo, se recusassem a satisfazer os seus compromissos.»—*(Correio da Manhã,* 1 de maio de 90.)

Pois nem as *verdades* dos jornaes da opposição são *falsidades,* nem o que diz o sr. Pinheiro Chagas é exacto. A questão reduz-se a muito pouco.

O governo portuguez ainda não recebeu, *nem receberá tão cedo*, os 9:000 contos. Só recebeu as sommas subscriptas, que são relativamente insignificantes.

E porque é que os contractadores *firmes*, isto é, os srs. Ephrussi & C.ª, se recusam a pagar os 9:000 contos? Porque o governo francez ainda não admittiu á cotação official da bolsa de Paris os actuaes titulos de divida. É o que se chama um *caso de força maior!*...

E porque é que o governo francez vae adiando *indefinidamente* a cotação official? Porque deseja que o governo portuguez resolva a questão do emprestimo de D. Miguel.

E porque é que assim procede o governo da Republica?...

E porque é que os nossos governos, quando nós tanto necessitamos da praça de Paris, evitam relações intimas com a Republica franceza?...

E porque é que Portugal, se precisava da amizade e do apoio financeiro do governo da Republica, não veio *officialmente* á Exposição de Paris?...

E porque é que as moscas se não apanham com vinagre?!...

*
* *

De tudo isto, de todos estes desastres, quem tem as culpas é a nossa acanhada e idiota politica monarchica!

O anno passado, a Monarchia portugueza considerou *chic* fazer *grève* com as outras monarchias da Europa, não vindo *officialmente* a Paris, á Exposição

do centenario da Revolução franceza! Esta *grève* d'uma monarchia constitucional, *filha* da Revolução, contra a propria Revolução e contra a Republica,—tem agora para a nação portugueza as consequencias politicas e economicas que estamos vendo.

Nem a Allemanha imperial veio em nosso soccorro na questão colonial com a Inglaterra monarchica; nem a Allemanha imperial póde vir em nosso soccorro na crise financeira que atravessamos!

O espirito republicano em França ficou dolorosamente offendido comnosco, porque a Monarchia declinou o convite que lhe fez a Republica, e não veio *officialmente* á grande Exposição; e ficou profundamente irritado contra o actual governo, ao vêl-o tomar medidas dictatoriaes contra a nossa imprensa liberal e republicana, parodiando assim os odiosos processos dictatoriaes de Carlos X e de Napoleão III.

Ou a Monarchia portugueza precisa das boas relações da Republica franceza, ou não precisa. Se não precisa, trate apenas de contar com a *amizade* da Inglaterra, e com o auxilio politico e financeiro da Allemanha.

Mas se esta amizade e auxilio lhe faltam—como estamos vendo desde o dia do *ultimatum*—trate a Monarchia de pedir decorosamente perdão á Republica, de todas as *partidas* que lhe fez a proposito da Exposição de 89, e de mandar de presente ao diabo as allianças com a Inglaterra e a Allemanha, —allianças que só servem para nos roubarem, ou nos comprometterem, ou nos ridiculisarem!

Áquelles dos nossos politicos que ainda sonham uma *alliança colonial* com a Allemanha para fa-

zer barreira á influencia e expansão inglezas em Africa, offereço as seguintes palavras, *proferidas ha doze dias*, no dia 12 de maio corrente, n'uma sessão do Reichstag, pelo sr. de Marschall, secretario d'Estado dos negocios estrangeiros do imperio allemão — quando se discutiram os creditos supplementares de 4 milhões de *marcos* para a expedição do capitão Wissman na Africa oriental:

— «O governo do imperio — affirmou o sr. de Marschall — está decidido a conservar-se d'accordo com a Inglaterra na sua *politica colonial*, e reconhece com satisfação que o governo britannico se acha animado dos mesmos bons desejos.» — (*Temps*, 14 mai 1890.)

*
* *

Dizia-me ha dias *alguem* do nosso mundo official, que contava ver aplanadas todas as difficuldades na praça de Paris e junto da imprensa parisiense, quando as camaras votassem o *bill de indemnidade*.

Pois póde o governo estar certo que nada aplana... O gabinete do sr. Serpa Pimentel é considerado em França, desde o dia 9 d'abril, como um *governo reaccionario*, capaz de collocar a Monarchia em sérias difficuldades. E o *bill de indemnidade*, votado por uma maioria que toda a imprensa franceza sabe que foi forjada no ministerio do reino, não terá para essa imprensa a menor significação nacional.

N'estas circumstancias escusa o gabinete de

pensar em melhorar a sua reputação em França. Custar-lhe-ia a *réclame* muitos contos de reis. E para quê?... Para nada!

Se o governo póde viver de portas a dentro, tomando todas as manhãs uma colher de *dictadura*, ou d'outro qualquer tonico policial,—continue o governo com o tratamento, porque, para o seu caso, a medicina não conhece outro melhor.

Se o governo sente que a *dictadura* não basta para lhe acalmar as dôres, e que o Estado precisa absolutamente da praça de Paris para ter d'aquillo com que se compram os melões,—então entregue a sua demissão nas mãos d'El-Rei, se é que préza mais a Monarchia do que as vaidades do poder.

Porque em Paris nunca o actual governo encontrará apoio—senão á custa de *enormes sacrificios* para o thesouro.

Quaes são elles?... O pagamento do emprestimo de Dom Miguel, ou sejam 334:496$959 reis encontrados em 1833 por D. Pedro IV nos cofres do Estado; mais 56 annos de juros simples a razão de 5 % ao anno, ou sejam em numero redondo **1:300 contos!**—que é o que pedem os portadores dos titulos.

E succede que o maior culpado n'estas exigencias dos portadores de titulos de Dom Miguel é o proprio sr. Hintze Ribeiro, cujas cartas, reconhecendo a legalidade do emprestimo, andam affixadas nos cartazes em que Portugal é desacreditado pelas esquinas de Paris!

Se por detraz d'esta odiosa operação está, como se affirma em Paris, um grande estabelecimento de credito, o governo só tem a fazer uma coisa pa-

triotica—a unica coisa realmente patriotica que talvez possa fazer em sua vida—é demittir-se!

Assim deixará a um outro gabinete a facilidade de annullar os decretos dictatoriaes, para dar uma satisfação ao espirito liberal da Europa; e de seguir uma nova politica financeira, mais vantajosa para o Estado e para o decoro nacional.

O sr. Serpa Pimentel e o sr. Hintze hão de por fim concordar que eu tambem dava um soffrivel *conselheiro*—mesmo sem nunca ter sido galopim eleitoral, nem palrador em S. Bento!

Veio parar-me ás mãos um numero do *Portuguez* em que se confessa a necessidade de—«limpar a «Carta Constitucional de archaismos ridiculos de «linguagem, como o do rei *consente*, a *graça de Deus*, «o *nós queremos*, e expungir ao mesmo tempo das «suas paginas a disposição tão inutil, como absur- «da, do *veto absoluto*.»

Ora inda bem! Já tenho o sr. dr. Marçal Pacheco—digno par do reino—plenamente d'accordo com as theorias expostas no 1.º e 2.º numeros do **Espectro...**

E com outras theorias ainda mais radicaes, tambem sei que elle concorda—o terrivel sceptico que olha para a politica e para os politicos portuguezes, com o mesmo sorriso piedoso e caritativo com que olhava para a humanidade... do primeiro andar da torre Eiffel!

Sempre me quiz parecer que o sr. Marçal Pa-

checo estava mais talhado para pamphletario—do que para par do reino, mesmo electivo... Sómente, a philosophia venceu-lhe o temperamento; e elle hoje responde, paraphraseando Bocage:

Já de illusões não vivo,
Meu bem, sou do *Senado:*
Nenhum Mortal se esquiva
Ao que lhe ordena o Fado!

O *Jornal da Noite*, folha governamental dirigida e redigida pelo meu excellente e particular amigo Luciano Cordeiro, deputado *regenerador*, allude em graciosos quanto delicadissimos termos á apparição do segundo numero do **Espectro.** Desculpe o leitor este assomo de vaidade, mas não resisto á tentação de transcrever o elogio. É em fórma de invocação á Policia correccional. Eil-o:

—«Respeito á desgraça, sr. Delegado! Estes pinas teem Lombroso por si: a imbecilidade provada exclue a responsabilidade da asneira...»

Como vêem, o meu excellente e particular amigo Luciano Cordeiro, n'estas poucas mas eloquentes palavras explica brilhantemente ao publico o fim com que este governo resolveu acabar com as injurias de certas folhas da opposição... para da injuria e mais da calumnia se servirem exclusivamente os jornaes do governo, exemplo:—o *Jornal da Noite!*

E é para darem d'estas raias, em publico, que o governo fez deputados certos jornalistas do partido...

Oh! a compostura, a delicadeza, a fina linguagem, o bom tom d'um jornal do governo!

Seu patusco! marque lá dois tentos!...

Mariano Pina.

Numero 5] [31 de maio de 1890

O ESPECTRO

CASTIGO SEMANAL DA POLITICA

Quando se diz alguma tolice em publico, lembro-me dos estrangeiros que podem achar-se em Paris, e logo me aflijo, porque amo a minha patria!

CHAMFORT, *Maximas e Pensamentos.*

Cabe ao sr. dr. Manuel d'Assumpção, antigo ministro, antigo deputado *regenerador*, celebre pela sua rhetorica e pelo «cavallo branco de Napoleão», cavallo que o tem conduzido a mais de um triumpho;—cabe a S. Ex.ª a gloria de haver proferido, em pleno parlamento, o grande grito da decadencia da politica portugueza.

É necessario pois registar esse grito com todas as honras que lhe são devidas; registal-o com o mesmo cuidado, escrupulo, admiração e espanto com que a Historia regista o—*après moi le déluge!*—d'aquelle Manuel d'Assumpção do seculo XVIII, mais conhecido em França pelo nome de Luiz XV...

Porque ha muito que no parlamento portuguez—onde se tem soltado tanta coisa—se não solta um berro tão convicto e tão espontaneo.

A scena passa-se em S. Bento, compartimento dos srs. deputados, sessão do dia 13 de maio corrente. Tem-se entrado na ordem do dia:—«a resposta ao discurso da corôa». Subiu á tribuna o sr. dr. Manuel d'Arriaga para discutir os actos do actual gabinete: a dictadura de que bebeu até á embriaguez; e os desatinos que em seguida praticou.

Facto singular que eu offereço á meditação dos philosophos... Porque será que os desatinos d'um ebrio pelo *vinho* conduzem directamente o borracho ao calabouço do governo civil; emquanto que os desatinos d'um ebrio pela *dictadura*, o menos a que conduzem é a um *bill de indemnidade* votado pelas camaras? Porque será?...

Passo a transcrever fielmente o extracto da famosa sessão de 13 de maio de 90, publicado em varios jornaes portuguezes:

O sr. *Manuel d'Arriaga*, interrogando os ministros:—«Quaes são os vossos projectos?... A respeito do presente, eu não quero mais vergonhas, não quero que o meu paiz seja como o fidalgo arruinado! É preciso que vos torneis solidarios com a liberdade, porque quando chegarem as grandes desgraças a responsabilidade é vossa.»

O sr. *Manuel d'Assumpção*, interrompendo vivamente o orador:—«Quando ellas chegarem, apita-se!»

*
* *

Não sei se leram bem, ou se imaginam que é erro de imprensa. Não é... O sr. Manuel d'Assumpção, em nome da maioria *regeneradora* que o ap-

plaude em delirio, grita ao sr. Manuel d'Arriaga, que antevê desgraças para o paiz, se o governo se não torna solidario com a liberdade:

—«**Quando as desgraças chegarem, apita-se!**»

E aqui está todo o programma politico d'um partido que o Poder Moderador chama ao poder, n'um dos momentos mais graves e mais angustiosos da vida portugueza—**apitar!...**

Apitar!—é o remedio para todas as miserias nacionaes.

Apitar!—é o expediente para todas as complicações diplomaticas.

Apitar!—é o unico recurso para todos os desastres coloniaes.

Apitar!—é o que o governo só sabe fazer quando encalha no desastre financeiro de Paris.

Apitar!—é a unica resolução que a maioria da camara toma, quando é preciso resolver os mais graves problemas.

Apitar!—é o unico acto que maioria e governo tencionam praticar, emquanto tiverem nas suas mãos os destinos do nosso pobre paiz...

E no meio dos insultos que nos assacam de todos os lados; das desgraças que estão imminentes sobre as nossas cabeças; dos pontapés com que nos mimoseia a Inglaterra; dos aleives com que nos cobrem todos os dias em Paris os portadores de titulos de Dom Miguel; dos desdens com que nos humilham os banqueiros estrangeiros;—o governo e a maioria só sabem fazer uma coisa:

Apitar! Apitar! Apitar!...

* * *

A Inglaterra rouba-nos Mashona?... Apita-se!

A Allemanha vae estendendo o seu dominio colonial pelas nossas colonias dentro?... Apita-se!

Lord Salisbury declara o Zambeze—*rio portuguez*—aberto á navegação internacional?... Apita-se!

Os portadores dos titulos de Dom Miguel diffamam o nosso paiz nos jornaes e nas ruas de Paris?... Apita-se!

Os contractadores *firmes* do emprestimo de 9:000 contos declaram ao governo que só por muita caridade lhe emprestam 4:500 contos, e que os outros 4:500 os implore o governo dos bancos de Lisboa e Porto?... Apita-se!

E aqui estão um governo e uma maioria, de apito em punho, rodeados de governadores civis, de commissarios de policia e de policias civis, promptos para apitar, apenas cáia mais alguma fatalidade sobre a nossa patria!

Hão de concordar que, como expediente politico, se não encontra nada que lhe exceda, em toda a historia politica de todos os Estados europeus.

É o que se tem fabricado de melhor, como theoria de governo e como arte de governar.

O *apita-se!* do sr. Manuel d'Assumpção é a mais bella joia da decadencia politica d'um povo; é a mais bella joia da eloquencia parlamentar n'este ultimo quartel do seculo XIX.

Nós já tinhamos, de Fontes, o famoso:

—«Acima do cavallo da diligencia está o tramway, acima d'este a locomotiva, e acima de tudo o progresso!» (Oliveira Martins, *Port. Contemporaneo*, t. II, p. 363.)

Mas o *apita-se!* excede tudo quanto a antiga musa canta. Nunca se ouviu nos parlamentos europeus coisa que se lhe compare. E Deus sabe quantas joias d'este quilate se tem ouvido por esses parlamentos fóra!

*
* *

É pois necessario que se faça bom uso d'essa joia. Urge que se faça! Eu proponho ao meu paiz o seguinte alvitre:

Que se pegue no *apita-se!* do sr. Manuel d'Assumpção e se confie ao mais habil ourives do paiz, para que o artista o monte em alfinete de manta;

E que se offereça o alfinete ao sr. Serpa Pimentel, para que todos os dias o traga para a camara!

Quanto ao inspirado auctor do *apita-se!* o que ha de melhor a fazer é a opposição reunir-se, para offerecer ao sr. d'Assumpção—um apito d'honra...

Offerecem-se espadas d'honra aos que combatem corajosamente pela patria. Porque se não ha de offerecer um apito d'honra aos que apitam corajosamente pelo governo?...

Parece-me que já chegamos a um sufficiente estado de amollecimento cerebral para collocarmos no mesmo estrado de gloria—quem pegou n'uma espada para os makololos, e quem tenciona pegar n'um apito quando a desgraça nos vier bater á porta.

É talvez o momento de repetir a dolorosa imprecação de Herculano, na sua solidão de Val-de-Lobos:

—«Isto dá vontade de a gente morrer!»

Ou então a phrase dos scepticos portuguezes:

—«Até dá vontade de emigrar!»

Só me falta vêr, na primeira crise ministerial que houver, o Poder Moderador confiar a organisação d'um novo gabinete ao sr. Manuel d'Assumpção.

Teremos assim, para maior alegria d'estes reinos, o ministerio dos apitos, succedendo logicamente ao ministerio dos que vão deixar o paiz a apitar!

Manuel d'Assumpção! Manuel d'Assumpção! Por sua causa até já faço *mendonça-costadas!*

Eu chamo respeitosamente a attenção do illustre Monoculo das Obras Publicas para a seguinte noticia publicada na 6.ª columna da 1.ª pagina do *Diario de Noticias*, de quinta-feira 15 de maio corrente:

—«Vae partir para a Allemanha o sr. Justino Guedes, afim de contractar *trinta e tantos operarios* para a fabrica de vidros da Amora.»

Eis tudo quanto se continha na supracitada noticia.

Esperei alguns dias que algum sr. deputado se lembrasse de interpellar na camara o illustre Monoculo das Obras Publicas ácerca d'uma noticia em que se diz claramente: — ou que não ha operarios em Portugal, ou que os operarios portuguezes se acham sem a mais ligeira educação profissional. E nada!

Dias depois o sr. Pinheiro Chagas, no seu parecer sobre o *bill de indemnidade*, é que me explicou a causa d'este silencio. Toda a camara se preparava para discutir a grrrande medida dictatorial, da separação do Sobral de Monte Agraço, do concelho da Arruda.

Segundo se deprehende do parecer do sr. Chagas sobre o *bill*, uma das causas da perturbação politica que trouxe agitado Portugal em janeiro e fevereiro findos, foram as rivalidades entre Monte Agraço e Arruda.

Ao que parece, nem o *ultimatum* de lord Salisbury, nem a jornada camoneana e policial de 11 de fevereiro, nem o procedimento do consul inglez do Porto, nada abalou tanto a Patria e nada impressionou tanto a Europa—como as luctas surdas entre Arruda e Monte Agraço!

Lisboa bombardeada, Lourenço Marques tomado, nada nos seria tão fatal como o cataclysmo do *statu quo* entre Monte Agraço e Arruda! (Vidè parecer do sr. Pinheiro Chagas.)

Foi por isso, ó Historia do seculo XIX! que o gabinete Serpa Pimentel se declarou em dictadura!

N'esse dia, quando os Estados europeus foram prevenidos de que o fragil Monte Agraço já se achava liberto das garras da terrivel Arruda—os fundos portuguezes subiram por toda a parte. Na Bolsa de Paris só se ouvia este grito:

—«Quem quer titulos portuguezes! Monte Agraço está livre! Viva Monte Agraço!...»

Vejam de que ás vezes depende o futuro e a prosperidade d'um povo! Palavra que sempre desconfiei da Arruda!

Ora vão lá fiar-se n'uma villa que apenas conta 2:000 habitantes!... Ah! que se os da Arruda quizessem, e os de Peniche soubessem, e mais o capitão Machado á frente de todos elles, ainda o gabinete se via n'um sarilho!

* * *

Ora pois, Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Monoculo das Obras Publicas, que me diz V. Ex.ª á noticia do *Diario de Noticias?*...

Já não temos operarios em Portugal, ou os operarios portuguezes não sabem fazer coisa que geito tenha?...

A segunda hypothese é talvez a verdadeira. Um industrial portuguez, como o sr. Justino Guedes, que deseja operarios para as suas fabricas, não os encontra capazes em Portugal, e precisa importal-os da Allemanha, aos *trinta e tantos* de cada vez! Quantos industriaes farão o mesmo?... Lindo futuro para os nossos trabalhadores!...

Mas então, Excellentissimo Senhor, para que ha em Portugal um ministerio das Obras Publicas, Commercio e Industria? E para que é que V. Ex.ª está á testa d'esse ministerio? Para ir fazer *pic-nics* para a quinta regional? ou para mostrar o seu monoculo de sceptico e o seu peitilho de janota, do camarote dos ministros, ás elegantes que frequentam S. Carlos?...

V. Ex.ª é ministro das Obras Publicas, ou ministro do dandysmo sertanejo?...

Se V. Ex.ª é ministro das Obras Publicas, para que é que no seu ministerio ha uma verba, que no exercicio de 88-89 attingiu a bonita somma de reis 247:702$926 para «estabelecimentos de instrucção industrial e commercial»?—Sem fallarmos na verba extraordinaria de 120:000$000 reis para «acquisição e construcção de edificios e de material para o serviço de aulas de desenho industrial e escólas industriaes.»

Para que é, Excellentissimo Senhor, que assim se gastam n'um anno **367:702$926 reis** em estabelecimentos de ensino industrial,—e quando uma fabrica de garrafas precisa de operarios tem de os mandar vir da Allemanha, aos *trinta e tantos* de cada vez?!...

Para que é que ha *um* ministerio com *um* ministro, e *uma* direcção geral d'industria com *um* conselheiro director geral, *tres* chefes, *seis* amanuenses e *um* continuo—se esse ministro e esses *treze* empregados da industria nem ao menos lêem o *Diario de Noticias* para saber o que ha com respeito á situação dos operarios?

E que quer V. Ex.ª que eu conclua de tudo isto? —Que ministerio e ministros, tudo entre nós é uma triste patacoada, occupando-se apenas das necessidades do *partido*, e nunca das necessidades do *paiz*...

*
* *

De sorte que as nossas fabricas, que antigamente só precisavam de contra-mestres estrangeiros, tambem agora precisam de operarios estrangeiros!

Vamos bem, sr. Ministro da industria! Hoje é uma fabrica de vidros; ámanhã uma fabrica de pannos; depois uma fabrica de chapeus... E assim por diante, até ao dia em que se chamem allemães e inglezes para embarrilarem mexilhões d'Aveiro, fazerem arrufadas de Coimbra, ou pasteis do Cócó...

E os nossos operarios, por falta de officinas-modelos e escólas de artes e officios, passarão de operarios de fabrica a serventes de allemães e inglezes, ou a ser carregadores de entulho,—em-

quanto não chegar o momento em que andem a pedir esmola pelas ruas de Lisboa e Porto.

Vamos bem, muito bem! O que não impede que se gastasse em 88-89 **367:702$926 reis** em ensino industrial e commercial—para as nossas fabricas estarem cheias de allemães e inglezes, e as nossas casas de commercio de inglezes e allemães.

Portugal é um paiz apenas bom para estrangeiros e burocratas. Os estrangeiros, desde o capitalista até ao operario, e os burocratas, é que sabem chupar-lhe todo o ouro. O pobre portuguez, esse, sem *padrinhos*, sem fortuna e sem instrucção, ou tem de passar uma existencia miseravel no seu paiz, ou tem de emigrar e correr a aventura pelo Brazil, pela Africa ou pela Australia.

Mas quando surgirem maiores desgraças e convulsões; quando surgir a questão social complicada de mil outras doenças—que faremos?... Apita-se!

Apitamos—e está salva a patria!

Assim nol-o affirma o tribuno Assumpção...

Clamava o sr. Pinheiro Chagas no *Correio da Manhã* de 1 de maio corrente, investindo com as folhas da opposição:

—«A pretexto de dizerem a *verdade*, dizem *falsidades*, admittindo como possivel que houvesse banqueiros que, depois de terem tomado firme um emprestimo, se recusassem a satisfazer os seus compromissos. Se assim fosse não valia a pena contractar emprestimos firmes!»

Com que então, eram *falsidades* o que nós diziamos?...

Pois fique o publico sabendo que o syndicato Ephrussi, em seguida ao escandalo do emprestimo Dom Miguel e ao adiamento pelo governo francez da cotação official dos novos titulos—só emprestou *caridosamente* ao governo, apesar de todas as supplicas do sr. Perestrello, metade do emprestimo, ou sejam 4:500 contos de reis.

E como não houvesse meio de encontrar os outros 4:500 contos nas praças estrangeiras, então o sr. Franco Castello Branco viu-se na necessidade de os implorar aos bancos de Lisboa e Porto—dos quaes não havia feito nenhum caso quando pensou em realisar o emprestimo *firme*.

E são os bancos de Lisboa e Porto—aos quaes o actual ministro da fazenda não ligou a menor importancia quando o governo precisava de 9:000 contos—que se vêem na necessidade patriotica de soccorrer o thesouro com 4:500 contos, no dia em que os contractadores *firmes* se recusam a cumprir o contracto que haviam firmado com o Estado!

O actual gabinete, em dictadura, houve por bem crear um novo ministerio—o ministerio da Instrucção publica. Mas em vista do que se está passando em Londres com a questão africana e em Paris com a questão financeira, tambem me parece urgente crear mais outro ministerio, que se ficará chamando:

O Ministerio das humilhações!

*
* *

Eu pedia aos jornaes do governo, aos jornaes *bem informados*, que me explicassem a historia que se conta em segredo, em Paris, d'uma carta de

M. Germain, director do *Crédit Lyonnais*, dirigida ao syndicato do ultimo emprestimo, a proposito dos novos titulos, e em que se falla desdenhosamente de *mercadoria* ou de *papel avariado*...

Será ao papel portuguez que allude o director d'aquelle importante estabelecimento de credito?...

Que novo descredito é este lançado sobre Portugal, justamente pelo director d'um banco de Paris que tem a *agencia official* do governo portuguez?...

Serão novas *falsidades*, que depois se apura serem durissimas *verdades?*...

Com vista ao sr. Pinheiro Chagas.

Uma folha governamental—*A Tarde*—passa as horas da sésta insinuando que o **Espectro** deve ser necessariamente pago pelo desprezivel syndicato dos titulos de Dom Miguel, syndicato que nos anda diffamando pelas esquinas de Paris.

Este processo de critica da *Tarde* comparado com o do *Jornal da Noite* (Vidè **Espectro** n.º 4), prova-nos mais uma vez que o governo supprimiu a liberdade d'imprensa, para dar o monopolio da injuria aos jornaes do partido.

A pittoresca insinuação da *Tarde* nem me irrita nem tão pouco me surprehende. Os redactores da *Tarde* teem passado toda a vida a vender a sua penna ao partido *regenerador*—ou por metal sonante, ou empregos publicos, ou logares de deputados, que tudo vem a ser o mesmo. De sorte que lhes parece um sonho ou aberração da natura haver jornalistas que se não aluguem para fins duvi-

dosos, escriptores que não vendam a penna, cidadãos que queiram ter em publico uma opinião *sua*, uma critica *sua*, em face da bambochata da politica indigena!

É uma questão de ponto-de-vista, de moral para serviço exclusivo da *Tarde*, que eu vou registando, sem me dar ao trabalho de discutir.

Para mais esclarecimentos ácerca do meu patriotismo, recommendo aos redactores da *Tarde* uma entrevista com o sr. Serpa Pimentel. Talvez S. Ex.ª lhes possa dar informações sobre o caso!

*
* *

Mais enfurece a *Tarde* e tambem o *Correio da Manhã* a ideia de que eu ouso accumular as funcções de redactor do **Espectro** com as de cavalleiro da ordem de Christo...

Francamente, que não acerto com as causas de tal furia.

Por acaso os regulamentos da ordem de Christo defendem aos cavalleiros, sob pena de excommunhão, qualquer intervenção ou critica sobre a politica do paiz?...

Por acaso os regulamentos da ordem impõem aos cavalleiros a obrigação de dar palmas e vivas a todos os erros diplomaticos do sr. Hintze, a todas as astucias inquisitoriaes do sr. Lopo, a todos os disparates financeiros do sr. Franco Castello Branco, a todas as pimponices dictatoriaes do sr. Arroyo?...

N'esse caso, a ordem não devia ter sido fundada sob a invocação de Christo, mas do doutor Pan-

gloss, de Voltaire, que achava que tudo ia ás mil maravilhas n'este mundo, e que este mundo era o melhor dos mundos possiveis e imaginaveis.

Mas tal não foi a ideia de el-rei D. Diniz ao fundar a ordem, de que sou o mais humilde cavalleiro. E por duas razões:

1.ª Porque no seu reinado ainda não tinha apparecido á luz o *Candide* de Voltaire;

2.ª Porque queria que o patrono da ordem fosse aquelle Jesus de Nazareth que um dia, no templo de Jerusalem, correu á chicotada os judeus, porque faziam da «casa da oração uma caverna de ladrões». (Renan. *Vie de Jésus*, p. 134.)

Uma ordem de Christo nunca poderá ser nem uma ordem de Pangloss, nem de carneiros de Panurgio—mas sim uma ordem de independentes e de revoltados! Mas se a *Tarde* assim o não entende, e se Sua Magestade está d'accordo com a doutrina da *Tarde*—aqui estou prompto a renunciar ao titulo e a devolver as insignias.

Creio que a ordem me dá direito a um alqueire de cevada, todos os annos, para o meu Rocinante. Ora como não tenho cavallo, peço licença para offerecer a cevada da ordem—á redacção da *Tarde!*...

O governo de Sua Magestade Fidelissima, ligeiramente irritado com o favor com que o publico tem honrado este **Espectro,** acaba de inventar um sr. Antonio Sebastião de Carvalho Vasconcellos, que se diz proprietario d'um semanario politico o *Espectro* (??), semanario que nunca ninguem viu e nin-

guem leu!... O sr. Vasconcellos requereu pela 3.ª vara civel de Lisboa «um arresto em todos os numeros que apparecerem á venda do semanario do mesmo titulo, publicado pelo sr. Mariano Pina.»

Como vêem, a operação não póde ser mais simples, nem mais brilhante! Todas as semanas a policia apprehende 10:000 numeros do meu **Espectro,** tendo o direito de os vender por conta do sr. Antonio Sebastião de Carvalho Vasconcellos; e este illustre e ignorado jornalista entra assim, todas as semanas, na posse de 500$000 reis, para o usufructo dos quaes não arriscou nem uma ideia, nem uma phrase—nem mesmo um caderno de papel almasso!

O processo tem só o defeito de não ser novo. Já os frequentadores do pinhal d'Azambuja faziam o mesmo, de cada vez que lhes passava ao alcance da espingarda algum almocreve ou rico viandante.

*
* *

Não sei se ainda ha juizes em Portugal—o qúe é muito provavel; e se um sr. Antonio Sebastião de Carvalho Vasconcellos tem o direito de me impedir o uso d'um titulo que elle não inventou, pois que ha perto de 60 annos Antonio Rodrigues Sampaio o lançou no dominio do publico;

E se esse sr. Vasconcellos, ou outro qualquer Antonio Sebastião, tem a phantasia de registar para seu uso particular todos os nomes proprios do diccionario da lingua portugueza—ficar-se-ha por esse facto sem titulos para as revistas que de futuro quizermos fundar?...

Mas tudo me leva a crer que o mysterioso sr. Vasconcellos ha de ganhar o processo... Basta

olhar para o jubilo com que os jornaes do governo logo annunciaram o caso do arresto!

— «Bem pregada peça!...» — exclamaram em côro as folhas mais ou menos amollecidas do partido da dictadura.

Imaginando — o que é um claro symptoma de amollecimento cerebral — que supprimido o titulo d'um pamphleto, ficava assim supprimida a penna que o escreve!

Não, patuscos, não! O titulo não faz nada ao acaso. Se o sr. Luiz Palmeirim imagina que basta escrever um mau poema, tendo por titulo os *Lusiadas*, para logo passar á posteridade, e ser apeado Camões do seu pedestal para ceder o logar a um Palmeirim de bronze — está o grande censor redondamente enganado. Como tambem não basta ser *ministro da fazenda* para ter a confiança dos banqueiros de Paris.

*
* *

Supprimam, pois, o **Espectro!** Se o diccionario da lingua ainda a estas horas não está registado na Bibliotheca — para que eu não tenha mais titulos — ainda encontro á minha disposição: — o *Esfola*, o *Esguicho*, o *Espelho*, o *Espantador*, o *Espantalho*, o *Espargo*, o *Espigão*, o *Espirro*, o *Esporão*, e até o *Espreita!*...

E quando o Governo me supprimir o diccionario da lingua de Camões, resta-me o recurso do diccionario do calão parisiense, para lhe enviar, sobre a minha capa encarnada, esta bella palavra — **Zut!...**

Mariano Pina.

Numero 6] [7 de junho de 1890

O ESPECTRO

CASTIGO SEMANAL DA POLITICA

E vamos a ellas, rapazes; fazer bem espadas, bem lanças, bem hachas, azevans e partazanas, que hão de ser muito feiradas, e cedo. Anno de çafra para o alfageme, meus amigos. Do modo que isto anda revôlto! — É trabalhar, rapazes! . . .

GARRETT, *Alfageme de Santarem*, ACT. I — SC. I.

Tivemos a dita de ouvir papaguear no palco de S. Bento, tres dos mais bellos pimpões d'esta dictadura com que a divina Providencia dos reis houve por bem dotar o nosso paiz.

1.° pimpão absoluto: — O sr. Antonio de Serpa Pimentel, que deu á luz um discurso explicando as aptidões governativas de Sua Magestade Fidelissima, e as venturas que a dictadura proporcionou ao Paiz e á Monarchia.

2.° pimpão mezzo-soprano: — O sr. Pinheiro Chagas, que deu á luz um parecer sobre o *bill de indemnidade*.

3.° pimpão sfogato:—O sr. Franco Castello Branco, que deu á luz um projecto de tirar coiro e cabello.

Taes foram os tres partos capitaes e politicos do mez de maio findo, em pleno palco de S. Bento.

O parto mais difficil foi o do sr. Franco Castello Branco. O monstrosinho foi-lhe arrancado a ferros. A demora na operação chegou a impacientar a camara. O sr. presidente, que por instantes receou pela vida do parturiente, teve que pedir *attenção!* E o parturiente, todo banhado em sangue, em cifras e em suores frios, a voz estrangulada pelo *deficit*, exclamou entre lagrimas e impostos:

—«Attenção, não... mas algum... socego... se... é... possivel!...»

Nunca o parlamento assistiu a um espectaculo tão doloroso—para o contribuinte... O que eu pasmo é como ainda ha em Portugal tanta pelle para esfolar!

Oh Deus de misericordia! Não poderás dizer-nos até onde chega a paciencia ultra-contributiva do portuguez?...

*
* *

Vamos analysar de perto esses tres abortos da nossa feira politica.

Nem sempre a occasião se nos offerece de poder analysar as ideias politicas do sr. Antonio de Serpa, mais do sr. Pinheiro Chagas, e as ideias financeiras do sr. Franco Castello Branco.

Temos diante de nós tres pimpões—tres *vultos*,

como se diz respeitosamente sob as arcadas do Terreiro do Paço.

Oh! os tres *vultos!* Aproximem-se, leitores! Venham vel-os!

Venham vel-os—e venham rir!...

Comecemos pelo sr. Antonio de Serpa. *A tout seigneur, tout honneur!* O sr. presidente do conselho passa no nosso paiz—onde as ideias são raras—por ser um politico com ideias. Vejamos em que estado S. Ex.ª as tem—ou se as tem—examinando o seu discurso de 20 de maio findo, na camara dos deputados.

Vejamos a razão da sua politica e da sua dictadura. Quem sabe?... Talvez que nós andemos, injustamente, a gritar contra os dictadores. Talvez que a dictadura seja um elixir de primeira ordem... Ouçamos, pois, a voz de Sua Eminencia. Começa por fazer o elogio das faculdades governativas de Sua Magestade:

—«Subiu ao throno um principe no verdor dos annos, *sem a experiencia* que estes dão... um principe *sem pratica dos negocios publicos*...»

Bravo! Até parece um republicano condemnando o principio monarchico da hereditariedade! Sua Magestade ficou, ao que parece, tão satisfeito com este diploma de incapacidade, passado pelo presidente do seu conselho, que logo o armou gran-cruz

da Torre-e-Espada! Como são magnanimos os principes, quando lhes falta a *experiencia* e mais a *pratica!*...

E como El-Rei não tivesse, nem a experiencia nem a pratica das redeas do governo, o presidente do conselho aconselhou-o a que lhe désse a dictadura, para que o novo monárcha começasse o seu reinado — violando a Constituição! De modo que esta dictadura não passa d'uma *tutela* para o principe e d'uma *regencia* para o reino, tendo El-Rei como *tutor* e o Paiz como *regente:* — Sua Magestade o sr. D. Serpa Pimentel I, d'áquem e d'além-mar, da Ethiopia, e principalmente das Arabias!...

Bonito processo de governo! Como Sua Magestade Fidelissima nada percebesse dos negocios publicos, o sr. Serpa mandou-o adquirir experiencia e pratica, emquanto o governo se arvorava em regencia e tomava conta do paiz — como d'um terreno baldio!

Admiravel systema! Admiravel moral!

* * *

— «Eu sei que os governos se gastam pela sua *iniciativa*, e que a melhor maneira de durar *é fazer o menos possivel*... Todos os *actos de iniciativa*, por melhores que sejam, talvez por serem bons, gastam os governos.»

É a apotheose do velho principio mandrião e lisboeta do *deixar-tudo-ao-Deus-dará!* Segundo o sr. Serpa, o melhor que um governo tem a fazer para se não gastar e merecer a confiança da corôa — é

não fazer nada! Nunca ninguem se atreveu a negar tão brutalmente qualquer pensamento de reforma, e qualquer ideia de progresso...

Este optimismo é digno do dr. Pangloss, de Voltaire—e da doutrina do *apita-se!* do sr. Manuel d'Assumpção. (Vidè ultimo numero do **Espectro**).

O paiz debate-se n'uma horrorosa crise financeira?... Não faça nada o governo, para se não gastar!

O paiz atravessa uma crise agricola?... Não se mexa, olhe que se gasta!

As nossas colonias correm perigo diante da brutal avidez da Inglaterra?... Fiquemos quietos como ratos, quando sentem gato no celleiro.

A instrucção publica é uma calamidade e uma vergonha?... Pelo amor de Deus! nada de reformas no ensino, aliás não nos conservamos no poder!

Oh! o bello egoismo humano e *regenerador!* Se o egoismo não existisse—tinha-o agora inventado o sr. Serpa!

*
* *

—«Eu não sou *socialista*, na significação que vulgarmente se dá á palavra...»

Mas não nos diz o sr. Serpa em que sentido é que é *socialista*, e como é que entende o bom *socialismo*. D'isso se escapa S. Ex.ª—como velha raposa matreira—com medo de attrahir as cóleras dos Jornalistas d'alpaca, que se indignaram com o pedido dos operarios, da reducção do dia de trabalho a oito horas.

Nada de brincadeiras! Essa coisa que para ahi chamam *socialismo* é muito séria; e o sr. Serpa corre-lhe por cima, como cão por vinha vindimada...

Papãosinho, vae-te embora
De cima d'esse telhado;
Deixa dormir o governo
O seu somno descansado!

O papão do *socialismo* é capaz de deitar a terra a caranguejola que lhes serve de palanque. O melhor é não o discutir, nem fallar n'elle...

Até se me afigura que para este ponto do seu discurso, o sr. Serpa se foi inspirar n'uma maxima de Dumas filho, que se encontra no album d'uma senhora da nossa primeira sociedade:

—«As ideias são como os prégos: quanto mais se lhes bate na cabeça, mais se enterram na parede. Não discutam nunca!...»

* * *

Mas o socialismo ainda lhe merece esta reflexão:

—«A grande classe operaria, a classe dos homens que teem só o seu trabalho e os seus braços, precisa de ser assistida em frente das classes que teem capital...»

D'accordo, sr. Antonio de Serpa. E é por isso que os governos liberaes e democraticos que ha

pela Europa, respeitam e protegem a liberdade de reunião e de associação—para que os operarios estudem o melhor modo de se libertarem da escravidão do *capital*.

Ora o sr. Serpa que sabe e affirma no parlamento que *o operario precisa de ser assistido em frente do capital*, trata de assistir e proteger o operario—supprimindo-lhe a liberdade de reunião e de associação. Singular modo de proteger uma classe escravisada!

Nunca se disse com mais audacia a uma classe, victima dos especuladores e dos burguezes dinheirosos:

—«Bem sei que andas escravisada, e que precisas ser assistida. Sómente, não te dou o direito de te associares, de te reunires, e de discutires a tua miseria, porque me não faz conta. Continúa escrava, que nós governantes é que havemos de te proteger contra o capital!»

Mas como toda e qualquer iniciativa gasta um governo, o governo para se conservar no poder nada fará por essa classe—que continuará eternamente escrava dos patrões...

Talvez não... A classe operaria nos paizes livres, está-se movendo e trabalhando. E quando os operarios da Europa gritarem—**Liberdade!**—queira o governo ou não queira, os operarios portuguezes tambem hão de ser livres.

*
* *

Chegamos á liberdade d'imprensa. É uma passagem divina!

—«Eu sou, como sempre fui, partidario da ampla liberdade d'imprensa; e a nossa legislação sobre o assumpto continúa a ser uma das mais liberaes, se não a mais liberal do mundo.»

Pois não, sr. Serpa! Muito liberal, a nossa legislação. O jornalista portuguez accusado por crime d'imprensa passa em correccional, como qualquer fadista ou gatuno. Nega-se-lhe o jury, que em França é um direito, agora confirmado pela nova camara, na discussão do projecto de lei sobre a imprensa. E entrega-se em Portugal o jornalista ao capricho e aos humores do juiz, funccionario do Estado, inimigo declarado dos periodicos, e que em meia hora o julga, o condemna, e manda para a cadeia, sem mais appellação nem aggravo...

Emquanto os crimes d'imprensa não forem julgados pelo jury, diga o que disser o sr. Serpa—a imprensa em Portugal nunca poderá considerár-se *livre*. Tudo quanto se disser em contrario, ou é sophisma, ou é mentira!

* * *

Em politica o sr. Serpa ainda trabalha pela cartilha de Chateaubriand (1768-1848).

Queira Deus que S. Ex.ª não siga na sua vida de gabinete a tal theoria de que os governos, para se não gastarem, não devem fazer absolutamente nada...

O sr. Serpa, como politico e como economista, tambem para se não gastar, parou em Chateaubriand; e parece que não toma a *iniciativa* de lêr auctores um quasi nada mais modernos, para estar ao facto das variantes do sentimento politico da velha Europa, e das causas da decadencia do *liberalismo*, de 1830 para baixo.

Bem mau symptoma—porque tinha muito que aprender!

* * *

Agora leiam e pasmem:—pasmem, porque é um dictador que falla!...

—«Eu quero que haja jornaes *republicanos*, democraticos, conservadores, *absolutistas*, catholicos, *protestantes*, que todos possam defender as suas ideias, porque d'ahi resulta um grande progresso moral.»

E esta!?... Como é que póde haver jornaes *republicanos* e *absolutistas* em Portugal, desde o momento que a nova lei d'imprensa lhes não permitte criticar o systema monarchico-representativo?...

Como é que póde haver jornaes *protestantes*, desde o momento que o nosso Codigo penal diz terminantemente o seguinte:

«Art. 130.º Aquelle que faltar ao respeito á religião do reino, *catholica, apostolica, romana*, será condemnado na pena de prisão correccional *desde um até dois annos*, e na multa, conforme a sua renda, *de tres mezes até tres annos*, em cada um dos casos seguintes:

. . . . . .

«2.º **Tentando** (por qualquer meio de publicação) **propagar doutrinas contrarias** *aos dogmas catholicos definidos pela egreja;*

«3.º *Tentando por qualquer meio fazer proselytos ou conversões para* **religião differente, ou seita reprovada pela egreja.**»

E querem saber a quem se deve este Codigo penal, obra-prima digna de qualquer Inquisidor?... Ao sr. Lopo Vaz de Sampaio e Mello, bacharel em rolhas, actual ministro da justiça!

De modo que o sr. Serpa Pimentel, aconselhando da tribuna a publicação de jornaes *protestantes*, como elemento de *grande progresso moral* para o paiz, não faz mais do que instigar os incautos a que pratiquem crimes punidos pelas leis vigentes...

Machiavelico presidente do conselho!... Onde diabo tinha o sr. Serpa a cabeça quando, para se fingir liberal, veio defender doutrinas em desaccordo com as leis do paiz,—aconselhar os cidadãos a que se revoltem contra essas leis?...

* * *

Sabe o sr. Serpa o que é o seu discurso? ... Uma provocação publica contra a religião do Estado, crime previsto pelo artigo 483.º do Codigo penal!

Se um cidadão qualquer o tivesse proferido n'uma reunião publica, seria punido com prisão correccional, e multa de tres mezes até tres annos... Como é bom ser presidente do conselho, para se gosar da absoluta impunidade — até no crime!

O que teria sido mais correcto e mais nobre, era ter dito ao parlamento:

— «Nós fizemos dictadura porque assim o quizemos, e porque tinhamos a força pelo nosso lado. Quanto a dar explicações, não damos, porque ainda dispomos da força para dar para baixo, no dia em que o paiz se faça fino!...»

E assim evitava o sr. Serpa a estopada d'um discurso, onde não ha um vislumbre de sinceridade em materia de *liberalismo;* onde tudo se sophisma, dizendo-se uma coisa na camara, e fazendo-se o contrario na rua; e onde, no desvairamento d'uma defeza sem elementos, até o orador atropella as leis que infelizmente nos regem!

* * *

Tambem nos falla em Sobral de Mont'Agraço, e suas guerras e desavenças com Arruda... Diz-nos que aquellas duas povoações «casadas no mesmo

concelho» tinham necessidade de ser divorciadas por incompatibilidade de *humores!*

E vae o governo, separa-as, para salvar a Monarchia da onda republicana, e o Paiz das ladroeiras da Inglaterra!

Ora vejam de que dependia a salvação da patria —dos maus *humores* de Mont'Agraço, que se não casavam com os *humores* da Arruda...

Arruda! Arruda!... tu és os nossos peccados! ainda has de ser a causa de graves perturbações europeias!

Arruda, tem juizo! Arruda, tem proposito! Na tua mão estão os destinos da patria!...

E praza a Deus que o triste e duro fado
De tamanhos desastres se contente;
Que sempre um grande mal inopinado
E' mais do que o espera a incauta gente!

* * *

—«Nós podemos ter errado, mas o que se não póde dizer é que errámos em beneficio do governo.»

Sómente erraram em beneficio dos seus jornaes, aos quaes deram o monopolio da injuria e da calumnia que despejam quotidianamente sobre os patifes que não estejam d'accordo com o panglossismo e a falstaffice do gabinete *regenerador*. É lêr a *Tarde* de Lisboa, e mais o *Jornal de Noticias* do Porto...

* *
* *

—«Quando a camara e o governo são de politica diversa, ou o governo ou a camara tem de sahir; o governo não podia sahir porque tinha sido nomeado n'aquella occasião *(por um principe sem experiencia e sem a prática dos negocios!)*—portanto tinha de sahir a camara!»

Como o governo tivesse extorquido a um principe *inexperiente* a dictadura, o que é um crime—como o agiota que faz assignar uma lettra a um menor, o que leva o agiota á cadeia, em todos os paizes, menos em Portugal—o governo não esteve nem com uma, nem com duas... O governo ordenou á camara que sahisse, sem querer saber se essa camara representava ou não a vontade do Paiz...

Rua, senhores deputados, que é o governo quem manda! Da parte d'El-Rei *(que não tem experiencia, nem pratica dos negocios)*, rua!... Até parece *Tartufo*, no acto v, traducção do visconde de Castilho:

> Digam o que quizerem; exhalem as suas furias;
> aprendi do meu Deus a perdoar injurias!
> . . . . . .
> Podem-se ir enraivando; eu cumpro os meus deveres!

E depois de ter feito novas eleições e uma maioria á sua feição, Sua Magestade D. Pimentel I, regente de Portugal e das Arabias, vem á camara, de luneta em punho, gritar como Luiz XIV:

—*L'État c'est moi!*...

Philarmonicas do meu paiz! Agora não se toca o hymno da Carta. O que hoje se toca—é a marcha funebre da Carta!

* * *

Cicero disse um dia:—«Juro que salvei a Republica!»—O discurso do sr. Serpa tambem se póde resumir nas seguintes palavras:

—«Juro que salvei o meu paiz!»

Com estes ligeiros sacrificios:

—Deixando-nos roubar as colonias pela Inglaterra;

—Deixando-nos insultar por lord Salisbury;

—Organisando um desastre financeiro em Paris;

—Preparando uma crise monetaria em Portugal;

—E estrangulando a liberdade.

Á parte estas bagatellas e ninharias, em que nem vale a pena fallar—o sr. Serpa salvou a patria.

É o que se está vendo!...

* * *

Em resumo:—O discurso do sr. Serpa Pimentel veio confirmar plenamente o que nós já sabiamos ha muito—que somos governados por um governo sem ideias e sem energia; sem sufficiente fé monarchica para affirmar ao paiz que El-Rei possue as qualidades, talentos e saber que são indispensaveis a um Rei; sem coragem para ser auctoritario, apesar dos decretos dictatoriaes que lançou; sem audacia para defender medidas anti-liberaes;—sem força para nada!...

Temos um governo que não póde com uma gata

pelo rabo!... O discurso do presidente do conselho é o discurso d'um velho enfermo, envenenado por velhas mixordias liberaes e demagogicas; d'um governo que na corda bamba do poder quer vêr se se sustém, fazendo maromba com a Auctoridade e com a Liberdade...

Pela bocca do sr. Serpa, diz-nos o governo que quer estar bem com a Liberdade e com o Arrôcho, com o Rei e com os Republicanos, com os Operarios e com os Patrões, com os Catholicos e com os Livres-pensadores... É a monarchia de Luiz Philippe, sem tirar nem pôr,—é o governo do *juste milieu*, que foi acabar na revolução de 1848. E assim vae fazendo tagatés e festinhas a todos os principios revolucionarios, inclusivè ao *socialismo*, dizendo-se *socialista*—o maganão!—porque não sabe de que lado sopram os ventos, e quer vêr em que param as modas...

Então, sr. Serpa, um bocadinho d'arrôcho, um bocadinho d'Inquisição, só para fazer a bocca dôce ao amigo Lopo Vaz!... Por quem é, sr. Serpa, um bocadinho de tortura e forca! Tenha a coragem da dictadura; a sufficiente coragem para dizer á camara, caso algum deputado se faça fino:—*Ego sum qui sum!*...

Tenha a coragem de dizer aos 4 milhões e 500 mil borregos que habitam em Portugal:—**Posso, quero e mando!...**

Emquanto o não disser, alto e bom som, com acompanhamento de salvas de artilheria,—a dictadura não passará d'uma pobre caraça com que o governo se mascarou, no dia em que recebemos na bocca do estomago um par de coices da Inglaterra.

Ora mascarar-se um governo n'aquelle momento,

confesse, sr. Serpa, que é escolher mal o dia para festejar o Entrudo!...

Ficam de vinha-d'alhos para o proximo numero do **Espectro,** o parecer do sr. Pinheiro Chagas; mais o projecto financeiro do sr. Franco Castello Branco; mais o discurso do sr. Lopo Vaz sobre a dictadura.

E se os dictadores continuam com taes ataques de verborrhêa, nunca teremos espaço para fallar d'outros assumptos!

É talvez chegado o momento de paraphrasear o poeta Boileau, na sua apostrophe a Luiz XIV:

—«Ó grande governo! cessa de asnear, e eu cessarei de escrever!...»

Ha quem affirme que nós não devemos ter colonias: porque não temos excesso de população para mandar para lá; nem excesso de capitaes; nem excesso de producção industrial; nem exercito e marinha para a sua policia e defeza; nem engenheiros e companhias portuguezas para extrahirem as riquezas que por lá estão ao abandono. Finalmente, que não somos dignos de ter colonias—porque as não sabemos aproveitar.

É uma calumnia!... A Sociedade de Geographia de Lisboa acaba de provar á Europa que, se não sabemos ou não podemos aproveital-as d'outro modo, ao menos aproveitamol-as com vantagem — para *menus* de jantares! Assim, por exemplo, no banquete de S. Carlos, aos exploradores, o cozinheiro da Sociedade de Geographia serviu aos convivas, entre outros acepipes coloniaes:

Sopa á rainha do Maputo — Pastelinhos do Chire — Peixe adubado á Nyassa — Figados de pato gordo á Mashona — Ponche de cachaça makolola — Alcachofras á Zambeze — Nogado do Sanhati, etc.

*
* *

Este *menu* ainda me parece um sonho! Leio-o, releio-o... e por mais que o leia e releia — sempre me parece um sonho!

Quando o inglez acaba de nos roubar o melhor do nosso dominio colonial, estar a Sociedade de Geographia comendo alegremente, ao som do hymno da Carta, pastelinhos do Chire e figados de pato gordo á Mashona — hão de confessar que é assaz funebre!

Que este fosse o *menu* d'um banquete de regosijo, offerecido no dia immediato ao do *ultimatum*, pelo duque de Fife e mais directores londrinos de companhias africanas, a lord Salisbury — comprehendia-se e até se lhes perdoava. Porque a ironia ingleza não costuma ter limites. Haja vista aos pamphletos de Swift — e ás caricaturas do *Punch*...

Mas que seja a Sociedade de Geographia de Lis-

boa quem approve no anno de 1890—no anno do lucto colonial—semelhante *menu*, é o que me deixa abysmado... e triste. Profundamente triste!

Deus Nosso Senhor permitta que aquelle *menu* do banquete de 19 de maio não vá cahir nas mãos do *Punch*. Se cae... que enorme gargalhada por essa Europa fóra!

Os redactores da *Tarde* de Lisboa e do *Jornal de Noticias* do Porto, e outros agentes provocadores assoldadados pelo governo, fervem todos os dias em cachões d'injuria, para vêr se me provocam cóleras contra o governo ou contra El-Rei, e haver assim materia para processo. Rabulice muito conhecida de Napoleão III...

Não lhes levo a mal o systema, nem os ataques. Ganham escrupulosamente os seus ordenados. E em troca das injurias que periodicamente me dirigem, vou-lhes offerecer algumas maximas de dois philosophos meus amigos—para que as meditem á hora da sésta. Vejam como sou generoso... Mando-lhes bilha de leite, por bilha d'insulto.

*
* *

A má-creação não é um vicio da alma: é o effeito de muitos vicios, da estupida vaidade, da ignorancia dos deveres, da molleza, da estupidez, da distracção, do desprezo dos outros e da inveja.

*

Aquelles que, sem nos conhecerem, dizem mal de nós, não nos causam damno: não são as nossas pessoas que elles atacam, mas o phantasma da sua imaginação.

La Bruyère.

*

A calumnia é como a vespa que nos importuna, e contra a qual se não deve fazer o menor movimento, a não ser para a matar, sem o que ella volta ao ataque mais furiosa do que de começo.

*

Ha entre o homem d'espirito mau por caracter e o homem d'espirito bom e honesto, a mesma differença que ha entre um assassino e um homem do mundo que joga as armas na perfeição.

Chamfort.

Então, meus senhores, que tal lhes sabe La Bruyère e mais Chamfort?... Não é verdade que conheciam na perfeição os homens e os seus sentimentos?!...

A mudança temporaria do titulo do **Espectro** motivada pelo tal sr. Vasconcellos, que havia requerido pelo juizo da 3.ª vara civel arresto em todos os numeros d'este semanario, por usurpação de titulo

que me não pertencia, requerimento que foi depois *indeferido* pelo meritissimo juiz—provocou varias reflexões ao *Dia*. É o seu direito. Ha porém, uma insinuação frisante, pessoal e directa, que eu não posso deixar em claro, tanto mais que esse numero do *Dia* me foi mandado de Lisboa por varios amigos meus.

Diz o *Dia* que eu tenho mudado muitas vezes d'opinião—«e ha de ainda mudar, se *alguem* quizer.»

Fico esperando da lealdade e cavalheirismo do sr. Antonio Ennes, director politico do *Dia*, a quem sempre considerei como um jornalista incapaz de sujar a sua penna em qualquer allusão, insinuação ou imputação calumniosa—que me diga o que significam aquellas palavras ambiguas, e o nome do *alguem* que o *Dia* sublinha, e que é capaz de me fazer mudar de opinião, para eu saber com quem me tenho de haver.

Verá o sr. Antonio Ennes como da pelle do mysterioso *alguem* eu hei de fazer um lindo tambor.

E ha de ser tambor em dia de festa!...

Mariano Pina.

Numero 7] [14 de junho de 1890

O ESPECTRO

CASTIGO SEMANAL DA POLITICA

Nenhum seculo houve mais fertil d'estas Sevandijas que este; nenhum Reino mais abundante d'ellas, que o de Portugal; e nenhuma Côrte mais abarrotada que a de Lisboa. Eu a considero, eu a observo, eu a conheço bem de perto. Os Ladrões são muitos: os Velhacos innumeraveis...

JOSÉ AGOSTINHO DE MACEDO,
Os Burros.

A's vezes ponho-me a pensar — ao lêr os jornaes que todas as manhãs recebo de Lisboa — no que dirá de nós o portuguez de d'aqui a um seculo, o curioso da historia patria no anno de 1990, ao percorrer os documentos escriptos d'este **anno terrivel** de 1890 — como já lhe vae chamando o assaz optimista e assaz governamental *Jornal da Noite*...

Esse curioso da historia patria começará por fazer o balanço das crises, dos desastres e das vergonhas.

«—Morte d'el-rei Dom Luiz—Subida ao throno de um principe sem a experiencia e sem a pratica dos negocios publicos *(vidè discurso do sr. Serpa)* — Revolução do Brazil e proclamação da Republica —

Baixa do cambio brazileiro, affectando profundamente os interesses portuguezes — *Ultimatum* da Inglaterra — Lucta do gabinete Serpa Pimentel contra a explosão do patriotismo nacional, e este transformando-se pouco a pouco n'um grito de guerra contra as instituições — Desdem absoluto da Inglaterra pelas reclamações do gabinete de Lisboa — Roubo descarado das nossas colonias d'Africa oriental — A Inglaterra dispondo da navegação do Zambeze, rio portuguez, com tanto direito a ser respeitado como deve ser o Tejo ou o Douro — Campanha de diffamação emprehendida em Paris pelos portadores de titulos de Dom Miguel, e conduzindo-o ao desastre do emprestimo de 9:000 contos — Perspectiva d'uma bancarrota em Portugal — Desaccordo absoluto entre o governo e o paiz — Finanças do Estado arruinadas — Massacres de expedições portuguezas no interior d'Africa — Suicidio de Silva Porto, governador do Bihé, que aos 75 annos de edade se mata para não assistir a mais vergonhas e mais desastres coloniaes por parte de Portugal — A Allemanha e a Inglaterra caminhando de braço dado, para se apropriarem das nossas riquezas africanas», etc.

Eis o balanço dos factos mais salientes em junho de 1890. Estas são as crises, as vergonhas, os desastres, o que quer que seja como um terramoto politico, financeiro e colonial...

*
* *

Agora o curioso vae vêr em que se occupava o governo portuguez, que medidas tomavam os paes da patria. E folheando os diarios verá:

«—Prohibição de collocar ramos de flôres sobre o monumento de Camões e o tumulo de Vasco da Gama — Lisboa em estado de sitio para o cumprimento d'estas ordens — Prisão e reclusão n'um vaso de guerra dos oradores populares que quizeram protestar em *meetings* contra as violencias da Inglaterra — Suppressão da liberdade d'imprensa, de reunião e de associação — Tres sessões na camara dos pares para se discutir o melhor modo de validar as eleições dos pares electivos — Um antigo ministro da justiça annuncia ao parlamento que o governo e a maioria estão dispostos *a apitar*, quando surgirem novas desgraças — O presidente do conselho vem declarar á camara que «o Rei não tem a experiencia nem a pratica dos negocios publicos» — Os deputados mais celebrados nas gazetas passam as sessões em justas e torneios de vil rhetorica e insulsa ironia, a proposito da dictadura e da liberdade d'imprensa — O ministro da fazenda, depois do desastre financeiro de Paris, vem pedir augmento d'impostos, em vez de pedir reducção de despezas, quando os orçamentos estão abarrotados com despezas inuteis e indecorosas — A Sociedade de Geographia de Lisboa come alegremente e solemnemente pastelinhos do Chire e alcachofras á Zambeze, no salão de S. Carlos — O presidente do conselho passa uma sessão a convencer a camara, de que foi uma alta medida governativa aproveitar a dictadura para separar Sobral de Mont'Agraço do concelho da Arruda, attendendo á incompatibilidade de humores que havia entre estas duas terreolas de provincia — O ministro dos Estrangeiros appella constantemente para a *razão d'Estado*, para fugir á vergonha de declarar á camara o numero exacto de pontapés que lord Salisbury tem applicado a Portugal — Por imposição da Inglaterra é

demittido do logar de governador da provincia de Moçambique, Neves Ferreira, o bravo e illustre official da marinha portugueza — É feito fiscal dos consulados portuguezes na Europa, *com residencia em Paris*, logar absolutamente inutil, o antigo consul visconde de Faria, burocrata que faltou sempre ao respeito aos seus superiores, e cuja pessoa constitue a mais valente, a mais indecorosa e a mais aspirante sanguesuga do orçamento — O ministro dos Estrangeiros demitte do seu logar de ministro de Portugal em Vienna um antigo e respeitavel diplomata da carreira, immensamente considerado n'aquella côrte, para dar esse logar a um abastado capitalista, em cujas salas o sr. Hintze Ribeiro, quando opposição, se comprazia no inverno jogando a manilha e mais o voltarete — etc. — etc. — e mais etc. . . .»

Eis uma ligeira ideia do que ha no activo d'este governo de dictadores sem força e sem ideias, para oppôr ás catastrophes successivas d'este **anno terrivel...**

*
* *

Que dirá de nós, de toda esta tropa de politicos e de comediantes, o historiador imparcial, no anno de 1990?...

Que odiosa sociedade!... Quem ha por ahi, que se orgulhe de ter sangue portuguez nas veias, que não córe de vergonha, quando se olha para tanta miseria e para esta desabrida farçada e feira politica?... Que não córe, quando se lembrar de que após esta geração virão outras que nos hão de julgar friamente, e que assim nos hão de classificar para todo o sempre, perante a Posteridade?...

Geração de 1890:—*Uma geração de insignificantes, de egoistas e de vendidos, sem ideias, sem enthusiasmos, sem fé e sem coragem, sem a mais leve consciencia do perigo, da decadencia e da miseria que atravessava a nação portugueza.*

Tal será a humilhante e degradante, mas justa etiqueta, que o historiador imparcial ha de pregar sobre o vosso vilissimo cadaver — etiqueta mais humilhante que todas quantas o sr. Oliveira Martins pregou sobre o cadaver da sociedade do cardeal D. Henrique, e mais do bragança João VI, antes e depois da fuga para o Brazil, diante da invasão do estrangeiro!

Mas que fatalidade é esta que assim nos persegue implacavelmente através dos seculos? ...

Dos fins do seculo XVI para baixo, somos um povo miseravel e infeliz, ao qual de nada aproveita:— nem o bello movimento patriotico de 1640, feito mau grado João IV, que só acceitou a corôa no dia em que o perigo tinha desapparecido;—nem o impulso dado á vida portugueza pela vontade de ferro do marquez de Pombal;—nem o movimento liberal de 1830, que foi caír n'esta escóla liberalona e fontista da centralisação desenfreada, do desprezo pela religião, do padre feito corrilho eleitoral, do mercantilismo das consciencias politicas, do triumpho insolente das bambochatas financeiras, das imbecis vaidades militares arruinando todos os annos o orçamento, e da corrupção do *voto* levando a intriga, a concussão, a perseguição e a immoralidade, desde a cidade até ao mais humilde logarejo ...

Tanta corrupção publica, até lembra a phrase com que Rochefort classificou um dia a desmoralisação politica do tempo de Napoleão III—*um verminato d'infamia e um crapulato de despotismo!* ...

* * *

Ora vejam como o quadro em 1890 é a copia fiel d'um quadro do seculo XVI, sob o reinado do cardeal D. Henrique. É tirado da *Historia de Portugal* do sr. Oliveira Martins:

As mulheres galanteavam, os homens vendiam-se, e o cardeal D. Henrique resava e chorava, sem saber como decidir-se.

. . . . . .

Assim como a onda da miseria viera crescendo, invadindo e afogando, assim nascera a loucura... Era uma loucura feroz, um terrorismo de desespero: como se deu em toda a parte, quando desgraças calamitosas desequilibram as forças collectivas, acclamando as ambições vulgares, e dando o mando ás plebes e aos facinoras .....

Não houve protestos contra a perda da independencia?... *(aqui póde lêr-se: «contra os ataques da Inglaterra.»)* Houve; mas de tal natureza, que são mais uma prova da incapacidade da nação para a defender.

* * *

Vejamos agora o que se passava no começo d'este seculo, nos tempos do bragança João VI, fugindo para o Brazil com medo da invasão dos exercitos de Bonaparte. É ainda o sr. Oliveira Martins quem nos pinta admiravelmente o quadro:

Tal era o Portugal-Bragança, *restaurado,* ao que se disse. Para consolidar uma dynastia, cedeu-se o Oriente aos hollandezes; e se não se perdeu o Brazil, foi porque elle proprio soube defender-se. Depois enfeudou-se o reino aos in-

glezes; e por cima de tudo isto acceitava-se o santo e a senha dos jesuitas...

E uma série de doidos, de maus, ou de idiotas, levados pelo braço dos negociantes jesuitas e inglezes, pupillos de uns, prebostes de outros, disseram-se reis de um reino que era uma sombra, animada por um unico sonho vivo: o *sebastianismo*.

. . . . . .

Por toda a parte rebentavam symptomas de gangrena. Não eram só os documentos da inepcia ingenua: eram tambem certos protestos de um espirito revolucionario, que entrava em Lisboa por via maritima, e no reino por intermedio dos sabios e fabricantes estrangeiros importados pelo marquez de Pombal.

Um rumor surdo de tempestade começava a ouvir-se; presentia-se um grande terramoto.

Quem resistiria ao destino armado? quem faria face a Napoleão? Não seria o principe-regente, nem a rainha doida, nem as altas classes ensandecidas, nem o povo faminto, indifferente, sebastianista. A' voz do verdadeiro Anti-Christo portuguez, que foi Junot, desabou tudo por terra: a nação, roída nos ossos pelo termita infatigavel, o *jesuita*, nem era já o esqueleto, era apenas o pó de um cadaver.

Quem faria face á Inglaterra?... Não seria o Rei, sem a experiencia e sem a pratica dos negocios publicos, nem as altas classes ensandecidas, nem o povo miseravel e faminto. A' voz do verdadeiro Anti-Christo portuguez, que foi lord Salisbury, desabou tudo por terra: a nação, roída nos ossos pelo termita infatigavel, o *syndicateiro*, nem era já o esqueleto, era apenas o pó de um cadaver!...

*
* *

E comtudo o cadaver ainda póde resuscitar e caminhar!... Porque um povo, por mais decadente que esteja, no momento das grandes calamidades,

ainda encontra elementos de vida e de renascença. Haja vista á França, depois dos desastres da guerra e da communa...

O que nos falta é um homem!—um homem para nos guiar e para nos dar fé no futuro, um homem para acordar e consolar a nossa alma adormecida e descrente, um homem como Gambetta...

Pois já não haverá em Portugal um homem bastante ambicioso de gloria, e bastante amante da sua patria, para reunir todos os bons elementos dispersos, e pôr-se á testa d'um grande movimento nacional?...

Pois já não haverá em Portugal um homem de talento, de coração ou de espada, para agrupar em torno de si as boas vontades e intelligencias da Geração nova, e dar o assalto do Poder, e salvar do abysmo da bancarrota, do judaismo financeiro e da corrupção centralisadora—um dos mais bellos, dos mais formosos, dos mais ricos e dos mais sympathicos pequenos paizes da Europa?...

Pois já não haverá em Portugal homem bastante ambicioso de gloria, para vêr o seu nome coberto das mais lindas corôas e das mais lindas palmas, para vêr o seu nome festejado, abençoado e acclamado por todo um povo, como foi o nome de Gambetta pelo povo francez?!...

Vamos! grande homem mysterioso e ignorado! Põe de parte o teu scepticismo, o teu pessimismo, o teu buddhismo, a tua indolencia, ou a tua indifferença!

Vamos! grande homem mysterioso e ignorado! Um povo inteiro está á espera da tua audacia gloriosa, para te levar em triumpho!

Vamos! grande homem mysterioso e ignorado!

Surge et ambula!...

A'cerca da missão colonial do sr. Marianno de Carvalho, esta reflexão se impõe a todos os espiritos medianamente criticos.

Em 88-89 a opposição *regeneradora*, para conquistar o Poder, baseou o seu plano de ataque em zurros, guinchos, uivos e carteiras partidas, durante as sessões parlamentares. Ao governo *progressista* não havia injurias nem calumnias com que não atirassem. O principal alvo era o sr. Marianno de Carvalho:—concussionario, Catão de sêbo, syndicateiro, ladrão, cynico, e mais insultos d'este jaez. Dir-se-ia que a funcção parlamentar de cada deputado *regenerador*, e em especial do sr. João Arroyo, consistia em despejar todos os dias sobre o sr. Marianno de Carvalho, o seu vaso de dejecções...

Mudam-se as scenas. Os *regeneradores* são hoje governo, e os *progressistas* opposição. O sr. Marianno de Carvalho acena ao governo com um projecto de inquerito, organisação e reforma colonial. Os *regeneradores*, que andam famintos por ideias originaes, agarram-se ao projecto com unhas e dentes, para vêr se podem á sua sombra lamber-se com uma *réclame* que os doire por algum tempo...

E passa agora o sr. Marianno de Carvalho a ser o *illustre* parlamentar, o *abalisado* economista, o *eminente* professor, o *grande* patriota...

Moral *regeneradora*:—Quando um homem superior não pertence ao nosso partido, não faz parte da nossa egrejinha, esse homem deve ser apontado como um *imbecil* e um *pulha*. Mas quando esse homem, n'um dado momento, nos póde ser util, passará a ser apontado como um *genio* e um *Catão!*...

Depois d'estas tristes e desconsoladoras reflexões, fallece-me o animo para rir, como convinha, d'esse monologo parlamentar chamado *Parecer sobre o bill de indemnidade*, declamado na camara pelo proprio auctor, o sr. conselheiro Pinheiro Chagas.

Quando na hora grave se ouvem tantos sophismas, tantas chinezices e rabulices parlamentares; quando se olha para a Europa, e se vê em que ora pensam as nações, e como todas andam agitadas pelos mais complicados problemas sociaes e economicos; quando *estamos a dansar sobre um volcão* (como já dizia M. de Salvandy ao duque d'Orléans, dois mezes antes da quéda de Charles x) sem se saber o que será ámanhã de toda a Europa, e principalmente dos pequenos Estados; e olhamos para o que se está passando no parlamento—ai! ficamos pasmados com tanta insensatez, com tanta ignorancia, ou com tanto cynismo!

Meu pobre e querido paiz! Em que mãos cahiste!...

* * *

De resto, o parecer do sr. Pinheiro Chagas ácerca da dictadura *regeneradora* reduz-se a muito pouco,—apesar do enorme phraseado rhetorico, que nós já conheciamos da *Morgadinha de Valflôr*, e com que s. ex.ª procura encobrir os actos de força e de repressão do actual gabinete. É este o seu defeito fundamental.

O sr. Pinheiro Chagas tem por principio tratar a *politica* sob o mesmo ponto de vista romantico e rhetorico com que outr'ora tratou o *theatro*... Imagina que os problemas sociaes e economicos se re-

solvem com o mesmo palavreado sonoro e brilhante, com que o dramaturgo deleita os ouvidos d'uma plateia—quando é preciso, no 5.º acto, fazer triumphar a Virtude e castigar o Vicio...

Mau systema!—porque a politica só quer ideias; emquanto que o theatro póde passar sem ideias, e contentar-se apenas com phrases. Nem com isso perde o nome do auctor, nem a paciencia do publico. Um drama tanto póde ser a analyse d'um problema do coração humano, como uma gymnastica de palavras. O sr. Pinheiro Chagas é partidario do segundo systema—do systema da rhetorica pela rhetorica, da phrase pela phrase...

Em litteratura ainda se tolera. Em politica póde acarretar desastres para um povo, e assim tem sido em Portugal ha sessenta annos,—porque só em palavreado assenta a escóla do *liberalismo* portuguez, de que o sr. Pinheiro Chagas é um dos mais illustres, dos mais ôcos e dos mais sonoros baluartes...

*
* *

O tal parecer sobre o *bill de indemnidade* podemos reduzil-o ao seguinte:

—«A dictadura é um crime!... É um crime quando é assumida pelos *progressistas!* Mas quando é assumida pelos *regeneradores*, a dictadura é um acto de patriotismo e uma prova de coragem civica!...»

Assim posta a questão, escreve-se com este thema um parecer em cinco actos, dez quadros, um prologo e um epilogo, para ser representado no theatro de S. Bento... Foi o que fez o sr. Pinheiro Chagas!

Mas permitta-me o illustre redactor do *Correio da Manhã* que eu lhe reedite a seguinte maxima politica, que se encontra n'um dos seus livros originaes, — e que é a melhor critica aos actos do actual governo:

> No nosso seculo, quando os governos, *desamparados pela opinião publica,* pretendem sustentar-se, apoiando-se na violencia; *quando suffocam o pensamento e a palavra;* quando intentam *essa obra nefanda da asphyxia de uma nação,* **a sua perda é inevitavel e proxima!**

Mas como é que o sr. Pinheiro Chagas — o vermelho e demagogico auctor dos folhetins contra S. M. a rainha D. Isabel II de Hespanha — tem nos seus livros uma opinião politica totalmente opposta ás suas opiniões quando é governo, ou amigo d'um governo?...

Oh chimicos do seculo XIX! Que veneno é este que se respira nos corredores de S. Bento?!...

A exoneração de Neves Ferreira do logar de governador da provincia de Moçambique, evidentemente a pretexto de *facilitar* as negociações diplomaticas entre o gabinete de Lisboa e o de Saint-James — é um dos actos mais revoltantes que se teem praticado, desde o dia 11 de janeiro de 90.

O governo supprimiu a liberdade d'imprensa, a pretexto de que certos jornaes da opposição injuriavam os ministros, chamando-lhes *vendidos á Inglaterra.* Confesso que semelhante accusação me repugna; e que considero estes ministros tão vendidos á Inglaterra — como eu, ou tu, leitor...

Mas se não ha no gabinete *vendidos*, ha com certeza *submissos!* E quando vemos exonerado do seu logar um dos mais bravos e dos mais illustres officiaes da marinha portugueza, em seguida ás provas de coragem e de patriotismo que deu em Africa, resistindo nobremente aos Johnstons e outros traficantes inglezes—ficamos assombrados, sem saber o que se anda minando por debaixo de toda esta politica *regeneradora*, sem saber se nós, portuguezes, estamos ou não, de corpo e alma, empenhados á Inglaterra...

Neves Ferreira foi exonerado do seu posto, quando acabava de cumprir com o seu dever de soldado e de patriota. Neves Ferreira só podia ser exonerado, porque a sua attitude corajosa e digna desagradou a lord Salisbury!...

*
* *

Quem conhece o valente e glorioso marinheiro que tem passado a vida a trabalhar e a luctar pela prosperidade das nossas colonias; quem conhece o bravo official da marinha portugueza, que tanto se empenhou e tanto fez pela organisação administrativa e militar da nossa provincia do Congo,—não póde deixar de vêr na sua exoneração um mysterio politico bem humilhante para os brios nacionaes...

Neves Ferreira está acostumado a não pestanejar e a não torcer diante do inimigo; está acostumado a luctar, não nos salões onde os diplomatas palram, mas no campo de batalha onde palram as metralhadoras!

Ora vir arrancar do seu posto de honra um tão brioso official, é dizer claramente ao paiz:

—«Os inglezes não se podiam haver com Neves Ferreira... E como nós queremos estar em boas relações com esses inglezes que nos roubam e nos insultam quotidianamente, resolvemos tirar Neves Ferreira de Moçambique!...»

Decididamente o governo deve aproveitar a minha ideia, e crear e organisar quanto antes um

Ministerio das humilhações publicas.

Não faltarão pretendentes para a pasta—tal é a febre que ha hoje em Portugal de ter uma pasta encarnada, uma casaca bordada, um chapeu armado e um espadim, mesmo quando essa pasta só sirva para archivar os pontapés de lord Salisbury e os insultos do syndicato dos titulos de Dom Miguel.

Alguns especialistas até já notaram mais ancia da parte dos srs. deputados em terem uma *pasta*—do que em terem uma *ideia!*...

Os agentes provocadores do governo, não contentes em me injuriarem nas folhas, assim em prosa como em verso, porque tenho a ousadia de não estar d'accordo com as endróminas diplomaticas do sr. Hintze e com as leis de funil do Inquisidor-mór sr. Lopo Vaz—passam agora o tempo enviando-me para Paris uma alluvião de cartas anonymas, onde despejam as mais immundas expressões, sem conta, nem medida. E' um verdadeiro enxurro...

Não me surprehende que esses agentes provocadores se permittam taes gastos com correio, quando me lembro que este governo desbarata quarenta

contos, de cada vez que o sr. conde de Burnay se permitte a phantasia e o luxo de praticar a caridade! As estampilhas de meio tostão com que os governamentaes me estampilham os insultos e as injurias, estou certo que ainda hão de apparecer no orçamento rectificado d'algum ministerio... Talvez do ministerio da instrucção publica!

Ouso lembrar aos agentes provocadores, jornalistas e outros baluartes d'esta situação que está a estalar por todos os lados, por falta de cobres — que as injurias postaes com que resolveram mimosear-me, me deixam absolutamente indifferente... De cada vez que a injuria me chega ás mãos, impressa, ou em carta fechada, logo a sirvo ao almoço, entre o queijo e os morangos, a algum amigo que tenho á mesa.

Já percebemos que a injuria *regeneradora*, tomada á sobremesa, em grandes ou pequenas dóses, é um precioso elixir contra os ataques de hypocondria, resultantes da figadeira e mais da dictadura.

Mandem mais! mandem mais!...

Uma pergunta, para fechar:

— «Por quanto sahiria ao Estado a festa que o sr. conde de Burnay deu á alta sociedade lisbonense, no seu palacio da Junqueira, quando lhe mostrou os pretinhos de Catumbella?...»

Desde o momento que o sr. conde pratíca as virtudes theologaes por conta do governo — a razão de 40 contos cada virtude — nada mais natural do que praticar tambem, por conta do governo, o prazer, o luxo, a gula, e outros peccados correlativos...

Os contribuintes portuguezes, depois da leitura do tal orçamento rectificado do ministerio do reino, parece-me que podem dirigir perguntas como esta, ao sr. Burnay, quando o encontrarem na Avenida:

— «O' sr. Burnay, faz obsequio! Por quanto sahiu ao Estado a bella sobrecasaca que traz vestida?... E por onde foi paga?... Pelo ministerio do reino, ou pelo das obras publicas?...»

*
* *

Começamos agora a perceber a razão porque o governo procurou supprimir a liberdade d'imprensa —porque ha muitos orçamentos rectificados a publicar e a discutir.

Ah! famintos!... Quem eu vos queria á perna era aquelle *Ruy Blas* de Victor Hugo, apostrophando os ministros do rei de Hespanha, bons ministros para um paiz agonisante, com um Rei sem a experiencia e sem a prática dos negocios publicos...

> Bon appétit, messieurs!—O ministres intègres!
> Conseillers vertueux! voilà votre façon
> De servir, serviteurs qui pillez la maison!
> . . . . . .
> Donc vous n'avez ici pas d'autres intérêts
> Que remplir votre poche et vous enfuir après!
> Soyez flétris, devant votre pays qui tombe,
> Fossoyeurs qui venez le voler dans sa tombe!...

Mariano Pina.

Numero 8] **[21 de junho de 1890**

O ESPECTRO

CASTIGO SEMANAL DA POLITICA

Não se encontram por toda a parte senão cynicos de face austera. Aquelle, que ahi vêem a flagellar o vicio, é um dos mais infames da cafila dos corruptos.

Novidades, 25 de fevereiro de 89.
— *Carta ao sr. Hintze Ribeiro.*

O sr. Hintze Ribeiro, quando não tem mais pontapés a archivar de lord Salisbury, nem mais viscondes de Faria para fazer d'elles fiscaes de consulados nas cinco partes do mundo—passa as horas insinuando nos seus jornaes (no *Correio da Manhã* do sr. Chagas e no *Dia* do sr. Ennes) que eu lancei o **Espectro...** porque o governo não quiz comprar a minha penna!

Este ministro dos estrangeiros, cuja austera sobrecasaca de ferro nunca ninguem diria que envolve o maior patusco d'estes reinos—está de tal modo acostumado a fazer o trafico dos jornalistas, que já não vê de todos os lados senão pennas que se querem vender! E quando alguma se não vende, manda logo insinuar no *Correio* e mais no *Dia* que, se a não tem ao seu serviço, é porque o preço lhe não

conveio, desequilibrando-lhe os fundos secretos do ministerio...

Este sr. Hintze lembra-me certo D. Juan indigena, com tendencias a engraçado que, ao vêr uma mulher bonita passar pelo braço do marido, logo insinuava aos companheiros d'adulterio:

— Aquella que alli vae, quando eu quizer é minha...

— ???...

— Até já temos meio caminho andado. Eu cá por mim quero... Agora só falta ella querer!...

O sr. Hintze tambem já diz pelas redacções que me compra... A questão está agora em eu me querer vender!

*
* *

Muitas vezes me disseram que era mais perigosa a frequencia de certos ministros, do que a frequencia de certos criminosos. Nunca quiz acreditar na maxima.

Começo agora a perceber que o contacto ministerial e conselheirissimo é dos mais perigosos que póde haver, e dos mais prejudiciaes para a nossa honra.

Tu fallas com um ministro: logo és um vendido! E se não é o mundo que o diz, é o ministro que o apregoa. Porque os politicos estão de tal modo habituados a resolver assumptos pouco limpos, que até pensam que todos quantos os aproximam são fatalmente sujeitos profundamente sujos.

E' uma questão de ponto de vista — *regenerador!*

*
* *

Ora tratemos de destruir em breves linhas a insinuação do *Correio da Manhã*, mais do *Dia*, quan-

do affirmam que antes de lançar o **Espectro** eu procurei vender a minha penna a este governo. Desvendemos o crime!

Começava auspicioso o anno de 1890—como diria o sr. Pinheiro Chagas—quando a 11 de janeiro lord Salisbury applica ao governo portuguez aquella phenomenal parelha de coices que em estylo diplomatico se chama—um *ultimatum*.

Os desarranjos que ella causou no organismo da politica portugueza todos o sabem, não só desarranjos dentro do paiz, mas tambem no estrangeiro. A proposito da impressão causada na imprensa europeia pelo *ultimatum* e mais crises politicas que se lhe seguiram, e das falsas noticias que corriam ácerca de Portugal, publiquei uma brochura intitulada *Portugal perante a Europa*, em fórma de carta ao sr. Antonio de Serpa Pimentel, presidente do conselho de ministros.

A sua leitura parece que impressionou o sr. Serpa, porque dias depois s. ex.ª dirigia-me para Paris uma carta, dizendo-me que me desejava fallar sobre os assumptos da brochura—que tratava da necessidade urgente do governo esclarecer a imprensa europeia ácerca da nossa situação colonial, do que possuimos, do que temos feito e do que tencionamos fazer, bem como da situação agricola e financeira do paiz.

Por essa occasião varios jornaes de Paris me solicitaram artigos *à sensation*, onde eu contasse *les dessous des cartes* da politica portugueza, o estado da monarchia e a extensão que estava tomando o partido republicano. A esses jornaes respondi—que um jornalista no estrangeiro tem de sacrificar as conveniencias e os interesses da sua profissão ao bom nome do seu governo, seja elle qual fôr, porque esse governo personifica a sua patria... E que

nunca da minha penna receberiam dos taes artigos *à sensation*, porque isso seria prejudicar, não o governo, mas o credito do meu paiz, em proveito de aventureiros...

Este estado de coisas, este abandono em que se achava a imprensa de Paris, entregue á mentira e á calumnia dos especuladores de bolsa e outros reptis interlopes, assim como a carta *espontanea* do sr. Serpa Pimentel, decidiram-me a fazer o sacrificio pecuniario d'uma viagem a Lisboa, para mostrar ao chefe do gabinete uma situação que se não podia explicar por cartas.

*
* *

Fui a Lisboa, fazendo sacrificios de dinheiro que a minha pobreza me não permitte—para cumprir com o meu dever de jornalista e de portuguez.

Fallei com o sr. presidente do conselho, mostrando-lhe quaes os riscos que o Estado estava correndo em Paris, se deixasse por mais tempo a imprensa franceza á mercê dos falsos novelleiros e dos especuladores dos titulos de D. Miguel. O sr. presidente do conselho mostrou-se plenamente d'accordo no meio que me parecia mais razoavel para começar a atalhar o mal; e pediu-me que sobre o assumpto tambem conferenciasse com algumas notabilidades do partido, especialmente com o sr. Hintze.

As notabilidades creio que nunca mais pensaram no caso... E passadas algumas semanas, como vivo do meu trabalho e não á mesa do orçamento—como vive o sr. Antonio Ennes—e como em Lisboa estivesse perdendo tempo e dinheiro, apresentei os meus respeitos ás notabilidades regeneradoras—

então todas absorvidas em eleições — e retirei-me para Paris.

Retirei-me, sem ter solicitado nem ter recebido a menor retribuição pelo serviço e despezas que em minha consciencia de *portuguez* entendi dever fazer a um governo, fosse elle qual fosse, *regenerador* ou *progressista*, *monarchico* ou *republicano*.

Não sei o que são partidos. Só sei que ha um pedaço de terra na Europa que se chama — **Portugal.** Já por mais d'uma vez lhe tenho feito o sacrificio da minha actividade e da minha bolsa. Tambem estou prompto a fazer por elle o sacrificio da minha saude e do meu sangue, quando fôr preciso...

*
* *

Para o egoismo indigena e lisboêta, para os egoistas do *Correio da Manhã* e do *Dia*, cujos sacrificios por uma ideia são pagos a tanto por mez, pelos orçamentos dos differentes ministerios, ou elles sejam governo, ou elles sejam opposição — este modo de pensar e de proceder é considerado como uma variante da *pose* e mais da toleima...

Sabem que mais? abobora! Nós temos uma comprehensão totalmente differente do que é o Dever.

Os senhores combatem todos os dias na imprensa por um logar que appetecem, ou pela vaidade d'uma pasta de ministro. O sr. Chagas quer ser ministro; o sr. Ennes quer ser ministro, toda a gente em Portugal quer ser ministro — para quê?... Para dizer á familia e aos amigos:

— «Tambem sou ministro!»

E para ouvir exclamar da boca dos papalvos:

— «Tambem é ministro!...»

Depois, como as vaidades são elasticas, tambem

querem ser do conselho d'Estado. E lá no intimo, até gostavam que em Portugal houvesse uma Republica, só para poderem aspirar á presidencia:— serem presidentes, como é o sr. Carnot!

Emquanto que eu faço parte do pequeno grupo dos que combatem pela prosperidade, pela felicidade e pela dignidade d'esse torrão occidental que adoramos, e que desejavamos que fosse, para bem de todos e gloria de todos, mais alguma coisa do que essa banca de batota onde tudo hoje se joga— honra, dignidade, instrucção, credito, colonias e riqueza publica.

Os senhores que estão á banca, fazendo ora *cêrcos* á Monarchia, ora *saltos* á Republica, zangam-se e enfurecem-se com semelhantes reflexões e semelhantes processos de critica. Não me admira. O mesmo succede n'uma casa de jogo, onde os *pontos* se enfurecem com os indifferentes que vem vêr jogar. E chamam-lhes *callistos*... Eu para os senhores sou tambem um *callisto*, apparecendo regularmente todos os sabbados, para vêr o que os senhores jogam, e para rir o meu bocado...

Tenham paciencia, amigos!

* * *

Voltei para Paris, tranquillo por ter cumprido com o meu dever. O governo, prevenido, que fizesse o que entendesse.

Imaginei que tivesse tomado algumas precauções —quando as leis dictactoriaes contra a liberdade d'imprensa, de reunião e de associação, vieram causar na imprensa franceza o clamor e a gargalhada que todos nós sabemos—para vergonha nossa! E logo em seguida annuncia-se o emprestimo de 9:000

contos, e apparecem nas esquinas de Paris os cartazes injuriosos contra Portugal, por parte dos especuladores de titulos de D. Miguel.

N'esse momento recebo uma carta do sr. presidente do conselho, dizendo-me que ia vêr se resolvia o assumpto sobre que me havia fallado em Lisboa. E que pensa o leitor que fez esta penna que se quer vender?...

Em vez de acolher as boas disposições d'um presidente do conselho, o que podia ser rendoso e assaz lucrativo, respondi o seguinte:

—«E' muito tarde. Os decretos dictatoriaes são uma affronta ás nossas liberdades, e o meu dever é entrar em guerra contra o actual gabinete.»

Pouco depois lançava o primeiro numero do **Espectro,** expressão d'um espirito revoltado contra as odiosas medidas que o governo acabava de tomar com tamanha arrogancia, para vêr se salvava a Monarchia do terror da onda republicana.

* * *

E' a modos de proceder d'esta natureza, a esta resposta a um presidente do conselho, preferindo os incommodos d'uma lucta á perspectiva de serviços bem remunerados pelo governo—que allude o *Dia* do sr. Ennes, orgão das insinuações do sr. Hintze, insinuando que eu quiz vender a minha penna.

Mas em nome de que moral jornalistica ou estoicismo politico vem o sr. Ennes fazer semelhantes insinuações?...

Eu é que não quiz pôr a minha penna ao serviço d'um governo que acabava de violar a constituição e de attentar contra as nossas liberdades! Se a quizesse vender, era só ficar á espera das instruc-

ções do sr. presidente do conselho, e deixar correr o marfim!

Qualquer governo terá no estrangeiro o auxilio da minha penna, porque para além das fronteiras não ha partidos a defender—ha só que defender os interesses da patria! Já o provei em varios jornaes, principalmente no *Monde Illustré* de Paris, e sem por isso ter recebido a mais leve retribuição.

Mas quando um governo attentar contra as nossas liberdades; quando um triumvirato, como o dos srs. Lopo, Hintze e Arroyo, quizer dispôr do meu paiz como d'um paiz africano, fazendo de Portugal o ridiculo da Europa, como hoje succede, então faço o que fiz:

—Deixo de prestar o meu apoio a esse governo;

—E venho combater os seus actos, que hão de ser por força maus, porque nunca a historia parlamentar nos mostrou que um governo se servisse da dictadura para fins licitos, justos ou uteis.

Agora conversemos com o sr. Ennes, que á minha pergunta no n.º 6 do **Espectro,** na qual lhe pedia o nome do *alguem* que se dizia capaz de me fazer mudar de opinião, responde evasivamente, fallando com ares mysteriosos n'um ministro, e recommendando-me a leitura d'um artigo anonymo que contra mim publicou o *Correio da Manhã*. Ora como os artigos anonymos são sempre da responsabilidade do director do jornal, e como o director do *Correio* é o sr. Pinheiro Chagas, devo concluir que foi o sr. Chagas quem encheu tres columnas do *Correio* para provar aos seus leitores que não mereço consideração—porque não sei grammatica! Não me parece que o crime seja bem negro, atten-

dendo a que não sou professor. Mas o que é para admirar é o sr. Chagas não ser capaz de traduzir uma pagina de grego sem auxilio das *sebentas* francezas, e ter o arrojo de ser *professor de litteratura grega* no Curso Superior de Lettras! Assim tambem eu sou professor d'arabe, mais de sanskrito...

Conversemos com o sr. Ennes.—Em que se baseia a austeridade de S. Ex.ª para calumniar assim, sem mais nem mais, quem vem para o campo combater pela liberdade e pela justiça?...

Em nome de que direito chama aos outros *vendidos* ou que se querem vender—quando a independencia e a austeridade do sr. Antonio Ennes vivem por conta do orçamento, a tanto por mez?...

Quem quer ser tão austero e tão independente com os outros jornalistas, não admittindo que elles toquem em cinco reis do Estado, dá a sua demissão de *inspector geral* das bibliothecas do reino, e vem para a imprensa viver apenas da sua penna, como eu vivo...

Entre o sr. Antonio Ennes e um Jornalista, ha esta espantosa differença:—o sr. Ennes é um *funccionario do Estado*, vivendo largamente á custa do orçamento, e escrevinhando por prazer, desfastio ou vaidade; emquanto que o Jornalista é como qualquer outro trabalhador, que só tem por officio escrever, e só da sua penna vive.

Quando vemos o sr. Ennes no *Dia* atacar ou procurar ridiculisar o seu chefe hierarchico o sr. conselheiro João Arroyo, ministro da instrucção publica, de quem julga o sr. Ennes que se ri o leitor imparcial e justo?... Do sr. Arroyo?... Está redondamente enganado!

O leitor imparcial e justo ri e encolhe os hombros diante do artigo d'este *funccionario publico*, que vem para a imprensa faltar ao respeito ao seu chefe,

censurando-o, criticando-o, accusando-o, discutindo-o... E não podemos deixar de mostrar uma certa estima ou sympathia pelo ministro, porque outro se serviria da sua situação para chamar ao respeito o seu subordinado.

Porque se o ministro quizesse, bastava ir á Bibliotheca Nacional; lançar uma vista d'olhos para o que por lá vae; certificar-se de que o sr. Ennes não está alli das 9 ás 4 da tarde, porque está na redacção do *Dia* escrevendo insinuações; e logo lhe deixava o seguinte bilhete:

—«Suspenso o inspector geral das bibliothecas por desobediencia publica ao seu chefe, e por não se achar na sua repartição ás horas regulamentares.»

*
* *

Ai! austeros do meu coração, a razão de cem e duzentos mil reis por mez! Mas quando virá o dia, o abençoado dia em que um ministro tenha a coragem de pôr tudo isto nos seus eixos, e de dizer aos senhores austeros:

—«O senhor é funccionario do Estado e jornalista politico. Ou uma coisa, ou outra! Funccionario do Estado, não tem o direito de vir para a imprensa discutir e atacar os actos dos seus superiores. Portanto, ou demitta-se de funccionario, ou demitta-se de jornalista!»

Como esse dia da grande limpeza ainda vem longe! Até lá, os raros jornalistas portuguezes que vivem exclusivamente da sua penna, andarão á mercê do jornalista-manga-d'alpaca e do jornalista-official-do-exercito, dizendo todos os dias ao publico, com ares austeros e independentes, ao acabarem de receber a fatia orçamental:

—«Não façam caso do que dizem esses sujeitos. Andam a vêr se algum ministro lhes compra a penna!...»

Ai! sr. Ennes, como tudo entre nós anda de pernas para o ar!

Ora não seria muito mais proveitoso para o paiz e muito mais glorioso para V. Ex.ª enterrar-se na Bibliotheca — como fez A. Herculano na Ajuda — porque é para isso que o Estado lhe paga tantos contos por anno, — e vêr se põe a direito as collecções antigas e modernas, mais os catalogos, e vêr se faz uma classificação racional e pratica de todas as riquezas que a Bibliotheca possue?... Porque de outro modo, os estudiosos que têm trabalhado na Bibliotheca de Paris e no *British Museum* de Londres, quando alli entram, ou não se entendem com os catalogos, ou sáem para a rua com carradas de poeira em cima do fato.

*
* *

Ainda em fevereiro d'este anno — quando fui a Lisboa, como diz o sr. Ennes, para vêr se o governo me queria comprar a penna — entrei na Bibliotheca onde precisava consultar as collecções d'estampas.-

Sabe o sr. inspector o que me aconteceu?... Levaram-me ao segundo andar; e n'um casarão impossivel, por entre montes de poeira, fui folheando collecções de preciosas gravuras (lithographia, talho-dôce, cobre e agua-forte) — todas ao abandono, sem um catalogo, sem classificação por escóla, auctor, época, ou assumpto!

Vi sobretudo, no mais desgraçado desleixo, uma esplendida collecção de retratos historicos portu-

guezes, talvez a unica tão completa que existe em Portugal, e onde os historiadores e os editores nacionaes encontrariam elementos para publicações do mais vivo interesse historico e artistico...

Pois vão á Bibliotheca, de que é inspector o sr. Antonio Ennes. Subam ao segundo andar, pela escada quasi fronteira ao porteiro que dá as senhas aos leitores. Peçam a chave, e entrem no casarão das estampas, porta á esquerda. E verão como o sr. Ennes, inspector-mór da moral jornalistica, inspecciona e olha pelas riquezas artisticas das bibliothecas a seu cargo...

E' uma verdadeira dôr d'alma! Vamos, sr. Ennes! Menos austeridade com os jornalistas que não engordam á mesa do orçamento, que não têm a sua penna ao serviço de qualquer partido ambicioso do poder, mas que a têm sempre prompta para servir a sua patria;—e mais um bocadinho de severidade com aquelle sr. Ennes, *inspector geral* das bibliothecas do reino, que em vez de passar o seu tempo no logar que lhe é pago pelo Estado, passa as horas no *Dia* imprimindo as insinuações que ao ouvido lhe segredam os ministros sem escrupulos, ou faltando ao respeito ao seu chefe hierarchico, o sr. conselheiro João Arroyo...

Porque é preciso que o sr. Ennes comprehenda que, sob um governo independente e justo, que obrigasse os empregados do Estado a cumprirem com os seus deveres, sem se occuparem de politica, como succede n'esta França republicana onde vivo —ou o sr. Ennes havia de ser *funccionario publico*, ou o sr. Ennes havia de ser *jornalista*.

É o que se vê em França; e eram estes costumes politicos que eu desejava vêr introduzidos em Portugal.

Que o gabinete se sirva da dictadura para pôr

em pratica este systema de boa disciplina burocratica, e verá como o applaudo com as mãos ambas.

Vamos, sr. Arroyo! Chame ao bom caminho o seu subalterno, o sr. Antonio Ennes, e verá como passo a applaudil-o!

*
* *

Mas os dictadores não ousam! — Não ousam, porque hoje em dia ninguem tem entre nós a comprehensão exacta dos seus deveres e das suas obrigações...

Não se é funccionario do Estado para trabalhar na respectiva repartição — mas para fazer politica e receber o ordenado por inteiro.

Não se é bibliothecario para se ser bibliothecario — o mais bello e o mais nobre emprego que o Estado póde dar a um verdadeiro homem de lettras — mas para ser jornalista.

Não se é official do exercito para se fazer serviço, indo sem repulsão fazer tirocinio para a Africa ou para a India, — mas para viver em Lisboa e fazer *artigos de fundo* nas gazetas do partido. Porque em Portugal ha officiaes, e muitos, que têm o seu partido. Este é *regenerador*, aquelle é *progressista*, aquell'outro é *republicano!*

Não se é deputado para apresentar ou discutir projectos de lei, e para defender os interesses moraes e materiaes do seu circulo — que ás vezes nem mesmo conhecem! — mas para ostentar galas oratorias, como se a *camara* fosse uma succursal da Academia das Sciencias; dizer *apoiado!* a tudo quanto o ministro diga; e votar tudo quanto manda o governo.

Não se é ministro para vigiar escrupulosamente pela administração publica, pelas necessidades do

paiz e pelo dinheiro dos contribuintes,—mas para dar chorudas commissões e nichos bem rendosos aos galopins do partido, aos diffamadores que redigem os jornaes do partido, e aos afilhados dos grandes influentes eleitoraes.

Ha excepções... Mas tão raras são, que até os que procuram cumprir com os seus deveres se julgam ridiculos, e são alvos das troças dos egoistas, acabando por fazer o que os *outros* fazem—que é augmentar a desmoralisação e o impudor em todas as camadas politicas e sociaes.

*
* *

E assim vamos indo aos baldões—insultados e roubados pelos inglezes e pelos agiotas; empobrecidos pelo funccionalismo e pelo militarismo; augmentando sempre as despezas e o numero das carraças orçamentaes; arrazando os contribuintes, arrazando o commercio, as novas industrias que se queiram fundar no paiz, e mais a agricultura, com impostos sobre impostos; e tudo isto sèm ninguem saber ao certo para onde vamos—se para a bancarrôta, se para uma tutela de crédores estrangeiros, como aconteceu com o Egypto!

Hoje, passamos pelas maiores humilhações dos banqueiros estrangeiros, para que nos emprestem 4:500 contos, dos 9:000 contos a que se haviam compromettido. A'manhã, havemos de dar de mão beijada a algum syndicato francez, inglez ou allemão, alguma riqueza inexplorada das nossas colonias d'Africa,—para que nos emprestem mais 9:000 contos para as novas despezas e phantasias guerreiras que se estão preparando no ministerio da guerra...

E quando um jornalista sem politica, sem partido, sem emprego do Estado, ousa vir para a imprensa—seu unico modo de vida e sua unica profissão—criticar, discutir ou satyrisar o que vae vendo, o que vae lendo e o que se está passando, os proprios jornalistas que se dizem *liberaes* e que se dizem *opposição* a este governo ou a este estado de coisas, correm logo a insinuar no espirito do publico, que esse jornalista, se assim escreve e assim critíca,—é porque ainda não encontrou ministro que lhe comprasse a penna!

*
* *

Francamente, que não sei—nem nunca hei de saber—o que é que esses senhores moralistas e liberalões da mesa do orçamento, entendem pela palavra *politica*, e pela palavra *jornalismo*.

Muito gostava que algum d'esses austeros pontifices da nossa imprensa politica, me dissesse, sériamente e serenamente,—por que razão elles gozam do direito de escrever, e por que razão me negam esse direito.

Elles querem escrever, criticar e até legislar, mas não querem que a outrem assista o direito de lhes analysar e criticar os actos publicos, mais as ideias!

Mas por acaso a politica portugueza é monopolio exclusivo d'esses senhores?... Foi a divina Providencia, foi o Rei, foi o Parlamento que lhes deu o exclusivo da critica?... Que concurso é preciso fazer? que curso é preciso seguir? que diploma é preciso obter ou comprar?...

Vamos! expliquem a mysteriosa operação, para ficarmos entendidos para sempre... Digam-me o que é preciso que eu faça, para haver o direito de

ter todos os sabbados uma opinião sobre a politica portugueza. O que não é muito—uma opinião por semana—quando os senhores se permittem o luxo de ter uma opinião, mesmo uma opinião bastante avariada, todos os dias!

E' preciso filiar-me n'um partido e receber a penna cardinalicia das mãos do conselheiro Acacio?...

Quem foi o grão-lama que armou jornalista politico o sr. Pinheiro Chagas ou o sr. Alberto Pimentel?... Por que processos de endosmose e exosmose, ou por que artes de berliques e berloques foi feito jornalista politico o sr. Antonio Ennes ou o sr. Sergio de Castro?... Quem é o Deus ou o Diabo, o physico ou o barbeiro, encarregado em Portugal de injectar a presciencia politica aos jornalistas que queiram permittir-se a liberdade de discutir o *bill* ou de fazer cocegas á dictadura?...

Digam-me quem elle é, onde está, onde mora, e quanto leva pela injecção,—que eu quero partir immediatamente para Lisboa, e ficar assim apto, sagrado e injectado, para ter o direito de escrever sobre politica, e de os discutir aos senhores...

Mas desde já os previno que nunca me servirei dos vossos processos de calumnia, de diffamação, de insolencia e de grosseria, para ter que combater as vossas ideias—se as tendes.

Dou-vos de presente a lama, pois que para vos atacar lealmente, de cara descoberta, sem me esconder por detraz do covarde anonymo, basta-me apenas—tinta fresca, papel limpo e penna d'aço!...

Mariano Pina.

Numero 9] **[28 de junho de 1890**

O ESPECTRO

CASTIGO SEMANAL DA POLITICA

Fazei, Senhor, que nunca os admirados
Alemães, Gallos, Italos e Inglezes
Possão dizer que são para mandados,
Mais que para mandar, os Portuguezes.

CAMÕES. *Os Lusiadas.*

Bons tempos, esses, em que pelo mundo ainda se acreditava nas palavras de Camões, quando o poeta dizia que os portuguezes haviam nascido, não para ser mandados,—mas para mandar. Bons tempos que passaram, e que não voltam mais!...

Porque hoje estamos reduzidos ao vergonhoso estado de servos submissos da Inglaterra! Os allemães, os gallos e os italos, nenhuma consideração nos ligam, em vista da humilhante attitude que o governo assume, em face das insolencias inglezas... E lord Salisbury, animado do mais profundo desprezo pelos nossos estadistas de sêbo, vae dispondo dos nossos bens coloniaes em proveito do duque de Fife e d'outros duques mais ou menos larapios da

côrte de Sua Desgraciosa Magestade,—com o mesmo cynismo com que um chefe de salteadores distribue pela quadrilha os despojos provenientes do ultimo roubo e do ultimo assassinato...

Em 11 de fevereiro de 1890, o gabinete do sr. Serpa Pimentel, a pretexto de *facilitar* as negociações com o gabinete de Saint-James, houve por bem declarar Lisboa em estado de sitio, e mandar rodear a estatua de Camões com mais soldados e policias do que quantos foram postos em movimento, na Europa e nas duas Americas, para a prisão de Eyraud, o assassino de Gouffé... Esta exhibição de chanfalhos, espingardas e apitos, em torno de Camões, tinha por fim impedir que o publico fosse em piedosa peregrinação collocar flôres aos pes d'aquelle que tão alto havia cantado as nossas façanhas.

Dizia, com os seus botões, este governo da decadencia:

—«Se os portuguezes vão depôr flôres sobre a estatua de Camões, é que esses portuguezes querem provar publicamente que ainda lhes corre nas veias algumas gottas d'aquelle sangue antigo e lusitano, que nunca arrefeceu diante do perigo. Ora uma tal demonstração provará á face da Europa que ainda ha portuguezes com brio e com coragem, e é isto que nos não convém para o bom andamento das negociações. Tratemos pois de suffocar a demonstração camoneana, para que a Inglaterra se convença de que nas veias dos portuguezes só corre capilé, e que nós somos dignos da maxima consideração!...»

* * *

Este sabujismo saloio e governamental, que nenhum reptil ousaria pôr em pratica com medo de ter de córar á ultima hora, nunca se poderia perdoar, nem mesmo quando Salisbury tivesse pedido publicamente perdão de ter julgado intimidar estadistas, e de ter apenas intimidado um ministerio de lêsmas...

Mas onde a indignação nacional attinge as maiores proporções, envolvendo no seu desprezo todos os ministros que se arvoraram em governo para ludibrio do nosso paiz, é quando vemos Salisbury, não só não ter a menor consideração pela fraqueza e lesmice governamental, — mas depois de nos ter mandado saír do Chire, de dispôr da navegação do nosso Zambeze, como se fosse o Tamisa, mandar fusilar dois soldados indigenas que marchavam para o interior com instrucções d'uma auctoridade portugueza, e antes de os fusilar mandar queimar na presença das victimas a bandeira das quinas!

E é o sr. Pinheiro Chagas, o orador parlamentar e governamental que mais rhetoricamente tem especulado e traficado com essa *bandeira das quinas;* que, de cada vez que lhe convém arrebatar as multidões com os seus chavões oratorios, serve a *bandeira das quinas,* assada, frita, cozida, refogada, quente ou fria, com môlho de manteiga ou môlho de villão, com calda de assucar ou com calda de tomate;—é o sr. Pinheiro Chagas quem, no dia em que essa gloriosa bandeira recebe a maior das offen-

sas, vem para o *Correio da Manhã* defender as vergonhas por que nos está fazendo passar o sr. Hintze, as humilhações que a diplomacia d'este balôfo e empanturrado conselheiro tem acarretado sobre o nosso querido paiz;—é o sr. Pinheiro Chagas quem vem rir do patriotismo de todos quantos na camara fallaram na honra da bandeira!...

*
* *

Como tudo isto é triste!

Ha longos annos que o *patriotismo* tem sido o elemento rhetorico de todos os discursos do auctor da *Morgadinha;* ha longos annos que S. Ex.ª cultiva a especialidade da *patria* como elemento de triumpho oratorio; ha longos annos que S. Ex.ª, da Academia para a camara, da camara para os comicios, dos comicios para os saraus, sem razão nem motivo, passa a vida desfraldando e agitando a *bandeira das quinas, bafejada pela brisa calida dos tropicos;* ha longos annos que S. Ex.ª parece querer convencer o nosso paiz de que a *bandeira das quinas* é seu monopolio exclusivo, e que ha uma só—a bandeira dos seus discursos...

E quando realmente essa bandeira é queimada infamemente pelo infame Buchanan, com a firme intenção de provocar e insultar a nossa patria—o sr. Pinheiro Chagas desapparece da tribuna, e perde assim a melhor e talvez a unica occasião de fazer ouvir á Europa inteira um grito de sincero patriotismo, e de deixar á posteridade uma obra-prima de oratoria...

Pois que melhor occasião tinha o sr. Chagas para ser applaudido pela Europa? E que melhor occasião tinha este governo para, em nome da dignidade nacional tão vilmente offendida pelo agente inglez no Chire, cessar todas e quaesquer negociações com a Inglaterra, e appellar para os governos europeus?!...

Que melhor occasião para suspender essas negociações irrisorias com lord Salisbury, e reclamar do insulto feito á bandeira portugueza junto de todas as potencias?...

Que melhor occasião para este gabinete—que já não tem porta decente por onde sahir—sahir de cabeça levantada, com os applausos de toda a nação?...

*
* *

Que espera o sr. Hintze? que espera o governo das taes *negociações diplomaticas* com lord Salisbury?...

Decerto que não espera que o gabinete de Saint-James reconheça os nossos direitos em Africa, ou nos dê compensações de grande valor n'outros pontos do globo. Desde o momento que lord Salisbury se viu forçado a assignar o tratado colonial com a Allemanha, e a dar á Allemanha tão vastos dominios na Africa equatorial, o que tem provocado tamanha grita contra Salisbury na imprensa ingleza,—lord Salisbury para responder aos ataques da imprensa e da opposição e para se conservar no poder, só tem a fazer uma coisa: roubar a Portugal os valores coloniaes que se viu obrigado a ce-

der á Allemanha, n'outros pontos do continente negro.

Ora não tendo nós a esperar nenhumas compensações materiaes do governo inglez, só devemos esperar—uma satisfação para a nossa dignidade offendida. E como não é de suppôr que o inglez, sempre reptil com os fortes, como agora succede com a Allemanha, sempre insolente com os fracos e os desprotegidos, como succedeu com o Egypto e como succede agora com Portugal,—como não é de suppôr que o inglez faça acto de contrição e peça perdão do *ultimatum* de 11 de janeiro de 90, não vejo o que espera de Londres o *ávante canecense* que está á frente do nosso ministerio dos estrangeiros, para assim desprezar a mais bella occasião que a fatalidade lhe offerecia, para sollicitar a intervenção das potencias...

*
* *

O que é um verdadeiro enigma é o papel que o sr. Hintze Ribeiro ambiciona representar na tragedia da decadencia portugueza. Esta ave agoureira e conselheiral está sendo impenetravel, insondavel e indecifravel, em todas as suas sortes de prestidigitação diplomatica. Tem o que quer que seja d'uma bruxa dos velhos melodramas, e a quem um diabo tivesse cortado a lingua, para a proteger contra a fatalidade atavica do sexo feminino, que consiste em fallar pelos cotovellos!

Na historia da politica contemporanea abundam os modelos d'estas aves agoureiras; e parece-me

que o sr. Hintze está imitando gesto por gesto, palavra por palavra, aquelle sr. Emile Olivier que foi o penultimo presidente do conselho de Napoleão III.

Poucos mezes antes da tragedia de Sédan, declarava elle aos que o interpellavam ácerca d'uma provavel declaração de guerra da Prussia, que o gabinete a acceitava—*d'un cœur léger!* Tempo depois o tal *cœur léger* do sr. Emile Olivier custava á França o ser invadida pelos exercitos prussianos, e custava ao imperio a sua queda e, o que ainda é mais, a sua deshonra!...

Ha principalmente uma resposta do sr. Emile Olivier em pleno parlamento, que certamente está servindo de norma diplomatica ao sr. Hintze, de cada vez que o interrogam na camara ácerca do estado das negociações com a Inglaterra.

Em abril de 1870, um deputado da extrema esquerda, o sr. Jules Ferry, em nome da opposição democratica e republicana, interpellava o presidente do conselho ácerca de certas pendencias diplomaticas. O sr. Emile Olivier, que operava diplomaticamente como hoje opéra o sr. Hintze, respondeu o seguinte que ficou celebre:

«—*J'ai l'honneur de vous répondre que je ne vous répondrai pas!*»

Tambem o sr. Hintze responde, de cada vez que lhe perguntam a quanto sóbe o numero de pontapés que lord Salisbury nos tem applicado desde 11 de janeiro:

«—Tenho a honra de lhes responder que a nada responderei!...»

A historia da politica franceza ensina-nos que as evasivas diplomaticas do sr. Emile Olivier—o Hintze Ribeiro de Napoleão III—lhe valeram ser ainda

hoje um dos homens politicos mais desprezados que existe em França. O sr. Emile Olivier ficou perdido para a sua geração e tambem para a historia do seu paiz.

Fico fazendo votos ao ceu para que o sr. Hintze Ribeiro possa abrir os olhos a tempo, e pôr de parte o seu desmedido orgulho diplomatico e a sua incommensuravel vaidade como estadista;—aliás podemos vêl-o caír tão baixo como Emile Olivier, arrastando Portugal para esse Sédan africano, que se chamará o Chire!

Que está o governo esperando de Londres?...

Lord Salisbury, reconhecendo á Allemanha a sua theoria colonial do *hinterland*, isto é, que todo o estado europeu que possue terrenos na costa africana tem o pleno direito de estender a sua esphera de acção para o interior—declara, com um cynismo verdadeiramente britannico, que só reconhece esse direito aos paizes poderosos em armas como a Allemanha, contestando-o totalmente aos paizes pequenos e fracos como Portugal.

No tratado colonial que acaba de se assignar entre os gabinetes de Londres e de Berlim, lord Salisbury concorda em que os interesses allemães na Africa Oriental fiquem limitados ao sul por uma linha partindo da embocadura do Rokura ao oeste do lago Nyassa até ao sul do lago Tanganika; ao norte, por uma linha partindo da margem éste do lago Victor-Nyanza e indo até ao Estado do Congo.

Ainda mais: A Inglaterra usará de toda a sua influencia (a influencia dos couraçados!) para decidir o sultão de Zanzibar a ceder á Allemanha os pedaços das costas alugados pelo sultão á Sociedade Allemã do Éste Africano.

Ainda mais: A fronteira entre o territorio allemão de Togo e a colonia ingleza da Costa do Ouro, segundo os desejos da Allemanha, será formada por uma linha que corta em dois o paiz contestado de Krepi, do qual o norte ficará pertencendo á Allemanha e o sul á Inglaterra.

Ainda mais: A Inglaterra dá de presente a S. M. o Imperador da Allemanha a ilha de Heligoland, situada no mar do Norte, e que a Inglaterra occupava desde 1807 com o mesmo direito e a mesma audacia, com que ainda hoje occupa Gibraltar...

* *
* *

Ora quem saiba lêr mediocremente entre as linhas dos tratados, chega sem grande esforço de intelligencia ás seguintes conclusões:

—Que a Inglaterra só assigna tratados vantajosos com um paiz, quando as estatisticas lhe provem que esse paiz possue forças de terra e de mar capazes de correr a pontapés os estadistas e os subditos de Sua Desgraciosa Magestade;

—E que lord Salisbury para não desequilibrar os valores coloniaes da corôa de Inglaterra, passará a roubar tantos territorios a Portugal, quantos forem necessarios para compensar os presentes africanos que acaba de dar de mão beijada á Allemanha.

Quando subiu ao poder, o gabinete do sr. Serpa não quiz appellar para o artigo 12.º do tratado de Berlim, quando ainda era chanceller do imperio o sr. de Bismarck, um dos signatarios d'esse tratado. O governo preferiu negociar com lord Salisbury, por intermedio do sr. Barjona de Freitas.

As consequencias d'esta esperteza canecense e diplomatica do sr. Hintze, são as seguintes:

—Portugal perdeu a occasião de appellar para o sr. de Bismarck, que era o inimigo declarado da politica ingleza.

—Portugal acaba de perder qualquer auxilio diplomatico que pudesse esperar de Berlim, pois que a Allemanha depois de receber tão bella fatia das mãos de lord Salisbury, não é de suppôr que o vá embaraçar na série de ladroeiras que tenciona operar na Africa portugueza.

—E como mais nenhuma potencia intervirá em nosso favor, ficamos á mercê de lord Salisbury, que em face de diplomatas como o sr. Hintze, continuará fazendo com a bandeira portugueza tapetes e capachos para os corredores do seu ministerio...

Francamente que não sei o que é que o sr. Hintze espera de Londres!

Emquanto a attenção d'este governo está toda voltada para as margens do Tamisa, como se das margens do Tamisa nos pudesse vir mais alguma coisa do que insultos, roubos e desdens, — continuam ao abandono, ou votadas ao desprezo, por

um falso e acanhado ponto de vista monarchico, as nossas relações com o Brazil.

Emquanto a nossa politica monarchica continúa pondo de quarentena o governo provisorio, e continúa desdenhando lôrpamente do general Deodoro da Fonseca, dos seus ministros e dos seus representantes no estrangeiro, sem querer pensar um momento que a vida economica da nação portugueza anda e poderá andar ainda por alguns seculos ligada ao Brazil, — o presidente da republica franceza recebe *officialmente*, com todas as honras devidas a um ministro regularmente acreditado, no seu palacio do Elyseu, no dia 20 de junho corrente, o sr. barão de Itajubá, ministro da republica brazileira junto do governo da republica franceza.

*
* *

O sr. Hintze Ribeiro só pensa em Londres, só pensa no Chire, só pensa em disparates e aventuras coloniaes que hão de absorver ao contribuinte milhares e milhares de contos, sem d'ahi tirarmos cinco reis de proveito, nem a sombra d'uma gloria. E nem um instante pensa no Brazil; nem um instante pensa em vencer certas repugnancias futilissimas da tradição monarchica; nem um instante pensa em entrar em relações officiaes com o governo provisorio; nem um instante pensa em acabar com esta especie de amuo que se estabeleceu entre o gabinete de Lisboa e o gabinete do Rio de Janeiro.

Quer o governo as sympathias do paiz, mostrando que trabalha sinceramente pelos seus inte-

resses?... Aproveite quanto antes o exemplo dado pelo sr. Carnot, e convença El-Rei da necessidade politica, que envolve altas conveniencias economicas, de receber officialmente o ministro da republica brazileira junto do governo portuguez.

Se o não faz, o governo brazileiro justamente offendido com uma attitude tão hostil por parte do governo portuguez, procurará por todos os modos derivar para França a corrente de interesses que ainda ha entre o Brazil e Portugal, assim como para Inglaterra, onde a casa Rotschild acaba de tomar firme um emprestimo do governo provisorio.

*
* *

Pouco falta para que seja completo o divorcio entre as duas nações que fallam a mesma lingua.

As aventuras africanas em que se teem lançado os ultimos governos, teem-os levado a descurar absolutamente as nossas relações com o Brazil. D'aqui o descaminho de relações e operações commerciaes e financeiras de que Portugal podia ter a maior parte, e que teem ido parar, por estupidez e desmazelo governativo, diplomatico e consular, ás mãos de inglezes, francezes, belgas e allemães!

Fizemos o Brazil. O Brazil proclamou a sua independencia politica. Mas o Brazil podia continuar a ser para nós um vasto e precioso campo de operações commerciaes, se os nossos governos tivessem tido o tino e o patriotismo sufficientes para estudar as necessidades do Brazil nas suas relações com a Europa, e de vêr em que proporção podia-

mos luctar com as outras nações no genero de transacções que o Brazil tem de sustentar com o velho continente.

Tinhamos a nosso favor as tradições historicas, a mesma lingua e a mais rica colonia nacional de todas as colonias estrangeiras estabelecidas entre o Amazonas e o Rio Grande.

Mas os nossos governos pensam que a verdadeira politica consiste apenas em ter colonias e nunca mais d'ellas nos occuparmos quando ellas se separam da metropole; pensam que a politica só consiste em olhar pelo que materialmente possuimos, e não pensar nos interesses materiaes que ligam um povo a outro povo; pensam que a politica consiste apenas no expediente dos ministerios e não nos mil interesses commerciaes, industriaes e agricolas que podem ligar eternamente duas nações, completando mutuamente as suas riquezas... E é por esta falsa comprehensão do que seja a *politica*, que em menos de cincoenta annos nós vemos toda a tradição e toda a influencia portugueza no Brazil ser vencida pela influencia franceza, ingleza e allemã, ser vencida pelos paizes onde a *politica* não é campo de vaidades e de platonismos para uso privado de conselheiros, mas uma sciencia com um fim pratico e util, procurando desenvolver e augmentar por todos os modos a riqueza interna e a sua expansão e influencia no estrangeiro.

*
* *

Nós fizemos o Brazil. E em vez de continuar as nossas relações politicas e economicas, procurando-as estreitar e desenvolver por todos os modos n'um immenso paiz onde tudo é portuguez, afastamo-nos d'elle totalmente, para irmos esgrimir e soffrer enxovalhos por causa dos Mashonas e dos Matabelles.

Que o sr. Antonio Ennes explore por todos os modos, nas columnas do *Dia*, os Mashonas e os Matabelles, o Lobengula e o Melaure, para assim passar aos olhos portuguezes, absolutamente ignorantes em geographia e nomes africanos, como o unico politico capaz de se entender na pasta das colonias, quando para esse ministerio o convidar El-Rei—é o que ha de mais natural e de mais honesto, pois que o sr. Ennes só pensa em ser ministro da marinha.

O mesmo processo politico e parlamentar seguiu o sr. Franco Castello Branco para ser ministro da fazenda. Este perspicaz bacharel percebeu que os deputados portuguezes eram pouco dados aos estudos financeiros e ás questões de economia politica. E que fez o bacharel?...

Agarrou-se aos livros e ao jornal do Paul Leroy-Beaulieu, mais ao jornal dos economistas do Molinari e aos seus annuarios de economia politica, mais aos livros, ás conferencias e aos discursos do Léon Say, mais aos discursos do Rouvier; foi para a camara; começou a fallar em theorias de livre-cambio e de proteccionismo, em capital, em rendi-

mentos do Estado, em orçamentos rectificados, em leis de meios, em impostos proporcionaes e impostos progressivos, em impostos directos e impostos indirectos, em *deficit*, sobretudo em *deficit*, apoiando o seu dizer com cifras e mais cifras; e todo o seu partido exclamou em côro:

—«Que genio! que economista! que grande ministro da fazenda!...»

E apenas o nosso bacharel chega ao ministerio e precisa realisar um emprestimo de 9:000 contos nas praças estrangeiras—é o que nós sabemos como fiasco!...

* * *

Ora voltando á vacca-fria, o que eu queria dizer —é que as nossas colonias d'Africa, por emquanto só teem servido para absorver o ouro do contribuinte; e os nomes dos seus rios, dos seus lagos, dos seus portos, das suas montanhas, dos seus regulos e das suas estações no interior, só teem servido para facil erudição de candidatos a ministros da marinha.

O que eu queria dizer—é que nos devemos preparar para sermos largamente roubados pela Inglaterra, mas que ainda nos ficam colonias, isto é, territorios incultos, inhospitos e inhabitados para dar, vender e colonisar; que não devemos correr doidamente atraz da moda ou da febre colonial que hoje se apoderou da Inglaterra e da Allemanha, porque não temos nem abundancia de capitaes, nem de braços, para arriscar em semelhantes phantasias e aventuras; que devemos convencer este governo a

que sáia do poder, para vêr se apparece um gabinete que nos faça sahir decorosa e limpamente da ratoeira em que caímos, e que tão largamente aproveitou á Allemanha e á Inglaterra; e que se olhe mais attentamente pelo commercio, industria, agricultura e instrucção da metropole, pela prosperidade dos Açores e da Madeira, e pela expansão e influencia portugueza no Brazil:—porque tudo isto creio que vale bem mais para a nossa felicidade e riqueza, do que os selvagens Matabelles e Macalacas com que o sr. Ennes adormece de quando em quando os leitores do *Dia*.

Tratemos de seguir os bons exemplos da França, da Allemanha, da Inglaterra, da Belgica e da Hollanda:

Menos politica—menos rhetorica—mais instrucção—e mais negocio!...

Mariano Pina.

Numero 10] [5 de julho de 1890

O ESPECTRO

CASTIGO SEMANAL DA POLITICA

Segundo as precisões, existe uma sciencia
que ora aperta, ora alarga os nós da consciencia;
e os que a sabem como eu, com um geito que lhe dão,
trocam o mal da acção em bem, pela intenção.

Tartufo — Act. IV, Sc. V.

Tal é a moral de Tartufo, e tal o fundo d'esta politica regeneradora, e particularmente hintzacea, que depois de nos deixar roubar pela Inglaterra, de nos fazer passar por todas as humilhações na Bolsa, nos jornaes e nas ruas de Paris, ainda ha de aniquilar todo o prestigio do nome portuguez no Brazil — o que será o ultimo e decisivo pontapé na nossa arruinada situação economica!

E quando se pedirem contas de tamanhos erros — para não dizer de tamanhos crimes — a esse balôfo estadista de Caneças que, *d'un cœur léger*, nos vae arrastando para a miseria e para a vergonha, esse ávante-canecence do palacio do Calhariz responderá com ares de martyrio e arrependimento:

—«Se tantos erros pratiquei, é porque me disseram que era preciso salvar a Monarchia!...»

E continuará parodiando Tartufo; confessará o crime de que toda a imprensa o accusa; e exclamará lacrimoso aos ouvidos do seu paiz:

> Creia, irmão, no que ouviu; não n'o enganaram, não:
> arme-se de furor; fira, castigue, irmão!
> Arroje-me de si por essa escada abaixo!
> Pize-me a pés!... é pouco; inda clemente o acho!...

E o paiz que é bonacheirão e pacifico, e que tão desalentado anda pela desgraça, ainda ha de perdoar a Tartufo, como o Anselmo da traducção do visconde de Castilho; ainda se ha de revoltar contra os que accusam a politica do sr. Hintze; e—quem sabe—ainda o ha de tolerar como presidente do conselho!

*
* *

Porque toda a ambição do sr. Hintze é ser presidente do conselho e *primeiro estadista* de Portugal—tal e qual como Fontes, de quem pretende ser o successor...

Até me affirmam que se veste no mesmo alfaiate do fallecido chefe do partido regenerador—só para não perder a *linha*, e mais o feitio da sobrecasaca!

Ao que parece, ha em Lisboa uma especialidade de alfaiates, que sabem fazer na perfeição sobrecasacas para estadista. São os alfaiates da escóla Fontes.

Em lhes caíndo debaixo das unhas freguez com a *linha* á altura da gravidade das circumstancias, talham-lhe uma sobrecasaca que, em menos d'um anno, leva uma pessoa direitinha á carta de conselho...

Ha em Lisboa sobrecasacas, lindas sobrecasacas de panno preto, muito bem sobrepostas, muito bem abotoadas, muito bem enchumaçadas, sem uma préga, sem uma curva mundana, sem um desmancho, sobrecasacas geometricas e mathematicas—que são o bastante para impôrem um homem ao respeito e aos salamaleques das multidões, e impôrem silencio aos criticos.

São do genero:—a sobrecasaca do sr. Hintze Ribeiro e mais a sobrecasaca do sr. Antonio Ennes.

O sr. Hintze Ribeiro póde ámanhã dar Moçambique de presente aos inglezes, e declarar a guerra ao Brazil por ter proclamado a Republica—que ninguem ousará causar-lhe o menor damno. Mas porquê?... A sobrecasaca!... Mas dispa o sr. Hintze a sua sobrecasaca de ferro, e venha para o meio da rua com uma sobrecasaca como toda a gente usa: verá com que enthusiasmo o povo péga no precioso corpo de S. Ex.ª e o vae dependurar pelo pescoço no alto do Pelourinho.

O mesmo succede com o sr. Antonio Ennes. Póde o director politico do *Dia* publicar todos os dias em artigo de fundo um d'aquelles seus soporiferos e medonhos artigos, compactos e massudos, em que nos falla de Matabelles, de Machonas, Macoricoris, Mucarangas, Mutambus e mais nomes sufficientemente bundas e catingueiros,—que nem por isso os seus leitores deixarão de o lêr e de o relêr, com avidez, com delirio, com espanto e com assombro ao

mesmo tempo geographico, politico e diplomatico. Mas porquê?... A sobrecasaca!

* * *

Ah! felizardos que haveis apanhado o segredo das sobrecasacas de ferro! Quem me dera uma sobrecasaca assim—para mim, e para os meus descendentes!...

Ora vejam a quanto se reduz a complicada sciencia da vida, da fortuna e da gloria!

Anda uma pessoa a estudar, a passar as noites em branco, a queimar as pestanas, a arruinar a saude, a gastar em livros e em mestres algum vintemzinho que póde apurar pelo seu trabalho quotidiano, isto para não ser positivamente uma bêsta —com perdão de quem me ouve... E tudo são difficuldades, e empecilhos, e luctas, e privações, e desillusões, e desenganos!...

E de repente, eis que apparece um homem impertigado, grave, mudo, sêcco como um carapau sêcco, com movimentos geometricos, face impenetravel, olhar indefinivel, do qual só se sabe que é de poucas palavras, todas solemnes e ôcas, de nenhum riso, de pouca expansão, e muita sobrecasaca...

A multidão maravilhada abre alas; ouvem-se vozes respeitosas que dizem: «deixem passar! deixem passar!» — e o homem passa, mudo, solemne, impertigado e imperturbavel, sem dizer uma palavra, sem mostrar a ponta d'uma ideia; chega ao que quer, e dão-lhe tudo quanto pede, porque a sua vaidade e a sua ambição não têm limites... E porque lhe abrem alas, e lhe dão tudo quanto elle quer?...

Porque a sobrecasaca d'esse homem grave, mudo e sêcco, é differente da dos outros!...

Assim é a vida politica — em Lisboa.

Passando das sobrecasacas politicas a assumpto mais importante, — que me digam todos quantos amam sinceramente o seu paiz, monarchicos, miguelistas, republicanos e socialistas; que me digam todos quantos collocam os sagrados interesses da patria acima das conveniencias politicas d'uma corôa ou d'um barrete phrygio; que me digam todos quantos se orgulham de serem portuguezes: — se não é um grave erro politico e economico, Portugal estar sem um ministro no Rio de Janeiro, e o nosso governo conservar uma attitude fria e hostil com um governo que, apesar de provisorio, já foi reconhecido pela França...

Certamente que é! O governo provisorio da Republica brazileira já foi duas vezes reconhecido governo de facto, em plena Europa, durante o mez de junho findo.

Foi reconhecido *politicamente* pela França, pois que o sr. Carnot recebeu no palacio do Elyseu o sr. barão de Itajubá com as mesmas honras com que recebeu o nosso ministro em Paris, sr. conselheiro Martins d'Antas.

Foi reconhecido *financeiramente* em Londres, pela casa Rotschild, que tomou firme o primeiro emprestimo do governo provisorio, de cinco milhões sterlinos. E' escusado acrescentar que a importan-

cia politica e financeira da casa Rotschild está um pouco acima d'esse triste syndicato que tomou *firme* ao governo portuguez dois milhões sterlinos, e que acabou por só lhe emprestar metade do que tinha contractado *firme* ...

* * *

N'estas circumstancias, prolongar por mais tempo esta falta de relações diplomaticas entre Lisboa e o Rio de Janeiro, é querer perder para sempre todo o prestigio portuguez no Brazil, é querer alienar gratuitamente e estupidamente as sympathias de um paiz que falla a nossa lingua e com o qual Portugal entretem as mais vastas relações commerciaes.

Certas farófias monarchicas, certo ar *ancien régime*, e até a vaidade de querer entrar parelhas com a Hespanha na triple alliança, feita por Bismarck para luctar contra as correntes democraticas e sociaes — fizeram com que o governo do sr. D. Luiz I não viesse officialmente á Exposição de Paris, só para ser agradavel á Allemanha.

A Allemanha pagou-nos esta dedicação monarchica — não intervindo de modo algum no insulto que recebemos da Inglaterra. E agora vemos que em nenhum caso teria tomado a nossa defeza, pois esperava pela grande posta da Africa equatorial, que lhe foi dada por lord Salisbury, sem fallar no presente da ilha de Heligoland ...

E o que fazia o imperador do Brazil, o tio do sr. D. Luiz I, o soberano philosopho e finorio? ... Não

só não acompanhava seu sobrinho na *grève* das Monarchias contra a Republica franceza e contra a Exposição do Centenario da Revolução de 1789,— mas tinha uma entrevista com o sr. Carnot em Aix-les-Bains ácerca da representação do Brazil na Exposição de Paris; escrevia uma carta autographa ao sr. Berger, commissario geral da Exposição, recommendando-lhe a commissão brazileira; e daya instrucções ao seu ministro em Paris para, no dia da inauguração do pavilhão, receber officialmente o Presidente da Republica.

Quer dizer: O sr. D. Pedro II collocava nobremente os interesses do seu paiz acima de todos os pontos de vista monarchicos, brigantinos e orleanistas.

O sr. D. Luiz I collocou os interesses e as vaidades da monarchia e da realeza, acima dos interesses e do bom nome da sua patria.

E emquanto o Brazil augmenta o seu prestigio e o seu credito em França, — Portugal vae perdendo credito e prestigio...

E emquanto o governo da Republica franceza reconhece officialmente o governo provisorio, o que é um triumpho para a diplomacia brazileira, — as diplomacias saloias e pantafaçudas do sr. Hintze Ribeiro, nem sequer servem para que o governo portuguez obtenha a cotisação *official* para os novos titulos, na Bolsa de Paris!...

*
* *

E ainda ha trocistas nos botequins de Lisboa e trocistas nos corredores de S. Bento, que passam o tempo a crivar de facecias insulsas — o *brazileiro!*

Mas quando a falsa comprehensão do principio monarchico nos tiver separado totalmente do Brazil — o unico paiz com o qual negociamos sériamente; quando a França, e a Inglaterra, e a Allemanha, e a Italia tiverem aproveitado de todas as nossas troças ao *brazileiro* e de todos os nossos ataques ao governo provisorio; quando o governo da Republica brazileira passar a considerar a colonia franceza como a *colonia-irmã*, e a nutrir a maior indifferença pela colonia portugueza, — então é que havemos de vêr para que nos servem os Matabelles, os Machonas e outros cavallos de batalha e phantasmas de riqueza, com que andam a deslumbrar-nos o sr. Ennes, o sr. Chagas, e outros cavalleiros e campeões d'essa triste aventura africana, onde havemos de perder o nosso dinheiro e mais a nossa honra!...

*
* *

Mas porque é que estamos sem ministro no Rio de Janeiro?...

Porque é que nos estamos a divorciar do Brazil; a deixar que outros paizes conquistem o prestigio e a situação commercial que nós alli tinhamos; e a só pensarmos em alargar o nosso prestigio no paiz de Gaza e no paiz de Machona, que são os paizes da especial predilecção politica do sr. Ennes e mais do sr. Luciano Cordeiro?...

Que diabo temos nós ganho, que negocios temos nós feito com Gaza e com Machona, que possam ser comparados com as nossas relações com o Brazil?...

Porque não havemos de estabelecer com o gover-

no provisorio as mesmas relações diplomaticas que já hoje estabeleceu a França?...

Porque o governo não quer?... N'esse caso peço licença á *Provincia* do Porto, para fazer minhas as suas nobres e altivas palavras de 24 de abril de 90:

«*O estado mental dos povos já não tolera as grosseiras ficções d'outras éras. No regimen de publicidade e de critica em que vivemos, o rei não póde ser apenas symbolico. Para a consciencia publica existe realmente, activo e responsavel, um magistrado supremo da nação.*

«*É a El-Rei que aconselhamos cautela. E, procedendo assim, não só usamos de um direito, cumprimos tambem um dever.*

«*El-Rei tem sido enganado, tem sido criminosamente illudido pelos seus conselheiros responsaveis.*»

É a El-Rei que todos devem aconselhar cautela!

Abandonados politicamente pela Allemanha, na qual a monarchia tanto havia confiado para a resolução do problema colonial; descaradamente roubados e insultados pela *fiel alliada* da dynastia brigantina; com o nosso credito profundamente abalado na praça de Paris; não juntemos agora a tanta insensatez uma quebra de relações diplomaticas com o Brazil, que será fatalmente seguida d'uma quebra de relações commerciaes.

A nossa situação politica, tanto interna como externa, não póde ser mais desastrosa. A nossa situação economica é pessima. Pensemos em estreitar relações com os povos aos quaes nos unem interesses positivos. E tratemos de evitar aventuras coloniaes, d'onde nunca tiraremos—nem proveito, nem mesmo gloria!...

O protectorado do Zanzibar havia sido regulado por um tratado passado no tempo de Napoleão III, entre a França e a Inglaterra. Hoje a Inglaterra regula no tratado anglo-allemão a questão do protectorado do Zanzibar, sem se dar ao incommodo de consultar a França. E a França intervem immediatamente e energicamente na letra do tratado anglo-allemão, para fazer respeitar pela Inglaterra os seus antigos tratados.

Esta attitude energica da França, que bem mostra que a Republica está disposta a fazer face a todas as audacias diplomaticas e coloniaes da Inglaterra, inspira ao *Tempo* do sr. Carlos Lobo d'Avila as seguintes reflexões:

— «E se agora effectivamente a França se propozesse a exercer uma pressão decidida sobre a questão da Africa oriental, com o motivo do convenio anglo-allemão, talvez o nosso governo podesse encontrar n'esse facto algum ponto de apoio para uma acção que ultimasse essa desgraçada pendencia, em que estamos sendo victimas das prepotencias de uma nação desapiedadamente egoista.» — (*Tempo*, 24 de junho de 90.)

D'estas palavras do director do *Tempo*, jornalista que conhece todos os segredos da politica portugueza, se conclue claramente o seguinte:

— Que não temos uma unica alliança, e que estamos a luctar isolados contra a avidez ingleza;

— E que os partidos monarchicos, que vêem hoje a monarchia portugueza sem um unico apoio das poderosas monarchias europeias, e que sentem a França com força para resistir á Inglaterra, não desdenhariam uma alliança com a Republica.

*
* *

Ora n'este terreno é que deve ser collocada a nossa politica externa. Hoje, desilludida de qualquer auxilio da Allemanha e de qualquer prova de estima e de consideração por parte da Inglaterra, —a monarchia portugueza só deve procurar allianças e relações d'interesses com os povos que fraternisam e negoceiam com o nosso povo.

Ponha de parte a monarchia certas vaidades mal cabidas por estes tempos egoistas que vão correndo, e trate de se unir á França; e trate de desenvolver as suas relações politicas e economicas com a Hespanha.

Uma união com a França será o levantamento do nosso credito no estrangeiro, e o poderoso auxilio dos capitaes francezes para o desenvolvimento das nossas industrias, da nossa agricultura e d'algumas das nossas colonias—das que podem vir a ser lucrativas para a metropole.

Uma união dos tres paizes latinos—da França, da Hespanha e de Portugal—seria a melhor resposta á indifferença com que a Allemanha tem tratado a monarchia portugueza na questão colonial, e á insolencia com que a Inglaterra nos tratou em 11 de janeiro de 1890.

Hoje, em França e em Hespanha, a ideia d'uma triple alliança latina está adquirindo numerosos adeptos. Que em Portugal os verdadeiros patriotas combatam pelos mesmos principios, convencendo a monarchia a seguir esta nova politica, —e uma nova

éra surgirá para os povos que vêem a luz do sol desde as margens do Sena até ás margens do Tejo, e que são duas vezes irmãos... pelo sangue e pelo espirito!

* * *

Não podemos hoje contar com o apoio de nenhuma monarchia; não tratemos pois de alienar totalmente qualquer probabilidade de alliança com a Republica.

Qual não seria hoje a nossa situação financeira, se em vez de termos feito côro com a Allemanha contra a Exposição de Paris, — tivessemos vindo *officialmente* a essa Exposição?

Teriamos sido em França o paiz mais festejado de toda a Europa; o sr. D. Carlos de Bragança, então principe herdeiro, teria sido em Paris o alvo das mais brilhantes demonstrações officiaes; teria desapparecido das ruas de Paris a campanha da calumnia movida pelos portadores dos titulos de D. Miguel; e em vez do Estado ter de fazer as suas operações com banqueiros de 2.ª e 3.ª ordem, que falham aos mais sérios compromissos, o nosso governo teria para as suas operações o apoio dos primeiros estabelecimentos de credito, — como teve o governo russo quando lançou em Paris o seu ultimo emprestimo.

E o que nos aproveitou a *grève* das monarchias contra a Exposição do Centenario da Revolução franceza?... Onde se manifestou o reconhecimento da Allemanha?... Onde nos auxiliou, diplomatica, colonial ou financeiramente?...

Voltemo-nos, pois, para os paizes com os quaes negociamos. Fujamos a toda a especie de cavallarias, como já aconselhava em agosto de 88, nas columnas do *Reporter*, o sr. Oliveira Martins. Fallava-se então na nossa alliança colonial com a Allemanha. A quinze mezes de distancia o sr. O. Martins previa tudo quanto nos havia de succeder em janeiro de 90, por causa da tal alliança que tinha por fim «fazer contrapeso á influencia ingleza na Africa» — como ingenuamente me explicava em Paris um nosso estadista... dos que por ahi ha ás duzias, da escóla do sr. Hintze.

Não foi mau contrapeso! A Allemanha disse á Inglaterra:

— «Se me não dás o que eu quero da Africa equatorial, e mais a influencia no Zanzibar, e mais a ilha de Heligoland, tomo a defeza de Portugal.»

A Inglaterra respondeu logo á Allemanha:

— «Dou-te tudo quanto me pedes, na certeza de que has de fazer ouvidos de mercador a todos os gemidos de Portugal.»

E como diz o dictado francez, que os lobos se não comem uns aos outros, — quem foi esquartejado e devorado em toda esta combinação, foi o pequeno Portugal, apesar de todas as allianças de sangue da familia de Bragança com as familias reinantes da Europa...

Os nossos monarchicos quando se lhes falla n'uma alliança com a Republica franceza, até parece que têm vomitos, imaginando nem eu sei o quê...

Chegam a ter em mais consideração o principe reinante de Monaco, só porque é principe, apesar de reinar n'um principado que é uma casa de batota — do que o presidente Carnot.

Este nojo que os politicos da monarchia affectam pela palavra Republica; o tom de desprezo com que nas columnas do *Correio da Manhã*, da *Tarde*, do *Jornal de Noticias*, e outros realejos da regeneração, se allude á Republica e aos republicanos — enchem-me d'uma alegria indescriptivel!

Porque de cada vez que estão na opposição, esses *monarchicos* de pechisbéque, que seriam os primeiros a trahir e a accusar o seu Rei, se ámanhã houvesse em Portugal um movimento revolucionario a favor da Republica, — esses *monarchicos* de pechisbéque, quando estão na opposição, são os primeiros a assustar El-Rei com o espectro da anarchia.

Comediantes!...

*
* *

Eu conheço *monarchicos* dos mais bravios, conselheiros d'estado, defensores terriveis do throno, que ainda ha pouco tempo eram não só *republicanos* — mas até *communistas!*

Foi republicano o sr. João Arroyo. E ainda o anno passado, em Paris, o sr. Pinheiro Chagas se declarava *communista*, fazendo o elogio da França revolucionaria, e defendendo os incendios que a *communa* accendeu em 1871.

Tenho na minha frente o discurso em francez do sr. Chagas, e é com verdadeiro espanto que transcrevo estas palavras d'esse conselheiro que hoje

tanto vocifera contra os republicanos, os socialistas e os anarchistas de todos os paizes:

—«*On lui reproche bien souvent les incendies qu'elle allume; mais c'est la France qui brûle, et c'est le monde, messieurs, qui est éclairé!...*»

De sorte que os *communistas* arrazaram e queimaram Paris, mas os seus incendios foram uma conquista do espirito humano, porque os clarões da communa illuminaram o mundo e mais o sr. Chagas—que não sabe uma palavra de grego, mas é professor de *litteratura grega* no Curso Superior de Letras!

* * *

Mas admittindo por um instante que as palavras do sr. Chagas não sejam sufficientemente revolucionarias para decidir o governo e a Monarchia a seguir uma politica de união e de approximação com a Republica franceza—passo a transcrever certas declarações feitas em publico pelo sr. Conde de Paris, o augusto sôgro de S. M. El-Rei o sr. D. Carlos I.

Em 18 de janeiro de 1871—quando a Republica acabava de ser proclamada, sem ainda se saber se essa fórma de governo poderia responder cabalmente a todas as aspirações da nação franceza—o sr. Conde de Paris escrevia de York-House, Twickenham, Middlessex, uma carta a M. Elsingre, em que lhe fallava do novo governo, e lhe dizia o seguinte:

—«*Nous déclarer républicains? mais à quoi servirait cette expression d'opinion qui n'engagerait aucun de nos amis? Quant à moi,* ***je sais déjà que***

je suis infiniment plus républicain *que ces derniers, c'est-à-dire* ***que je n'ai aucune de leurs répugnances*** *pour cette forme de gouvernement.*»

(Assignado) — ***L.-P. d'Orléans.***

*
* *

Ora desde o momento em que o augusto sôgro de S. M. El-Rei o sr. D. Carlos é o primeiro a declarar que é *infinitamente republicano* e que não tem *nenhuma repugnancia* pela Republica,—não comprehendo a furia dos realejos mais ou menos avariados da regeneração, de cada vez que se lhes falla em partido republicano, ou quando se diz em publico que a Portugal só convém, por causa do credito, da sua industria, da sua agricultura e da sua instrucção, uma absoluta communidade de interesses e de relações politicas com a Republica franceza.

E deixemo-nos de cavallarias altas! Insultados e roubados pela Inglaterra, desprezados pela Allemanha—tenhamos a sufficiente sensatez de comprehender d'uma vez para sempre, que um povo só se deve alliar aos povos com os quaes tem maior commercio de dinheiro e de ideias.

O caminho está todo traçado. A nossa diplomacia só tem que fazer em França, em Hespanha e no Brazil.

Fazer o contrario—ou é estupidez, ou é crime!...

Mariano Pina.

Numero 11] [12 de julho de 1890

O ESPECTRO

CASTIGO SEMANAL DA POLITICA

Ha seis mezes que esta comedia tragica vae durando. O espirito publico, no qual a sufficiencia dos ministros lançou a semente da esperança n'uma solução favoravel, oscilla morbidamente entre o desanimo e a paixão.

Novidades, 30 de junho de 90.

Não se ouve em toda a imprensa senão d'estas reflexões que cheiram a defunctos, e d'estes prenuncios de desmoronamento politico.

Os jornaes monarchicos da opposição são ainda mais pessimistas que os jornaes republicanos. E' um *De profundis!* geral, entoado tristemente em volta do ministerio, em volta do parlamento, e até em volta da monarchia...

O terror apoderou-se de todos os campos; e a opposição tem suas duvidas ácerca do que será mais perigoso para a nação portugueza — se uma invasão do cholera, se a politica do sr. Hintze Ribeiro.

Se me nomeassem arbitro para escolher entre os dois males — eu optava pelo cholera!

Já vivi em plena epidemia, durante o verão de 1884, em Paris, quando morriam 200 pessoas por dia. E vi de perto como se atalhava o mal, e se salvava do cholera uma população de 2.500:000 habitantes.

Agora salvar da diplomacia do sr. Hintze e das garras de lord Salisbury uma população de 4.500:000 habitantes — francamente que não sei. E affirmo á face de Deus e da Egreja que a medicina tambem ignora os meios de atacar e de aniquilar tamanha calamidade!...

*
* *

Só os jornaes *regeneradores* — e não todos — teem a sufficiente ousadia ministerial para affirmar que tudo corre ás mil maravilhas; que as finanças e as colonias passam sem novidade em sua importante saude; e que lord Salisbury vae dar todas as satisfações possiveis e imaginaveis ao illustre Metternich de Caneças, que ora dirige o nosso ministerio dos estrangeiros.

Ora será bom não esquecer que esses mesmos jornaes tambem ousaram affirmar em maio findo, que os banqueiros de Paris entregariam *integralmente* ao governo, os 9:000 contos do famoso emprestimo *firme*. E os banqueiros só por muito favor entregaram a metade do emprestimo!

De modo que as satisfações de Salisbury, que só se roja aos pés da Allemanha e que está dan-

do todas as satisfações e compensações á França, por causa do protectorado de Zanzibar, — hão de ser eguaes ao respeito que Buchanan na Africa mostrou ter pela bandeira portugueza...

*
* *

Ao lêr os artigos desoladores da imprensa *progressista*, chega-se á terrivel conclusão de que não é só a situação *regeneradora* que está pôdre, — mas sim toda a politica dos partidos monarchicos.

Sente-se perfeitamente que estamos á beira — ou d'uma *transformação*, ou d'uma *revolução*. O que nós estamos, é assistindo á agonia do *liberalismo 1830*, ao enterro dos velhos processos de governo, de que Fontes era o ultimo representante em Portugal, e creio mesmo que em toda a Europa.

E como nos achamos em face de novos problemas politicos, sociaes e economicos; e como os herdeiros de Fontes se vêem forçados a reconhecer que já não estão «á altura da gravidade das circumstancias» — mas não querem dar o seu braço a torcer; — succede que tudo apodrece e se desfaz, lentamente, empéstando os ares...

Quando a carroça do lixo tiver levado da estrada esse cadaver do velho *liberalismo* rhetorico e romantico, — então virá a tal *transformação*, ou a tal *revolução*...

*
* *

Eu aposto pela *transformação*. Ella tem fatalmente de se operar nas chamadas *classes dirigentes* — talvez assim chamadas por não dirigirem coisa alguma em termos! As taes classes já para ahi se acham voltadas, attendendo a que os actuaes processos de governo estão gastos e desacreditados, e é necessario e urgente fazer *politica nova*.

Quanto á *revolução*, teria de rebentar da onda popular; e quando não rebentou em 11 de fevereiro de 90 — já não rebenta tão cedo...

O povo portuguez está pouco disposto a fazer revoluções, não só porque não vê o principio ou a ideia que valha a pena de lhe arriscar a pelle, — como tambem se acha n'um profundo estado de ignorancia para poder comparar a sua situação (que é miseravel) com a de outros povos do centro da Europa, como o belga, o hollandez e o suisso.

Emquanto em Portugal a massa dos trabalhadores dos campos e das cidades não tiver uma comprehensão exacta dos seus deveres e dos seus direitos, não tiver a consciencia das regalias politicas e sociaes a que todo o homem livre tem jus, — uma revolução é uma coisa impossivel, uma revolução é uma chimera. A não ser que ámanhã appareça um governo sufficientemente estupido — e tudo póde acontecer em Portugal! — que augmente n'uma tal proporção os impostos que, para os pagar, precisem os trabalhadores de empenhar as enxergas e os seus instrumentos de trabalho...

*
* *

A questão colonial, por mais desastrosa e vergonhosa que seja a sua solução, tambem não é de molde a excitar e revolucionar o povo.

O povo portuguez não sabe, nem saberá n'estes 50 annos mais proximos, o que é a Africa, e que riquezas possue o continente negro...

Nem os proprios jornalistas o sabem! Não se zanguem, porque lhes vou dar já um exemplo.

Tenham a bondade de percorrer os jornaes d'este anno que fallaram da vinda a Lisboa da embaixada do Maputo.

Essa embaixada de pretos foi assumpto para noticias de risota, na sua maior parte saturadas de facecias e gracejos sufficientemente avariados. Poucos jornaes tomaram a sério os pretos do Maputo.

Pois no dia em que a rainha d'aquelle territorio se deixar embalar pelas intrigas dos missionarios inglezes, e deixar de prestar vassallagem á corôa de Portugal, — teremos a Inglaterra a apoderar-se de Lourenço Marques, como agora se apoderou da região do Chire.

Que os nossos jornalistas, que tanto riram da embaixada do Maputo, se dêem ao trabalho de lêr a «Decisão arbitral do Presidente da Republica franceza, entre a Grã-Bretanha e Portugal, relativa á bahia de Lourenço Marques, que teve logar em 24 de julho de 1875.» — Encontram-na no tom. III, pag. 517, do *Nouveau Recueil général de traités*, de Ch. Samwer e Jules Hopf.

Ahi verão que a arbitragem do marechal de Mac-Mahon na questão de Lourenço Marques, entre Portugal e a Inglaterra, teve por fim reconhecer os direitos de Portugal sobre o territorio de Tembe, e sobre o territorio de Maputo, comprehendendo este a peninsula e a ilha de Inyack (Inhaca), assim como a ilha dos Elephantes.

Felizmente para nós que os embaixadores do Maputo ainda ignoram os segredos da arte typographica, e o prazer que sente o branco com a leitura quotidiana e matinal das gazetas. Aliás teriam percebido que seriam mais bem acolhidos em Londres ou em Berlim: — e lá se ia uma parte de Lourenço Marques pela agua abaixo...

* * *

E' n'estas e n'outras ignorancias não só do povo, mas dos proprios jornalistas, que se vae fiando o ministerio, para continuar representando a funebre farçada da nossa decadencia colonial...

A não ser que um qualquer movimento operario em Lisboa e Porto atire com essa philarmonica de *ávante-canecences* de pernas para o ar:—mandando Metternich para Caneças chorar as suas desgraças d'estadista nos braços do sr. conde de Valenças e do sr. visconde de Faria; mandando o sr. Arouca janotear e monoculisar para as frisas de S. Carlos; e mandando o sr. João Arroyo para Coimbra, de novo dirigir e afinar os orphéons e sol-e-dós que tanta fama lhe deram por essas margens do Mondego...

O rei da *Mascotte*, depois de desthronado, passou da posição lucrativa de rei, á humilde condição de tocador de realejo.

O proprio Napoleão, depois de imperador dos francezes, tambem acabou os dias plantando couves em Santa Helena.

Não é pois para admirar que ainda vejamos um conselheiro d'Estado — victima dos baldões da politica — tomar a direcção philarmonica dos *prussianos do Seixal*...

Que a *comedia tragica* de que falla as *Novidades* dure ainda mais seis mezes, e mesmo mais um anno — pouco deve affligir o nosso paiz.

Nós descemos tão baixo, e tão aviltados andamos aos olhos da Europa, que já não ha mais desastres que nos possam affligir profundamente.

Isto de miseria é exactamente como o frio em Paris. O que é duro de roer, é quando a temperatura desce até seis graus abaixo de zero. Depois perde-se a sensação; e tanto frio se sente quando o thermometro desce a *seis*, como quando desce a *doze* graus...

Levamos o primeiro pontapé da Inglaterra, no dia 11 de janeiro de 90. Berrámos, protestámos, vociferámos, gritámos vingança e guerra ao inglez... Deitámos um ministerio a terra, fizemos demonstrações nas ruas, abrimos subscripções para comprar couraçados e para defender as colonias. Fizemos o diabo!...

Depois veio para o ministerio dos estrangeiros o sr. Hintze, que levou o pontapé inglez á altura d'uma instituição. Nem sei como se não lembrou de fundar a ordem colonial do pontapé!

E hoje—graças á dictadura, ao Hintze, á policia de chanfalho em punho e aos cavallos da municipal—estamos de tal modo acostumados ás ladroeiras de lord Salisbury, que já o insulto britannico e particularmente salisburyno, passou a ser um elemento da nossa vida quotidiana, como o café com leite, e o pão com manteiga—ingleza!

Póde pois a *comedia tragica* durar á vontade mesmo mais um anno.

Porque se essa comedia hoje terminasse, estou certo que a nova situação ainda havia de ser mais difficil, e talvez mesmo mais perigosa.

*
* *

Admittamos que o gabinete do sr. Serpa dá hoje a sua demissão, antes de ter resolvido a pendencia com a Inglaterra.

Quem é que o ia substituir? Quem é que El-Rei (que na opinião do sr. Serpa, *não tem a experiencia nem a pratica dos negocios publicos)* havia de chamar para formar um novo ministerio?...

No reinado do sr. D. Luiz, via-se o Poder simultaneamente disputado pelo partido *conservador* tendo por chefe Fontes Pereira de Mello, e pelo partido *liberal* tendo por chefe Anselmo Braancamp, depois da sua morte substituido pelo sr. José Luciano de Castro.

Com a morte de Fontes, o partido *regenerador*, minado por mil vaidades mais ou menos canecences, desfez-se completamente. O que ahi está no poder, nem é a sombra d'um partido. E' um ministerio anarchico e indisciplinado, onde todos mandam, onde todos impõem a sua vontade, sem ninguem querer obedecer ao seu chefe—porque todos os ministros se julgam chefes.

Quanto ao partido *progressista*, tambem o vemos dividido, apesar de todas as apparencias de solidariedade e de disciplina. Basta lêr com alguma attenção as folhas *progressistas*, para vêr que não seguem o mesmo plano de critica e o mesmo ponto de vista politico; para se sentir por detraz de cada *artigo de fundo*, um chefe que falla e quer que a sua palavra seja a unica escutada, e a unica infallivel.

Basta olharmos para a attitude do partido *progressista* nas ultimas eleições de Lisboa, para vermos que as forças do partido se acham divididas; que ha progressistas que obedecem a X..., outros que obedecem a Z..., e que o sr. José Luciano difficilmente poderá affirmar que todos os *progressistas* obedecem ás suas instrucções e á sua vontade...

* * *

D'aqui se conclue, que é conveniente que a *comedia tragica* continue cada vez a peor, para que haja uma *transformação* dos partidos, no dia em que a crise politica seja mais grave...

Se assim não fôr, se voltamos ao desacreditado

systema dos ministerios de transição, genero duque d'Avila e Bolama, veremos a monarchia entrar n'uma periodo de maiores difficuldades politicas, financeiras e sociaes, que a hão-de conduzir fatalmente ao seu total descredito, ou á sua completa ruina...

Os elementos *conservadores* dos dois partidos monarchicos, teem fatalmente de se aggregar e formar a direita da camara. E dos elementos *liberaes* e *democraticos* dos dois partidos tem fatalmente de surgir um partido novo, com um programma de governo claramente definido, para poder merecer a confiança das classes que hoje são sacrificadas aos vicios e aos erros da actual administração do Estado.

Se os monarchicos portuguezes amam realmente a Monarchia, e se não querem vêr augmentar cada dia a onda republicana que tanto os assusta, e que n'um dia de crise economica nos póde lançar n'uma guerra civil como a de 32,—só devem pensar, não em derrubar o actual ministerio, mas em precipitar a *transformação* dos dois partidos de governo.

*
* *

Se vossas senhorias são sinceramente monarchicos, e não politicos de bandeirinha, com um pé na Monarchia e outro pé na Republica (vidè sr. Antonio Ennes)—tenham a sufficiente fé monarchica para sacrificar vaidades e appetites, limitando distinctamente e quanto antes os dois campos—direita *conservadora*, e esquerda *liberal e democratica*.

Teriamos d'um lado os homens de Auctoridade, do outro todos os defensores da Liberdade. A politica passaria a ser séria e comprehensivel, sem mascaradas e hypocrisias, sem os taes compromissos e as taes compensações—que a tudo o povo chama *traficancias*, e o povo assim dizendo é mais justo e mais sincero no seu dizer, que todos os criticos que se coçam pelos humbraes da *Havaneza*.

Tambem acabava por uma vez esta comedia da opposição *progressista:*—as *Novidades* applaudindo as medidas dictatoriaes do sr. Lopo Vaz; e o *Dia* fazendo côro com os republicanos contra a dictadura!

Os partidos precisam ser joeirados.—Trigo grosso para um lado; trigo miudo para o outro; e o joio para a valla commum do esquecimento...

Os srs. politicos teem deante de si uma geração de homens de 30 annos, desilludidos dos partidos monarchicos,—porque ambos affectam liberalismo, democracia e até demagogia quando são *opposição*, e passam em 24 horas a ser cynicamente reaccionarios e absolutistas, porque chegaram ao *poder*.

N'estas deploraveis circumstancias, a nossa geração continuará sendo platonicamente *republicana*, —emquanto não vir um partido ser *conservador* no governo assim como na opposição, e outro *partido* ser *liberal* na opposição assim como no poder...

*
* *

Tratem pois de operar a *transformação* dos dois partidos; de definir os dois campos de lucta—para

se saber em nome de que principios e por que theorias se combate.

Tratem de formar dois partidos distinctos—partido de Auctoridade e partido de Liberdade—com programmas politicos, economicos e sociaes perfeitamente determinados. E verão a politica portugueza safar-se d'esse lamaçal em que hoje se emporcalha e se deshonra, e tomar novo rumo, seguro, sereno e sério.

Mas emquanto não tiverem coragem bastante para o fazer, a anarchia politica continuará lavrando por todo o paiz...

E se vossas senhorias se não apressam, se não tratam de mudar de vida antes da proxima legislatura de 91,—então o terramoto talvez seja fatal!...

Relendo o que deixo escripto, e comparando o que escrevo com os artigos ultimamente publicados na imprensa *progressista* e *regeneradora*,—afigura-se-me que sou mais *monarchico* que os proprios monarchicos do governo assim como da opposição, porque indico a unica maneira de restaurar a nossa desacreditada politica indigena, e de fazer com que na monarchia encontrem logar os elementos democraticos que andam dispersos pelo paiz.

Tambem este espirito de tolerancia vae certamente surprehender muitos leitores do **Espectro** que são declaradamente *republicanos*, e que me consideram como um feroz demolidor de thronos.

E' preciso que todos se convençam que eu não sou, nem um *monarchico-constitucional*, nem tão pouco um *republicano-unitario;* e que não tenho nenhuma confiança nas revoluções populares isoladas, nas revoluções que não seguem uma corrente que se estabeleça por toda uma raça, e que não sejam a consequencia d'uma nova ordem de ideias que agitam uma geração ou uma época.

Porque ha revoluções e revoluções. Umas são realmente *revoluções*, outras são apenas *chafaricas*. Umas transformam radicalmente um povo, ás vezes uma raça, outras vezes o mundo inteiro. Emquanto que as outras — as *chafaricas* — servem apenas para combater um addicional de 6 por cento, ou para derrubar um ministro, ou um ministerio.

Para revoluções ainda não estamos preparados. Quanto ás *chafaricas* e aos *chafariqueiros* tenho por ambos o mais inabalavel dos desprezos.

*
* *

E' por tudo isto que entendo que a Monarchia deve ser tolerante, — se não quer provocar uma revolução; e que os partidos monarchicos se devem transformar, — se não querem que a *chafarica* augmente, o que equivale á nossa ruina politica, social e economica.

E aos intransigentes *monarchicos* e aos intransigentes *republicanos* a quem estas theorias possam desagradar, recommendo a meditação das seguintes linhas de Proudhon:

—«Nenhum democrata se póde dizer puro de qualquer monarchismo; nenhum partidario da monarchia se póde vangloriar de ser isento de republicanismo. Fica pois assente que a democracia não tendo parecido repugnar á ideia dynastica, nem tão pouco á ideia unitaria, os partidarios dos dois systemas não teem o direito de se excommungar, e a tolerancia incumbe-lhes mutuamente.»

O illustre Monoculo das Obras-publicas — vulgarmente conhecido pelo nome de sr. conselheiro Arouca — tomou ha dias uma resolução verdadeiramente genial.

A julgar pelo côro de elogios com que essa resolução foi acolhida pelas folhas pagas pelo governo, chega-se á terrivel conclusão — para o sr. Arouca — de que foi objecto de espanto, de surpreza e de pasmo, em todo o partido regenerador — o facto do sr. Ministro das Obras-publicas ter tido uma ideia!

Parece que no actual gabinete o sr. Arouca estava condemnado a ser ministro d'Estado, como certos cavallos são tambem d'Estado — só para fazerem vista!

Que s. ex.ª me não leve a mal a comparação com os quadrupedes... Mas já estavamos tão habituados a vêl-o fazer parada, e a só figurar nas cerimonias, nos cirios e no camarote dos ministros, que chegamos por vezes a julgar que tinhamos um Arouca só para *vista*, sem sabermos de que era feito — se de palha, de borracha, ou de cera.

Hoje sabemos que temos um Ministro de carne e osso, o que já não é mau, para um paiz pequeno como o nosso... E o que é mais — um Arouca que toma uma resolução todos os seis mezes!

A tanto ainda não chegou o não menos genial sr. João Arroyo, — porque são os seus collegas que tomam as resoluções que elle devia tomar.

O sr. Arroyo já é o phonographo do ministerio. Tambem quererá ser o manequim da situação?...

* * *

Quanto á resolução genial do sr. Arouca das Obras-publicas, Commercio e Industria, peço licença para a considerar — com este ar de irreverencia que ainda me ha de levar ao Limoeiro — uma resolução de pouco mais ou menos.

Na China, onde a civilisação europeia é tão difficil de entrar como uma ideia na cabeça do sr. Hintze Ribeiro — na China tomam-se todos os dias resoluções muito mais geniaes do que aquella de que nos estamos occupando.

Qualquer mandarim do Pétchéli ou do Tché-Kiang realisa todos os semestres innovações bem mais extraordinarias e imprevistas do que um Arouca de S. M. o rei de Portugal.

E qualquer mandarim do Celeste Imperio — sem mesmo pertencer á sabia e douta categoria dos eminentes *colaos* — é capaz de dar lições de governo aos actuaes ministros do sr. D. Carlos.

* * *

Imaginem que o sr. Arouca tomou a genial resolução de ligar por meio d'um cabo submarino — os Açores á metropole!

O que eu pasmo, é como n'um paiz onde se affirma que cada sobrecasaca envolve um estadista, onde os barbeiros sonham todas as noites com a presidencia do conselho, ou com uma cadeira na camara dos pares, — nenhum estadista se tivesse dado ao incommodo de pensar que as communicações pelo cabo submarino são geralmente (quando não ha interrupção) um quasi nada mais rapidas que as communicações por intermedio de vapores, quiçá por navios de véla. Quiçá! Quiçá!... E que um grupo de ilhas onde ha 300:000 cidadãos portuguezes, e que está a dois ou tres dias de viagem de Lisboa, precisa estar em contacto permanente com a capital.

Isto é que me admira devéras. Ou antes, depois de madura reflexão — não me admira nada!...

* * *

Não me admira, porque ás portas de Lisboa está o Alemtejo — de cujo sólo dizem maravilhas os engenheiros agricolas francezes.

A's portas de Lisboa está o Alemtejo, a *maior* das provincias de Portugal, absolutamente ao abandono, sem nenhuns elementos para o seu desenvol-

vimento agricola, — sem braços, sem dinheiro e sem credito. E os nossos ministros só pensam em favorecer a emigração para a Africa, em enterrar na Africa milhares e milhares de contos arrancados da pelle do pobre contribuinte, e que só hão de servir aos inglezes, allemães e outros salteadores d'Estado, que por lá andam conspirando contra nós...

Ah! estadistas d'uma canna! Ah! estadistas d'uma figa!...

Quando é que se ha-de pensar no que é essencialmente *portuguez*, e mandar de presente ao Diabo as patacoadas makololas e matabellenses, assim como as ridiculas phantasias militares, que são ha cincoenta annos o mais valente cancro dos nossos orçamentos?...

Ai! que se o povinho soubesse, ou se o povinho quizesse! Até se mandava dentro d'uma caixinha, de presente ao Melaure e á rainha do Maputo, o sr. Antonio Ennes e mais o sr. Hinte Ribeiro!...

* * *

Quanto ao sr. Arouca das Obras publicas — que acaba de descobrir que as communicações *telegraphicas* são geralmente mais rapidas que as communicações *postaes* — que descobrirá elle d'aqui a seis mezes, se ainda estiver no ministerio?...

Que nos mezes de dezembro e janeiro a temperatura é geralmente mais baixa que nos mezes de julho e agosto; e que os portuguezes preferem geralmente as flanellas e as bebidas quentes no *inverno*, emquanto que no *verão* teem uma tendencia

especial para usar fazendas leves e para tomar bebidas frescas...

O sr. Arouca está destinado a ser simultaneamente — o Newton e o Edisson do partido regenerador!

Os nossos emboras ao partido...

Alguns leitores do **Espectro,** assim do Porto como de Villa do Conde, tiveram a amabilidade de me escrever, dizendo-me que um tal *Xisto Ximenes,* auctor d'uns pamphletos *Troças ao Pina,* que tanta satisfação proporcionaram aos redactores do *Jornal de Noticias* do Porto, da *Tarde* e do *Correio da Manhã* de Lisboa, era em carne e osso um sr. D. João de Castro, que á falta de casa de penhores que lhe désse cinco tostões pelas barbas, andava sollicitando ser manga-d'alpaca d'este governo...

Ora quiz o deus Acaso dos criticos, que eu hontem deparasse na minha prateleira de novissimos poetas portuguezes, com o livro *Alvoradas de Abril,* do mesmo sr. D. João de Castro, livro impresso no Porto, em 1889.

E que imaginam que eu li na primeira pagina, escripto pelo proprio punho do auctor?...

Ao preclaro jornalista e consciencioso critico, o Ex.mo Mariano Pina

Off.

D. João de Castro.

* * *

Ora vejam o que a ambição d'uma manga-d'alpaca produz no cerebro d'um mancebo, que é tão pouco poeta como é D. João de Castro...

O anno passado esse vate chamava-me *preclaro jornalista e consciencioso critico.*

Este anno, que a alpaca o allucina de todos os lados, o mesmo João disfarçado em *Xisto,* o mesmo Castro disfarçado em *Ximenes,* não ha facecias que me não dirija,—justamente quando eu começava a convencer-me de que, se não era um *preclaro* jornalista, era pelo menos um critico *consciencioso.*

Este D. João é tão facil na louvaminha como na injuria.

Ainda o hei-de vêr ministro da instrucção publica, redactor principal do *Jornal de Noticias* ou governador civil do Porto.

O futuro pertence-lhe!

Mariano Pina.

Numero 12] [19 de julho de 1890

O ESPECTRO

CASTIGO SEMANAL DA POLITICA

A. — E' um lugar muito decente.
B. — Quer v. dizer que é muito rendoso.
A. — Decente ou rendoso, tudo é a mesma coisa.

Chamfort — Dialogo XII.

Alguns raros deputados, animados do mais vil e indecoroso facciosismo, espiritos atacados d'um *pessimismo* revoltante — deputados da laia do sr. Oliveira Martins e do sr. Guerra Junqueiro — teem praticado em pleno parlamento a audacia de protestar contra os augmentos de despeza e o addicional de 6 por cento...

O que eu pasmo é como a maioria da camara ainda não resolveu votar, contra esses espiritos desvairados e perniciosos — a exclusão pura e simples.

Eu, no caso do sr. conselheiro Pinheiro Chagas, se fosse o pastor inspirado e venerando d'esse rebanho de paçôs-vieiras e outros sergios-de-castro que são a gloria da actual geração politica, não estava nem com uma, nem com duas... nem mesmo

estava com tres! E mandava para a mesa da presidencia a seguinte

Proposta: — «Proponho que seja posta á votação a expulsão e exclusão perpetua do seio do augusto e luminoso areopago da representação nacional, de todo e qualquer representante da Soberania popular que, não sabendo elevar-se nas azas puras e gloriosas do genio á altura da gravidade das circumstancias, rasteja no pestilento charco d'um pessimismo mais que schopenhaueriano, fallando de crises que jámais assolaram a patria de Viriato e de João de Barros, fallando de pobrezas e miserias que jámais viram a luz do sol á sombra d'essa bandeira das quinas, que sempre tremulou óvante e impavida, desde Cacilhas até ao Cabo da Boa Esperança.»

* * *

D'este modo, tudo entrava nos seus eixos. Os senhores paços-vieiras da nação portugueza — como diriam as *Farpas*, de saudosa memoria — votavam por uma d'aquellas maiorias que são o espanto da Europa, e creio mesmo que das duas Americas, a proposta radical do sr. Pinheiro Chagas.

E por esta fórma tão simples quanto parlamentar, acabavam-se as sessões tumultuosas e até as sessões nocturnas; acabava-se com os discursos d'uns certos deputados que teem a audacia de estar em desaccordo com as diplomacias hintzaceas e com as finanças castello-branquenses; e cada deputado da opposição já sabia o que tinha a fazer: — ou votar com a maioria, ou estar calado... senão, rua!

*
* *

Como tudo então havia de marchar ás mil maravilhas!

Mandava-se fazer para o grande salão do ministerio dos estrangeiros um Portugal de borracha, com um dynamometro interior e um mostrador nas costas, afim de indicar exactamente a força de cada novo pontapé que o paiz recebesse de lord Salisbury.

Na camara, só fallavam os deputados da maioria. O sr. Pinheiro Chagas rouxinolisava pela 3724.ª vez ácerca das *cathedraes sonoras*, do *pendão das quinas*, e da *basilica do trabalho*. O sr. Paçô Vieira continuava pedindo a abolição do jury, para o governo metter na cadeia, sem outra fórma de processo, as pessoas que não pensassem pela cabeça do sr. Hintze, e não janoteassem pelo modelo do sr. Arouca.

Em vez d'um addicional de *seis* por cento, votava-se um addicional de *quinhentos* por cento. E em vez d'*um* só visconde de Faria, fiscal dos consulados na Europa, com residencia em Paris — *mil* viscondes de Faria por cada consulado que fosse preciso e que não fosse preciso fiscalisar.

E depois d'isto, que viesse o sr. Oliveira Martins dizer para a camara que o sr. Franco Castello Branco «está n'este momento preparando o modo de regar o paiz com lagrimas...»

Que viesse! que se atrevesse! E o sr. Oliveira Martins ficaria sabendo para que se fez o Limoeiro, e para que se descobriu a costa d'Africa!...

Os leitores querem saber o que o idiota do actual gabinete francez — n'um paiz em que a situação financeira do Estado é um quasi nada superior á situação financeira em Portugal — se lembrou ha mezes de apresentar ao parlamento?...

Por mais que procurem, por mais coisas extraordinarias, macabras ou comicas, que imaginem, — nunca poderão saber o que foi, se eu não tiver a caridade de lh'o dizer... Ora oiçam:

O actual gabinete francez teve o descôco de apresentar ao parlamento um projecto de reducção de despezas por cada ministerio, attendendo a que o orçamento andava aggravado com despezas, umas exageradas, outras inuteis!!!

*
* *

Mas isto ainda não é nada, para dar a medida da loucura e da insensatez politica e governativa d'uma nação, como a França — que muita gente ainda julga uma nação sufficientemente equilibrada...

Que um gabinete, pela bôca do ministro da fazenda, venha apresentar á votação da camara um projecto de reducção de despezas, — ainda se desculpa. Em Portugal, esse ministro e todos os seus companheiros de loucura seriam immediatamente agarrados, amarrados; punham-lhes colletes de força; — e a caminho de Rilhafolles!

Mas o que é assombroso, e o que dá uma perfeita ideia da decadencia politica e parlamentar a que desceu este paiz, em que infelizmente me vejo forçado a viver, — é haver uma camara, duas camaras, para votarem o projecto do ministro!!!...

*
* *

Até me parece pouco, para traduzir toda a indignação que ora agita os bicos da minha pobre penna, ate me parece pouco — tres pontos de exclamação e uma reticencia.

Como agora vejo que essa parte da orthographia chamada *pontuação*, que trata dos pontos que se collocam no fim da «oração ou phrase que exprime surpreza, terror, desejo, sensação ou affecto subito» — é pobre em signaes graphicos!...

*
* *

O dr. Macedo na sua grammatica só previu o— *Ai! Jesus!—Oh! que desgraça!—Olá!—Ui!*... Hoje, porém, em face d'um phenomeno tão assombroso como é uma reducção de despezas n'um orçamento do Estado, urge inventar, descobrir, desenhar um novo ponto!

O de *interjeição* não basta. E como o sr. Arroyo ainda não teve occasião de mostrar á patria para que serviu a creação d'um ministerio d'instrucção publica, aqui lhe offereço um excellente meio para debutar—no mundo das ideias.

Reune quanto antes um congresso de grammaticos portuguezes. E diz-lhes, sereno, solemne e excessivamente genial:

—«Meus senhores!... Progresso, segundo os melhores auctores, quer dizer transformação, aperfeiçoamento, mas sobretudo progresso! A grammatica, que é uma das provincias do meu ministerio, não

quero que se conserve estacionaria! Meus senhores! E' preciso que a grammatica progrida!... Eu quero que ella progrida, e com o vosso auxilio e vossas luzes, ha de progredir! Meus senhores! A *interjeição* não basta, em face do que ha pouco se passou no parlamento francez. Todos sabem ao que alludo, e que tamanho abalo produziu no nosso governo. Meus senhores! A orthographia precisa descobrir um ponto. Vamos pois inventar um ponto!... Está aberto o congresso.»

* * *

Querem os leitores uma amostra da reducção de despezas operada no orçamento francez?... Ahi vae.

Certos ministerios reduziram as suas despezas, para que podessem ser augmentados os orçamentos da guerra e da marinha, no que respeita ao augmento de effectivo e construcções navaes. Um d'esses ministerios foi o dos negocios estrangeiros. E uma das reducções que fez — **foi a suppressão do consulado francez de Lisboa.**

* * *

Houve protestos e reclamações em alguns jornaes de Paris, contra a suppressão dos consulados em certas capitaes. E a isso respondeu o ministro dos estrangeiros, apoiado pela commissão do orçamento, o seguinte, que se lê no *Temps* de 1 de junho de 1890: — «que em certas capitaes onde ha «uma embaixada ou uma legação, e onde o numero

«dos negocios consulares não é consideravel, o con-
«sulado póde ser supprimido e o seu serviço gerido
«por um dos funccionarios da embaixada; e que os
«consulados só são mantidos nos pontos onde o nu-
«mero dos negocios o exige.»

Eu nem mesmo calculo o que os leitores sentem ao lêr as linhas que, pallido de indignação, acabo de transcrever...

Eu por mim sinto que todos os cabellos e outros pêllos d'este meu corpo se põem em pé—de pasmo e de terror...

Sobretudo de terror!

Supprimirem um consulado... só porque... o numero... dos negocios... consulares... não é... consideravel...

Meu Deus! Para que damnado paiz e para que infernal republica me arremessou o cruel destino!

Estarei eu sonhando! Ou estarei eu doido?...

*
* *

Felizmente que ainda ha um bocado da Europa, conhecido nas cartas pelo nome de Portugal, onde estadistas como o sr. Hintze Ribeiro, não descem a semelhantes expedientes governativos.

O nosso paiz — a julgar pelos projectos de despeza do actual ministerio — está a nadar em ouro!... Parece que cada portuguez tem de renda annual, pelo menos, os seus seis contos de reis.

A prova que Portugal tem dinheiro em abundancia — segundo uma pittoresca theoria economica do *Economista* — é que deu 300 contos para a subscripção nacional! Portanto póde pagar mais impostos, e podem-se duplicar as despezas do Estado...

* * *

O sr. Hintze não só abunda nas mesmas theorias, mas até vae mais longe...

Na sua opinião mais que canecense, Portugal está atravessando a mesma crise que hoje afflige os Estados-Unidos,—que é o Estado soffrer de riqueza, havendo um excedente prodigioso de receitas. E apenas chegou ao largo do Calhariz, tratou logo de estudar o meio de pôr em movimento tanto ouro accumulado nos cofres publicos.

Como todo o chefe de partido que se preza, e que sabe collocar a barriga dos seus afilhados acima das conveniencias do serviço publico,—o sr. Hintze lançou um prévio rabo d'olho misericordioso sobre os *pobresinhos* do seu partido, espalhados por esta bola em que habitamos, e a que Christo—com uma ignorancia impropria d'um Deus—chamava um valle... o valle de lagrimas.

* * *

Foi n'um d'estes momentos de contemplação regeneradora, que Hintze disse com a sua sobrecasaca de ferro:

—«Pobre visconde de Faria! Só o Barros Gomes era capaz de transferir de Paris para Bristol um funccionario que sempre faltou ao respeito aos seus superiores, graças ao apoio que esses bons sentimentos disciplinares encontravam da parte do chorado Arrobas, pesando com o seu nome e a sua influencia partidaria sobre o nosso não menos chorado Fontes...

«É verdade que o visconde continúa socegadamente em Paris, e diz alto e bom som que nunca ha de pôr os pés em Bristol... Mas basta a ideia de que é consul em Bristol e não em Paris, para atormentar profundamente este tão illustre quanto inutil funccionario...

«Se eu inventasse um logar muito decente, isto é, muito rendoso, de muito effeito decorativo e de nenhum trabalho nem responsabilidade...? Nós estamos a nadar em libras; nós não sabemos o que havemos de fazer a tanto ouro que atulha as arcas do thesouro...

«Vou fazer do nosso visconde, consul em Bristol, logar insignificante para as suas aptidões e meritos, e para quem tem prestado tantos serviços á patria — um fiscal de consulados na Europa, com residencia em Paris...

«D'este modo o visconde de Faria não terá de receber instrucções de nenhum ministro portuguez em Paris. Será assim um egual do ministro, podendo recomeçar as inconveniencias e as intrigas que alli praticou em 88-89, emquanto foi ministro o conde de Valbom. E ao mesmo tempo a sua qualidade de *fiscal dos consulados na Europa* dar-lhe-ha direito a vexar a cada instante, por meio de syndicancias impertinentes, consules de 1.ª classe como barão de Roussado, Batalha Reis, Eça de Queiroz, Jayme de Seguier, etc. etc.

«Juntando a esta agradavel e escandalosa posição official varios ordenados, emolumentos e commissões que attinjam por anno uma somma de seis a nove contos de reis — parece-me que o visconde de Faria ha de ficar contente e satisfeito...»

*
* *

E o caso é que uma quinta-feira a sentinella do paço de Belem se perfilou deante d'um senhor de farda e chapéo armado, que trazia uma pasta encarnada debaixo do braço.

Esse senhor, de lunetas e espadim, foi introduzido junto d'El-Rei. Abriu a pasta encarnada. Tirou lá de dentro muitos papeis para El-Rei assignar. Entre outros, vinha a escandalosa nomeação do sr. visconde de Faria para fiscal de consulados na Europa, com residencia em Paris,--isto na mesma occasião em que o governo francez, **por economia,** supprimia o logar de consul de França em Lisboa e encarregára dos negocios consulares na capital um dos funccionarios da legação.

E El-Rei assignou a mais escandalosa das nomeações... Mas assignou-a—porque El-Rei não tem *nem a pratica, nem a experiencia dos negocios publicos.*

E na camara não houve nenhum deputado da opposição que tivesse a coragem de perguntar ao sr. Hintze o que significava aquella nomeação:—Se os consules portuguezes precisavam ser fiscalisados por não cumprirem com os seus deveres; ou se o sr. visconde de Faria queria o titulo vaidoso de fiscal para engordar o seu *rastaquerismo* e alimentar as ridiculas *réclames* que manda pôr nas columnas do *Figaro*, a tanto por linha.

Ninguem na camara para protestar contra semelhante nomeação; para perguntar aos ministros em nome de que moral ou de que direito está residindo em Paris o sr. visconde de Faria—*sem fazer nada*—e ganhando cerca de nove contos de reis de ordenado.

*
* *

Em nome de que moral? em nome de que direito?...

Nem uma coisa, nem outra! Este sr. visconde custa ao contribuinte nove contos por anno—pela simples razão de que é elle que compra nos armazens de Paris, no *Louvre*, no *Bon Marché* e no *Printemps*, as sêdas, as rendas e os velludos de que precisam para as suas *toilettes* as senhoras dos nossos ministros!

Quando a esposa d'algum nosso estadista precisa fazer-se notar pela sua elegancia e originalidade, nos bailes da côrte, das embaixadas, da aristocracia, ou nas récitas de S. Carlos—escreve ao sr. visconde que vá ao *Louvre*, ou á rua de la Paix, ou aos grandes boulevards, a tal sitio onde se annuncia uma novidade, e que lh'a mande quanto antes, pelo correio, ou por algum portuguez que parta n'esse mesmo dia para Lisboa...

E é assim que o sr. visconde de Faria carrega todos os portuguezes de caixas, caixinhas e cartões,—para o que recebe do Estado o valor de dois ordenados de dois consules de 1.ª classe...

*
* *

Esta situação é tão prodigiosamente comica e tão profundamente ridicula, que até é capaz de fazer rir o proprio sr. Antonio Ennes.

Por mais que procure n'este momento afinar a corda da indignação,—não ha meio...

A gargalhada invade-me, e a tal ponto, que até me chegam as lagrimas aos olhos!

. . . . . .

Afinal, quem tem razão é o sr. Hintze que nomeia o sr. visconde de Faria;—e o sr. visconde de Faria que recebe, convicto da importancia do seu emprego, o rico ordenadinho, todos os mezes!

Cada terra com seu uso, cada roca com seu fuso. A politica dos ministros francezes consiste, entre muitas outras coisas, em procurar reduzir as despezas do Estado, melhorando assim outros serviços publicos, ou alliviando o contribuinte. A politica portugueza consiste positivamente no contrario: augmentar as despezas, desorganisar os serviços publicos, e procurar arrazar o contribuinte...

O governo francez considera demasiado luxo um consul em Lisboa, n'uma capital onde o movimento consular não é excessivo—e supprime o consulado.

O actual governo, não satisfeito com um consulado em Paris—cria dictatorialmente uma *fiscalisação* dos consulados portuguezes na Europa, com séde em Paris!!!

*
* *

Já temos um fiscal—o sr. visconde de Faria.
A'manhã teremos—um vice-fiscal.
Depois—um fiscal substituto.
Depois—meia duzia de secretarios.
Depois—um fiscal do fiscal.
Depois—um fiscal do fiscal do fiscal.

Depois—um fiscalão.

Depois—um fiscalissimo.

E assim por diante—emquanto houver *regeneradores* que seja preciso anichar, e emquanto houver *afilhados* que desejem vir para Paris.

*
* *

O anno passado, um alto funccionario do commissariado geral da Exposição de Paris, abysmado com as despezas inuteis que se faziam com a installação da secção industrial portugueza e com a onda de commissarios portuguezes, empregados e guardas que chegavam ao Campo de Marte,—dizia a alguem que fazia parte das nossas secções:

—*Mais vous êtes des millionaires! Vous ne savez que faire de votre argent!...*

Esta reflexão acode-me agora aos bicos da penna, como a unica critica possivel da nossa politica e da nossa administração.

Nós somos simplesmente—uns estupendos perdularios!

Qualquer ministro portuguez que na sua vida particular gastasse os seus rendimentos, com a mesma desenvoltura com que costuma gastar o dinheiro dos contribuintes—o menos que lhe acontecia era ser dado por prodigo.

Mas um ministro—principalmente um ministro em dictadura—tem o direito de praticar quantas loucuras lhe vierem á cabeça.

O contribuinte é considerado como um servo, tendo por obrigação pagar os impostos que o governo exige, negando-se-lhe o direito de protestar contra o modo como se dispõe do seu dinheiro.

Estamos ainda no periodo barbaro em que o imposto não era mais do que a exploração da casta vencida pela casta conquistadora. O opprimido só servia para satisfazer as necessidades e os caprichos dos seus senhores, dos oppressores.

E ainda não é de nossos dias que o *imposto* ha de ser considerado pelas nossos politicos de Caneças e outros sitios sertanejos, como—«uma porção dos bens dos particulares que os governos consagram ás necessidades do corpo social.»

*
* *

Entre nós o *imposto* póde assim definir-se, com a maxima exactidão—«a porção dos bens dos particulares que os governos consagram ás necessidades dos afilhados.»

E quando os povos d'um concelho precisam d'uma estrada, d'uma escóla, d'um hospital, d'um rio bem canalisado; quando os povos se lembram de pedir em troca dos impostos que pagam annualmente, alguns melhoramentos nos serviços publicos,—os seus representantes em côrtes teem de andar pelas ante-camaras do Terreiro do Paço, como pedintes, como mendigos, a implorar a caridade dos ministros.

É o que ha de mais vergonhoso e de mais revoltante...

*
* *

E ainda ha divertidos historiadores que affirmam que o *absolutismo* acabou com o sr. D. Miguel, e

que a *liberdade* começou para nós no dia 24 de julho de 1834.

Mas o sr. D. Miguel era o *absolutismo* sincero e franco; emquanto que isso que para ahi ha, e que se chama *liberdade*, não passa d'um absolutismo disfarçado e hypocrita.

Então os senhores imaginam que *absolutismo* é apenas—«a fórma de governo na qual o chefe do Estado gosa d'um poder sem exame (regular) e sem limites?...»

Estão vossas senhorias redondamente enganados. O *absolutismo* tambem existe n'um Estado como o nosso, com uma assembleia popular cuja maioria é forjada no ministerio do reino.

Emquanto no nosso paiz o dinheiro dos contribuintes fôr a arma com que o governo corrompe e desmoralisa os eleitores; emquanto as auctoridades fiscaes se servirem das matrizes para arrancar pelo terror o voto das mãos do lavrador; emquanto as auctoridades administrativas ameaçarem com o serviço militar todos aquelles que não votarem com o governo; emquanto o mais descarado e o mais desaforado *chantage* eleitoral fôr o meio decente de que os ministerios se servem para terem uma camara de sua feição; emquanto semelhantes torpezas e indignidades politicas se praticarem em Portugal—a fórma do chamado governo liberal continuará sendo... o *absolutismo!*

*
* *

E se assim não fosse; se os governos nâo tivessem a certeza que teem o paiz escravisado pelos impostos e pelo terror do serviço militar obrigato-

rio, que os operarios das officinas e dos campos podem ámanhã ser penhorados pelo fisco, e os rapazes das officinas e dos campos podem ámanhã ser mettidos nas casernas ou mandados para a Africa; se os governos não tivessem a certeza que a massa dos eleitores vive na mais absoluta ignorancia do que vale o *voto* n'um Estado livre;—os governos nunca se atreveriam, nem a proclamarem-se em dictadura, nem a supprimirem a liberdade d'imprensa, d'associação e de reunião, nem a inventarem despezas militares para augmentar a fortuna dos fornecedores do partido, nem a lançarem impostos, nem a gastarem centenas de contos com ordenados a afilhados, galopins e outros parasitas do Estado.

Se tudo isto assim não fosse, nenhum governo se atreveria a fazer o que n'estes seis mezes tem feito o gabinete *regenerador*, com applauso d'uma maioria fabricada no Terreiro do Paço—aliás teriamos a revolução no meio da rua.

Mariano Pina.

Numero 13] [26 de julho de 1890

O ESPECTRO

CASTIGO SEMANAL DA POLITICA

O espirito da Asneira construiu no centro de Lisboa um domicilio, onde quiz alçar o throno, e dilatar o imperio da Sandice. Uma fatal força para lá puxou os Asneirões de todas as classes.

JOSÉ AGOSTINHO DE MACEDO—
Os Burros.

Se o padre José Agostinho viesse agora ao mundo, muito teria que rir d'esse poderoso baluarte da Asneira—o ex-ministerio dos negocios estrangeiros—assim chamado da Asneira, desde que o illustre e assaz impenetravel sr. Hintze Ribeiro ali arvorou pendão e ali ensarilhou espadins...

A diplomacia canecense d'este Talleyrand d'escada, levou o nosso paiz direitinho ás vergonhas de Londres, e em seguida ao desastre financeiro de Paris.

Agora, não contente com os insultos de lord Salisbury, com o insuccesso do emprestimo de Paris, com as torpezas e calumnias dos portadores de titulos D. Miguel—aos quaes o sr. Hintze teve a audacia ou a insensatez de propôr ha annos um accôrdo ou uma combinação qualquer—; não con-

tente com tudo isto, está-nos preparando aventuras, se não politicas, pelo menos economicas, em todo o Brazil.

Vejamos o que se está passando n'essa Republica para onde Portugal—só em vinhos—exporta annualmente cerca de 4:000 contos.

Ultimamente o governo provisorio do Brazil resolveu:

—Fundar a ordem de Christovão Colombo.

—Considerar o dia 14 de julho (tomada da Bastilha) como dia de festa nacional da Republica.

Estes dois factos bastam, aos olhos ainda os mais ignorantes, para vêr que a Republica brazileira procura por todos os modos pôr de lado a tradição e a influencia portuguezas no Brazil; e desprezando-as, procurar uma communidade de ideias e de interesses com a França.

E de quem é a culpa?... Quem é o culpado d'esta animosidade do governo provisorio contra tudo que é portuguez, e contra tudo que venha de Portugal?...

Unicamente e simplesmente, esse governo sem ideias, desunido por mil vaidades intestinas, e que anda especulando com a hydra republicana para merecer a confiança da corôa.

Unicamente e simplesmente, esse ministerio de dictadores que de tudo tem medo; que por toda a parte vê conspiradores ou traidores á patria; que acaba de organisar um corpo de policia secreta para espionar os cafés e clubs de Lisboa onde se falla de politica; e que não hesita em pedir auxilio á policia madrilena, de cada vez que Magalhães Lima bebe um copo de Rioja e come uma posta de salmão na companhia de Salmeron e de Labra...

Hão de confessar que é o supra-summo do ridiculo e do funambulismo.

Ainda hei de vêr dos diccionarios portuguezes supprimida a palavra—*Republica*—em nome da segurança publica e do respeito pelas instituições!

*
* *

Sou o primeiro a considerar profundamente comica esta decisão do governo provisorio do Brazil fundando a ordem de Christovão Colombo, e destinando como pedestal para a estatua de Colombo, o bem conhecido *Pão de assucar*.

Este desdem historico e nacional por Pedro Alvares Cabral, em proveito de Colombo, faz-me crêr que um dia o governo provisorio tambem se lembrará de decretar que a lingua official da Republica seja o volapuck.

Mas se Portugal tivesse um ministro no Rio de Janeiro; e se a imprensa monarchica portugueza não tivesse passado os mezes de novembro, dezembro e janeiro findos a crivar de facecias o marechal Deodoro e os seus ministros,—estou certo que o governo nunca pensaria em considerar Portugal como um paiz menos digno de attenção que a republica de Andorra ou o principado de Monaco.

*
* *

Não é a ordem de Colombo—apesar do desprezo que essa ordem representa pelo nome do unico descobridor do Brazil—o que mais nos deve preoccupar.

O facto mais prejudicial para nós, o que mais separa o Brazil do nosso paiz—é o decreto ordenando que seja considerado dia de festa nacional, o

dia 14 de julho,—que em França é o dia da festa nacional da Republica, em commemoração da tomada da Bastilha.

Isto quer dizer que os portuguezes já não contam no Brazil. Só uma colonia ali ha, que o governo provisorio reconhece officialmente, e com a qual fraternisa—é a colonia franceza!...

Um dia virá em que os portuguezes—graças aos erros dos nossos governos e ás suas imbecilidades diplomaticas—hão de ser expulsos do Brazil, como o foram os judeus de Portugal.

Só ali ha hoje, *officialmente*, brazileiros e francezes. O 14 de julho vae unir para sempre as duas republicas e os dois povos. E o Brazil que ainda ha poucos mezes sabia que existia na Europa um paiz chamado Portugal—só conhecerá a existencia da França, e só com a França quererá ter relações de ideias e de commercio.

Depois de preferir Colombo a Alvares Cabral, prefere o francez ao portuguez. Porquê?...

Porque o portuguez é o exemplar d'aquella nação, cujo governo collocou os interesses da monarchia acima dos interesses da patria, procurando desacreditar na Europa o movimento republicano brazileiro e o governo do marechal Deodoro.

Emquanto que o francez é o filho d'aquella poderosa nação, cujo governo foi o primeiro na Europa que reconheceu a nova Republica.

*
* *

Se os nossos governos monarchicos tivessem o mais ligeiro amor pelo paiz, pela sua prosperidade, felicidade e bom nome, outra seria a nossa situação moral e material em todo o Brazil.

Mas os nossos governos não são governos de Portugal,—mas sim da monarchia portugueza. Para elles, Portugal não é esse agrupamento de cerca de 5 milhões d'habitantes, cujos interesses e liberdades é preciso administrar e proteger a cada instante. Para elles, Portugal é unicamente e simplesmente a dynastia de Bragança, os seus interesses, as suas vaidades, as suas allianças.

D'aqui toda essa miseria e ignorancia a que chegou o paiz, e a decadencia a que tambem chegou a monarchia,—e que provém dos governos haverem sempre collocado a corôa acima dos interesses da nação.

*
* *

Reparem para o que se passa no Brazil.

Durante o imperio, os nossos diplomatas apenas se preoccupavam em obter as sympathias do imperador, desprezando absolutamente o desenvolvimento da influencia portugueza pelo imperio.

Viu por acaso alguem, um ministro portuguez no Brazil dar-se ao incommodo de percorrer as provincias, de animar e considerar com a sua presença as colonias portuguezas espalhadas nas differentes cidades do imperio?...

Qual foi o ministro que o fez?... Que ministro de Portugal se lembrou de visitar as colonias portuguezas da Bahia, de Pernambuco, do Maranhão, do Ceará, ou do Pará?...

Só o palacio de S. Christovam merecia as attenções e os salamaleques dos nossos diplomatas...

E a tal ponto descia a cortezanice d'esses senhores, que o ultimo ministro portuguez no Rio, por occasião do ridiculo attentado contra o imperador, praticou a suprema inconveniencia diplomatica de

dizer publicamente—«que no dia em que o rewolver da anarchia viesse para o meio da rua, todos os peitos portuguezes formariam uma couraça em volta do throno do sr. D. Pedro II.»

E no dia 15 de novembro de 1889—dia da proclamação da Republica—ninguem viu um unico peito da legação portugueza no palacio de S. Christovam fazendo barreira á onda revolucionaria.

*
* *

Como querem que ámanhã a Republica—governo de facto no Brazil—tenha a mais ligeira deferencia ou sympathia por Portugal, ou por tudo que cheire a portuguez,—quando o ultimo ministro portuguez ali residente fazia politica contra o movimento republicano, e quando a imprensa monarchica portugueza praticou a inconveniencia de procurar desacreditar e ridiculisar na Europa os homens do governo provisorio?

Que temos nós que vêr com o que os brazileiros fazem em sua casa? Qual de nós tolerava que um ministro estrangeiro residente em Portugal se permittisse publicamente fazer a critica dos *regeneradores* ou dos *progressistas*, dos *miguelistas* ou dos *republicanos?*...

*
* *

O governo portuguez—por um acanhado e falso ponto de vista monarchico—ainda não deu um passo para o reconhecimento da Republica.

Imagina que a monarchia portugueza desce da sua dignidade, pelo facto do governo entrar em relações officiaes com o governo provisorio que desthronou o sr. D. Pedro II.

Mas são estas ridiculas vaidades monarchicas, são estas prosapias e farofias brigantinas a origem de todas as nossas crises.

Bem sei que a corôa nada soffre — pecuniariamente — quando o paiz soffra. O paiz póde não encontrar quem lhe beba o vinho, lhe coma os fructos, as carnes, os legumes e o peixe — que nem por isso a lista civil deixa de ser integralmente paga.

Mas na monarchia ha uma coisa terrivel — que é a lei da hereditariedade. E são geralmente os filhos que pagam os erros e os defeitos dos paes.

Assim, é hoje o sr. D. Carlos I que soffre as consequencias da tão fallada alliança com a Allemanha, no que dizia respeito á politica colonial.

E' o governo do sr. D. Carlos que soffre as consequencias d'uma crise financeira, resultado da politica do sr. D. Luiz, fazendo a *grève* das monarchias contra a Exposição da Republica.

E se não é o sr. D. Carlos, é seu filho que ha de soffrer as consequencias d'uma outra crise economica, resultado do divorcio que já hoje existe entre Portugal e o Brazil.

Não me lembra que homem d'Estado disse um dia — que governar era a arte de saber prevêr.

Esta é a maxima de todos os governos em todos os paizes da terra — excepto em Portugal.

* * *

E o que é mais triste e desconsolador, é que toda a gente está d'accordo em que tudo anda torto, e tudo anda mal, — mas ninguem se atreve a reclamar, a protestar, a fazer por assim dizer uma maçonaria de força e de bom senso, para vêr se se salva o paiz d'esta miseria em que caíu.

Parece que ninguem quer estar para massadas;

que toda a gente está convencida de que não vale luctar nem trabalhar, porque a morte é fatal...

Havemos de confessar que é triste—que é triste tanta falta de desinteresse, de generosidade e de patriotismo!

Um facto que verdadeiramente nos deve consolar e que é da mais alta importancia economica—é o que diz respeito á nova emissão de 100:000 obrigações, de 500 francos cada uma, da companhia real dos caminhos de ferro portuguezes.

Desde o dia 15 de julho corrente que nas esquinas de Paris se vêem os cartazes annunciando esta emissão de 9:000 contos de reis—e nem uma voz se ergueu para criticar ou atacar este emprestimo!

D'onde se conclue—louvado Deus!—que as companhias portuguezas ainda teem credito, e muito credito, na praça de Paris.

E d'onde tambem se conclue que Portugal possue inteiro credito no estrangeiro—á excepção de governos como aquelle que infelizmente nos governa!

Eu não sei o que pensam d'este facto os trombones da regeneração;—nem o sr. Hintze;—nem o sr. Franco Castello Branco, o divertido apologista do monopolio dos tabacos. Mas com certeza que se devem achar n'este momento profundamente convencidos das suas insufficiencias e insignificancias governamentaes.

Pois quê!... Uma companhia portugueza de caminhos de ferro não encontra o mais ligeiro attrito nas praças estrangeiras quando lança um emprestimo de 9:000 contos—e um governo portuguez quando quer fazer uma operação do mesmo valor,

difficilmente encontra banqueiros que lhe empres-tem 4:500 contos!...

Mas n'esse caso, uma companhia nacional tem mais consideração financeira nas praças estrangei-ras que o proprio Estado!

* * *

Esta situação é realmente divertidissima! E' ver-dade que por occasião do emprestimo de 9:000 con-tos, os banqueiros só fiaram 4:500 contos ao go-verno, emprestando mais 4:500 contos os bancos de Lisboa e Porto, para depois os bancos os em-prestarem por sua vez ao gabinete *regenerador*.

Mas, n'este caso, para que serve termos um go-verno sem consideração e sem credito no estran-geiro?... Sómente para processar jornaes; dar mo-nopolios; e lançar addicionaes?...

Não houve subterfugios que os clarinetes da re-generação não inventassem, para explicar decoro-samente ao publico a causa do desastre do empres-timo tomado *firme* pela casa Ephrussi. Até se agar-raram ao ridiculo pretexto da falta de dinheiro na praça de Paris, por causa das differentes emissões que outros governos aqui teem feito, e mais dos desastres do *Comptoir d'Escompte* e da companhia de Panamá.

Mas se assim é, como explicam esses desafinados clarinetes que não havendo 9:000 contos em *maio* para o Estado, appareçam 9:000 contos em *julho* para uma companhia particular?...

Como explicam que não merecendo o Estado bas-tante confiança para que lhe emprestassem 9:000 contos, essa mesma somma seja confiada a uma companhia portugueza?...

*
* *

E' por causa d'estes e d'outros erros, que os governos morrem e as instituições se desacreditam.

Felizmente que o credito do paiz não soffre com as tropelias praticadas pelos governantes.

Os creditos e o bom nome da nação portugueza estão e estarão sempre acima das asneiras governativas.

Póde o sr. Hintze organisar em Londres a nossa ruina colonial; póde o sr. Lopo Vaz impôr leis que são um insulto aos sentimentos de justiça e de liberdade que hoje predominam em toda a Europa; póde o sr. Franco Castello Branco cahir nas degradantes theorias do monopolio;—que o paiz ha de saír são e salvo de semelhantes humilhações e prepotencias.

E' uma questão de tempo. O portuguez é de sua natureza pacifico e soffredor. Sabe ter paciencia, sabe soffrer, e sabe esperar.

Estas qualidades ainda nós as herdamos dos nossos antepassados. Nem tudo se perdeu, da antiga fibra portugueza.

Dizem os historiadores estrangeiros das nossas antigas descobertas que os portuguezes foram os primeiros que foram ás Indias, sem temor de temporaes e sem receio dos males que dizimavam as equipagens, victimas do escorbuto — porque os portuguezes sabiam soffrer.

Pois ainda sabemos soffrer, em pleno seculo XIX! E quando tiver desapparecido este escorbuto regenerador que ora flagella o nosso paiz; e quando tivermos assistido calados e pacificos ao agonisar d'esta bambochata governativa, e ao ultimo acto da *comedia tragica* de que fallavam as *Novidades* —

então rebentará a pateada e o assobio, não faltarão corôas d'alhos caíndo aos pés do sr. Hintze, mais do sr. Lopo, mais do sr. Franco, mais do genial sr. Arroyo.

*
* *

É fartar emquanto é tempo! Encham á vontade esses ventres de farofia e de vaidade!...

Acarretem sobre o Estado todas as humilhações e todos os insultos com que nos mimoseia lord Salisbury!

Dêem aos amigos famintos o monopolio dos tabacos, e o monopolio do pão, e o monopolio dos vinhos, e o monopolio da carne!

Carreguem de impostos o contribuinte! Arrazem com impostos a agricultura, a industria e o commercio!

Dêem cabo de todo o credito que tinhamos no estrangeiro!

E se fôr possivel, tratem de accender uma guerra civil!

Será a grande peça final d'este fogo d'artificio regenerador...

N'esse momento, bem pobres e bem humilhados, os portuguezes começarão a pateada e o ajuste de contas!

Só agora nos faltava a questão do caminho de ferro de Lourenço Marques, que se reduz ao seguinte:

— Vêr-se o contribuinte obrigado a pagar á companhia luso-ingleza uma indemnisação que deve variar entre dois e tres mil contos de reis!

E' quanto nos custa a gerencia do sr. **Pinheiro Chagas,** dando a concessão do caminho de ferro de Lourenço Marques a uma *patriotica* companhia anglo-lusitana, que tinha por director o sr. conselheiro **Serpa Pimentel,** actual presidente do conselho.

E nós a berrarmos todos os dias na imprensa contra os inglezes! Mas contra quem nós devemos berrar — é contra os portuguezes que se arvoram em estadistas, para praticarem semelhantes asneiras e assim comprometterem as nossas finanças...

* * *

Quem deu a concessão do caminho de ferro de Lourenço Marques a uma companhia ingleza, disfarçada por detraz d'uma direcção portugueza, para melhor operar a negociata?... Quem?... O sr. Pinheiro Chagas!

E quem é que figura como director portuguez no *prospectus* para a emissão de 425:000 libras sterlinas do *Lourenço Marques and Transvaal railway?...* Quem?... O actual presidente do conselho de ministros!!

Lê-se no tal *prospectus* que tenho presente: — **Director:** *His Excellency Councillor* **Antonio de Serpa Pimentel,** *late Minister of Foreign Affairs and Finance in Portugal.*

Ora como querem que estes senhores *regeneradores* tomem uma attitude energica nas negociações diplomaticas com lord Salisbury, quando o actual presidente do conselho era o primeiro director de uma companhia ingleza?...

E que cara hão de fazer os arbitros da Suissa, que hão de resolver a pendencia entre o governo portuguez e a companhia de Lourenço Marques, quando virem á frente d'essa companhia, no mo-

mento da sua fundação, o nome do proprio sr. Serpa Pimentel?!...

Talvez que tudo isto pareça muito regular nas altas espheras da politica portugueza...

Mas perante o contribuinte e perante o bom senso, este dilemma se apresenta, fatal e inabalavel:

— Ou o sr. Chagas e o sr. Serpa andaram mettidos n'este negocio, absolutamente ignorantes do que estavam fazendo contra o seu paiz;

— Ou fizeram este negocio para sacrificarem o paiz, e engordarem os seus amigos.

Prefiro que elles optem pelo diploma de ignorancia e de incapacidade, que, não sendo glorioso, não é deshonesto nem anti-patriotico.

Mas quando os senhores fallam em jornalistas que se querem vender, — onde diabo teem a memoria?...

Como é que os senhores podem defender os interesses de Portugal em Londres, — quando foram os senhores que organisaram levianamente essas companhias, recebendo por esse facto lindos premios e lindos ordenados em ricas e sonantes libras sterlinas?...

Por acaso nos quererá convencer o sr. Serpa Pimentel de que era director *in partibus* do *Lourenço Marques railway*, — e que nunca nas suas algibeiras tiniu o vil metal inglez?!...

* * *

Abaixo as mascaras!...

Para quem conhece um pouco os bastidores da politica portugueza, — o patriotismo governamental nem mesmo já faz sorrir...

Os culpados das nossas miserias coloniaes são os regeneradores! Durante o longo periodo de annos que estiveram no poder — emquanto Fontes foi vivo — não houve negociata colonial que não fizessem com os inglezes.

A politica regeneradora, toda occupada em caminhos de ferro e em armamentos e defeza militar do paiz, — não fazia a mais ligeira ideia do movimento colonial que começava a agitar os Estados europeus.

Tudo quanto os inglezes sollicitavam em Africa, tudo se lhes dava. Os inglezes, homens de negocio, praticos e previdentes, para terem os governos debaixo das garras, nomeavam os nossos politicos directores das companhias, alugando-lhes os nomes a tantas libras por mez. E quando era preciso reclamar, para salvaguardar os interesses do Estado, ninguem reclamava — porque todos eram directores, ou substitutos, ou auditores...

Esta é que é a verdade! Temos agora um triste exemplo com o caminho de ferro de Lourenço Marques, — que vae custar ao thesouro **entre dois e tres mil contos!!**

A concessão d'essa linha á companhia ingleza, foi dada pelo sr. **Pinheiro Chagas,** quando era ministro da marinha.

Um dos directores d'essa companhia ingleza — como se vê do prospecto para a primeira emissão de 425:000 libras sterlinas — era o sr. **Serpa Pimentel.**

Resultado da operação: — 2:000 contos que tem de pagar o contribuinte!

Eu pergunto agora:

Como é que os srs. Chagas e Serpa — um dando a concessão, o outro acceitando-a — organisaram uma

empreza que seis annos mais tarde passa a ser a ruina do Thesouro?...

* * *

Eu nem sei o que é mais doloroso: — se ter de pagar 2:000 contos, se mostrar semelhantes chagas aos olhos dos delegados suissos que vão ser escolhidos para a arbitragem.

Esta roupa suja, melhor fôra laval-a em familia.

Assim como eu tenho por acaso nas minhas mãos um *prospectus* de Lourenço Marques, desde 1884, assim muitos d'estes documentos hão de chegar ás mãos dos arbitros suissos. Que descredito para o nome portuguez!

Fomos nós que fizemos o negocio; fomos nós que demos a concessão; fomos nós que organisamos a companhia... E somos nós que não soubemos ou não quizemos defender os interesses de Portugal, que vamos protestar contra os actos da companhia, procurando negar-lhe a indemnisação que ella pede!

Qualquer gabinete podia, de cabeça levantada, sollicitar uma semelhante arbitragem.

Mas quem não tem auctoridade para o fazer é este gabinete regenerador, cujo presidente do conselho é um director-fundador do *Lourenço Marques railway*.

Esta questão de Lourenço Marques póde ser mais grave do que os senhores imaginam: — póde ser uma segunda questão Wilson!

Ha banqueiros tanto em Londres, como em Paris, que affirmam terem papeis compromettedores para muitos politicos portuguezes, — papeis encontrados nas carteiras do fallecido Mac-Murdo. N'esses papeis se vêem nomes, tendo ao lado o numero

de libras sterlinas por que se pagaram as boas graças de tal e tal figurão.

Seria para Portugal uma grande vergonha, se taes papeis viessem ao publico, se taes revelações e miserias se chegassem a imprimir.

Mas se por um lado era vergonha, era por outro lado um bem... Nós precisamos que rebente um grande escandalo, para abrir os olhos do publico,— e para ficarmos conhecendo os *cynicos de face austera* a que ha um anno alludiram as *Novidades*.

* * *

Talvez que a arbitragem de Lourenço Marques seja a bomba que ha de fazer ir pelos ares muito politico sertanejo.

Ha quem affirme que só d'uma vez se gastaram 3:000 libras para calar certas bôcas e comprar certas consciencias...

Será verdade? será uma calumnia ingleza?...

Não me parece que o inglez seja homem para argumentar com palavriados. Se effectivamente comprou consciencias, essas verbas hão de figurar no seu livro Caixa, tendo indicado o numero de libras por que comprou cada uma d'ellas...

Que magnificos documentos humanos, para um romance da decadencia!

—Quanto vale a consciencia de X...?

—Vale 50 libras.

—E a consciencia de Z...?

—Vale doze vintens!...

Que esplendida comedia! Que profunda vergonha!...

Mariano Pina.

Numero 14] [2 d'agosto de 1890

O ESPECTRO

CASTIGO SEMANAL DA POLITICA

Mais vale rir, do que lagrimas chorar; porque o riso é proprio do homem.

RABELAIS.

Ora imaginem que ha mais de dez annos que os deuses me não haviam apropinquado a extraordinaria ventura e a suprema delicia, de assistir a uma representação do que para ahi chamam—a representação nacional.

Mas quiz a divina Providencia que eu este anno viesse a Lisboa, quando ainda aberto o seio da sobredita representação. E apenas salvo das garras aduaneiras e dos galfarros alfandegarios com que o Estado recebe todo o viandante que ousa entrar em Lisboa pelo caes das columnas,—o meu primeiro grito patriotico foi o seguinte:

—Cocheiro! Bate para a camara!...

—Para qual, patrão?

—Para aquella onde os sergios fraternisam com os paçôs, e onde os vieiras se abraçam a pimenteis demasiadamente e clandestinamente albertos...

—Mas onde fica isso?...

—Tu chamas *isso*, ao seio da representação nacional, ao sagrado e augusto armazem por grosso e a retalho das nossas liberdades e da nossa eloquencia? Pois atreves-te a chamar *isso*, ao templo onde todas as tardes se suppõe que 150 sacerdotes de sobrecasaca e luva preta, sem fallar nos matacões e guedelhas adjacentes, celebram o *Te-Deum* do patriotismo e os sacrificios dos impostos, do addicional, dos tabacos e das colonias?... Bate para S. Bento!

E minutos depois entrava eu por esse seio dentro...

*
* *

E ainda ha quem diga, que em Lisboa não ha divertimentos!

Quando entrei n'uma d'essas galerias, da qual é licito e facultativo escutar, absorver e admirar o verbo inspirado dos nossos representantes; quando entrei, pé ante pé, muito de mansinho, como se entra n'uma egreja onde se reza em voz baixa, ou se entra no quarto d'um doente; quando entrei na galeria—uma voz divina subiu até meus ouvidos, voz que dizia claramente assim:

—«Senhor presidente! Aqui o digo á camara e ao meu paiz: é preciso que esse caminho de ferro se faça, pois que...»

Avancei mais um passo; e estendi cautelosa-

mente o pescoço, como quem do alto d'uma torre, tem medo de olhar para baixo, por causa das vertigens... Imaginem que cahia lá para dentro! Se não ficava sergio, ficava pelo menos castro para o resto da minha vida... Antes coxo, careca, ou maneta.

E quando olhei e investiguei o que diante de meus olhos se impunha, quem imagïnam que eu vi, de pé, esguio e esguedelhado, amarello e transparente, parecendo fabricado de cêra e trapo, fazendo gestos como qualquer de nós, fallando como se fosse vivo, movendo-se como se fosse de carne e osso?...

O nosso querido, o nosso adorado, o nosso genial Alberto Pimentel! Aquelle a quem a dictadura fez cabo geral perpetuo da censura dramatica! Aquelle que ha annos nos deu a desopilante noticia de que a Extremadura hespanhola estava sendo devastada por uma invasão de lagostas! Aquella mariposa de bigode e suissas pardas, que é capaz de saltitar por todos os assumptos; que em vinte e quatro horas nos escreve vinte e quatro volumes, tratando de vinte e quatro questões differentes, desde a interpretação da philosophia buddhica, os canaes e os habitantes do planeta Marte, a philosophia de Kant e de Hegel, as civilisações do Oriente, a historia de Chilperic, a musica de Beethoven, a esculptura de Miguel Angelo, a pintura de Rembrandt,—até... até... até ao modo de escrever esses vinte e quatro volumes, sem ser preciso ter uma idéa, uma opinião, ou mesmo uma phrase propria...

Eu tive a dita, apenas cheguei a Lisboa, de ver e de ouvir o nosso illustre Alberto:—Alberto, segundo uns; Pimentel, segundo outros!

Porque ha criticos, que sustentam que Alberto deve ser apenas Alberto; e ha outros que entendem, apoiados em toneladas da mais solida argumentação, que é preciso que tambem seja Pimentel, para que só Alberto seja grande, e Sergio o seu propheta...

* * *

Eu vi Alberto de pé, de frack e de mau parecer, por detraz do sr. Julio de Vilhena. Alberto estava defendendo o caminho de ferro de Mossamedes!

Todos sabem que Alberto é de si loquente... Mas o que decerto não sabem é que Alberto é eloquente por dois, por cem, por mil,—quando no seu discurso ha *rails*, wagons e locomotivas... É outro o nosso Alberto!

O sr. Pinheiro Chagas é grande e magestoso, quando na roleta da oratoria lhe sae como ponto—«aquella bandeira das quinas que...»

Mas Alberto é positivamente sobrenatural, apesar das suissas pardas, quando o seu discurso se inspira no silvo da locomotiva e no cheiro do carvão de pedra...

O que elle diz é assombroso! Os seus argumentos são inabalaveis, como o silencio diplomatico e canecense do sr. Hintze Ribeiro; e a sua eloquencia tem d'estas faiscações, irisações e scintillações que cegam um homem, caso não vá com oculos azues para a camara!

—«Senhor presidente! É preciso que este caminho de ferro se faça, porque nós somos os filhos do seculo em que se furou o monte Cenis, para dar

passagem ao comboio; do seculo em que o grande Lesseps furou o isthmo de Suez para dar passagem ao paquete que segue caminho das Indias, que até Adamastor chorou de magua ao ver semelhante coisa; porque, sr. presidente, estamos n'este seculo em que nada ha que se não transforme, que até o proprio morador de Lisboa vê com surpreza o elevador da calçada da Gloria!...»

Vozes:—*Apoiado! apoiado!*

* * *

N'este momento, fallando do elevador da calçada da Gloria, a proposito do caminho de ferro de Mossamedes, Alberto, o *pimentel*, era positivamente monumental! O proprio sr. Julio de Vilhena, em nome do governo, não poude resistir á tentação— e voltou-se... para o contemplar!

O argumento era decisivo. Desde o momento que a calçada da Gloria tinha um elevador, quem ousaria negar a sua approvação ao caminho de ferro de Mossamedes?...

Mas Alberto continuava de pé, amarello de eloquencia, resolvido a disparar mais alguns argumentos... Era preciso confundir os incredulos. E retomando o fio do discurso, Alberto declarou á camara que tambem se não devia contar com o commercio do marfim—«porque o elephante tende a desapparecer do interior d'Africa...»

*
* *

O' ministerio regenerador! O' governo presidido pelo sr. Serpa, mas guiado e mandado pelo sr. Lopo Vaz! Só agora posso fazer inteira justiça á tua dictadura — porque sem dictadura, ninguem jámais ouviria um Pimentel, de cabo a rabo!

Eu te saúdo, ó ministerio regenerador! Salvè, Dictadura, que te fizeste Dictadura por obra e graça de Lopo-Vaz, Lopo-Sampaio, Lopo-e-Mello, Lopo-Vaz-Sampaio-e-Mello! — para de teu ventre abençoado sair a onda de pimenteis e outros sergios que são lustre e gloria d'esse parlamento, d'essa feira da ladra — da ladra politica do nosso querido e abençoado paiz!

*
* *

Eu ouvi Pimentel — e n'esse momento Pimentel estava sendo o porta-voz do governo — horas depois de ter desembarcado de bordo de um vapor que me trazia de Bordeus.

E — mysterio insondavel da natura! — o discurso de Pimentel foi para mim mais terrivel que a agitada travessia do golfo de Gasconha... O mar revolto, os balanços desencontrados do vapor, o cheiro fartulento da cosinha de bordo, combinado com o cheiro das machinas, — provocou-me um enjôo de vinte e quatro horas.

Mas Pimentel é mais alteroso que o vasto ocea-

no, e a sua eloquencia dá mais balanço do que um navio das *Messageries Maritimes*...

E o enjôo por causa do Pimentel, ainda hoje me dura! E sinto que vou ficar enjoado por muito tempo, emquanto de novo Pimentel não pedir a palavra para me desenjoar de vez...

Porque discurso de Pimentel só se cura com discurso do mesmo Pimentel!

*
* *

Esta sessão da camara, que attento o calor de julho bem se lhe póde chamar camara ardente—a camara ardente do ministerio regenerador;—esta sessão da camara deu-me a medida da decadencia e da insignificancia do nosso parlamentarismo...

Pois quê! Um ministerio em dictadura, fazendo eleições á força de dezenas de contos de reis, para comprar ou esmagar o voto livre, não será capaz de arranjar cousa superior a tão mediocre e ridicula maioria?... Pois será possivel que em Portugal se não encontrem cem homens de cabeça limpa, com uma oratoria soffrivelmente ensaboada, mesmo exhalando uma pontinha de perfume, para honrarem a camara e não serem o escarneo e o ridiculo do nosso paiz?...

Francamente que formava melhor opinião do sr. Lopo Vaz,—o senhor e patrão do brigue *Regenerador!*

Politicamente, não posso vêr o sr. Lopo Vaz, porque logo me lembro do seu codigo penal que é um insulto á liberdade de consciencia, e do seu ul-

timo discurso na camara dos pares contra a instituição do jury,—o que é um insulto a todos os principios de egualdade e de liberdade que nós herdamos da Revolução franceza.

Mas á força de me affirmarem que o sr. Lopo—áparte os seus defeitos autoritarios—era um homem superior, cheguei a admittir que talvez fosse superior...

Agora não! Agora vejo que não póde ser superior, quem escolhe creaturas tão inferiores para constituirem a maioria.

* * *

Mesmo quando todos saibamos que o parlamentarismo portuguez é uma ficção—nem por isso essa ficção póde deixar de ser apresentavel.

Todos os parlamentos do mundo teem uma tribuna chamada—do corpo diplomatico. Para essa tribuna vão os representantes dos Estados; e é d'alli que elles estudam e observam o estado dos espiritos, as correntes de opinião politica, e o grau de bom senso, de illustração e de moral em que se acha cada paiz. O resultado d'estas observações constitue as informações particulares sobre cada paiz, que os ministros e embaixadores estrangeiros enviam aos seus respectivos governos.

Pergunto:

—Quando uma maioria parlamentar conta como principal ornamento o sr. Alberto Pimentel, e quando sobre este orador se afere do estado mental dos outros deputados, que poderá dizer de nós para o

seu governo o ministro d'Inglaterra, o ministro de França ou o ministro de Hespanha?...

Pergunto:

—Quando um governo se declara em dictadura, arranja a maioria parlamentar nas arcadas do Terreiro do Paço, gasta dezenas de contos em compra de votos e viola todas as manhãs a constituição, e tudo isto para nos mostrar uma *troupe* de nullidades nas cadeiras de S. Bento,—que juizo quer que façam d'esse governo os ministros acreditados em Lisboa, e como quer esse governo merecer a consideração dos governos estrangeiros?...

*
* *

Eu não sou diplomata, nem para Hintze caminho; mas com o bocadinho de entendimento que Deus me deu e com a impressão que me deixou esta camara,—comprehendo agora a razão do nosso descredito no estrangeiro.

É-nos mais fatal um tal governo desunido e dividido por mil ambições mais ou menos canecenses, e uma tal camara sem elevação, sem idéas, poeirenta, suada, desgrenhada, de unhas sujas e barba por fazer,—do que todos os portadores de titulos de D. Miguel e outros makololos parisienses e londrinos.

Com um ministerio, onde quem manda é o sr. Lopo Vaz, onde quem queria mandar era o sr. Hintze, onde quem nunca mandou foi o sr. Serpa; e com uma camara onde os projectos coloniaes do governo são defendidos por sergios, pimenteis e

outros paços-vieiras da situação, — que consideração póderemos nós merecer á Europa, que consideração poderemos nós merecer á Inglaterra e á França?

Respondem a isto certos scepticos do *Gremio* e outros Lumbraes da *Havaneza*, que é exaggero nosso, pois que a nossa lingua não é conhecida lá fóra.

Os septicos fallam assim, porque são supinamente e suinamente ignorantes. Basta pegar nos annuarios de politica externa que se publicam em inglez, francez e allemão, para ver o que se diz da nossa politica interna.

Basta pensar um instante que os jornaes inglezes, francezes e allemães, como o *Daily News*, o *Temps* e a *Gazeta de Colonia*, teem aqui em Lisboa correspondentes seus, fallando o portuguez como qualquer de nós, e sabendo de mais segredos e mysterios da capital do que qualquer folliculario indigena.

Elles sabem tudo quanto aqui se passa; o que se diz, o que se faz, e o que se projecta.

Só o sr. Franco Castello Branco nada sabe ácerca do nosso descredito no estrangeiro!

Só o sr. Hintze não sabe o meio de evitar que nas esquinas de Paris se não enlameie o nome portuguez!

Entre as noticias comicas que n'este momento circulam nas chamadas «regiões officiaes», a proposito das consequencias que podem resultar para o

governo da letra do tratado anglo-portuguez, — a que mais me deixa profundamente banzado é a da ida para Paris do sr. Hintze Ribeiro, na qualidade de ministro de Portugal junto do governo da Republica franceza!

Esta sobrecasaca de ferro que está hoje dando leis na chancellaria do Calhariz, emquanto os acasos da politica de novo o não arremessam para as solidões de Caneças; esta sobrecasaca de ferro, se assim me é permittido exprimir fallando d'um ministro dos estrangeiros que tem muito mais sobrecasaca do que tem diplomacia; esta sobrecasaca, digo, certa das duras condições coloniaes que a Inglaterra estipula no tratado, certa da indignação que esse tratado ha de levantar em todo o paiz, tenciona fugir aos assobios e á pateada do povo portuguez, escondendo-se na nossa legação de Paris — o que profundamente irrita o sr. Pinheiro Chagas, que ha muito alli deseja encontrar aposentadoria.

O sr. Hintze Ribeiro, pelo que se está passando, parece que aceitou o papel de *bode expiatorio*, com a condição expressa de ser largamente compensado pelo sacrificio.

Sabe que o tratado anglo-portuguez ha de ser desgraçadissimo e vergonhosissimo para nós.

Sabe que lord Salisbury nos ha de tratar com um d'estes desprezos que só se podem pagar a tiro.

Sabe que o povo portuguez não ha de admittir, sem grande protesto, esse tratado que a maioria ha de votar para vergonha nossa.

E sabe que tem fatalmente de dar a sua demissão, por se tornar incompativel com o sentimento nacional.

Ora no dia em que o sr. Hintze dér a sua demis-

são, o governo, em paga d'este sacrificio da sua incommensuravel vaidade, em paga do desgosto que tem o sr. Hintze de nunca poder vir a ser chefe do partido regenerador, — o governo nomeal-o-ha ministro de Portugal em Paris!

Para esse fim será aposentado o sr. marquez de Penafiel, nosso ministro em Berlim; e passará para Berlim o sr. Dantas, nosso ministro em França.

* * *

E é assim que se dá cabo da nossa diplomacia, e do nosso prestigio no estrangeiro...

N'um paiz em que os bons diplomatas são tão raros como os poços de petroleo ou as minas de diamantes; quando precisamos da intelligencia, do bom senso e do patriotismo do nosso actual ministro em Paris para, no mais curto espaço de tempo, podermos destruir a triste impressão causada pela operação financeira de que foi Espirito Santo o sr. Franco Castello Branco; quando precisamos de todos os esforços da nossa diplomacia para sahirmos da triste situação em que nos collocou o desgraçado emprestimo de 9:000 contos, — sacrificar o sr. Dantas á vaidade e ás conveniencias do sr. Hintze Ribeiro, havemos de concordar que é triste, senão revoltante!

Mandar sahir do seu logar um ministro que possue excellentes relações na alta sociedade franceza; um ministro que conhece admiravelmente a vida politica, social e economica da França e da Inglaterra; um ministro que é o unico diplomata portu-

guez que póde resolver qualquer delicado assumpto junto do governo da Republica; e mandal-o para Berlim, onde Portugal nada tem que fazer, para ir occupar o seu logar o sr. Hintze Ribeiro que, de toda a Europa, o que melhor conhece é Caneças ou o largo do Calhariz,—é soberanamente comico e tambem profundamente desconsolador.

*
* *

Ora digam-me com toda a franqueza, os zabumbas da regeneração:

—Que idéa fará de nós o governo francez, quando vir que sacrificámos um illustre diplomata ao sr. Hintze Ribeiro, feito nosso ministro em Paris, em paga do desgraçado tratado colonial que a Inglaterra nos ha de impôr e o sr. Hintze ha de fazer votar em côrtes?...

Será isto porventura sério e correcto?... Então nós que precisamos recuperar o nosso credito e o nosso prestigio em França, havemos de mandar para alli o homem que ha de saír mais desprestigiado do governo, não só á face do paiz, mas á face de toda a diplomacia europêa?...

Estamos doidos, está doido o governo, ou está o governo empenhado em fazer do nosso paiz o ridiculo da Europa?...

*
* *

Hoje em dia, graças á dictadura, graças ao sr. Hintze e ás suas negociações com a Inglaterra, graças ao sr. Franco e ao seu desastrado emprestimo, graças a todos os erros praticados por este governo,—nós merecemos á Inglaterra, á França, á Allemanha, á Italia, tanta ou menor consideração do que lhes merece a Servia ou a Bulgaria.

O nosso governo—pelos seus disparates—merece tanta confiança no estrangeiro como o governo da regencia na Servia, ou como o governo do principe Fernando da Bulgaria. Se não temos no ministerio um Stambouloff para inventar um qualquer Panitza dos Santos, e mandal-o enforcar no largo do Pelourinho, como mineiro do throno e do altar—é porque o portuguez, mesmo quando é dictador, nunca perde as suas qualidades bonacheironas.

As nossas vinganças politicas nunca vão além de trez mezes de Limoeiro, ou dos rigores d'uma transferencia de Mangualde para Villa Nova de Portimão. O que não impede que saibamos fazer asneiras de primeira ordem, como poucos paizes fazem, e que são causa do nosso descredito em toda a Europa.

*
* *

Os nossos politicos andam actualmente com a monomania do disparate.

Concedo-lhes todos os disparates, mas de por-

tas a dentro, cada qual fazendo disparates em sua casa, com sua mulher e seus filhos.

Mas evitem os disparates e as tropelias á face da Europa!

Se o sr. Hintze tem de sahir do ministerio, — nomeiem-n'o gran-cruz de todas as ordens; façam votar no parlamento uma boa somma para se lhe erigir uma estatua na Avenida, fazendo vis-à-vis á estatua de Fontes; proclamem-n'o rei de Moçambique ou imperador de Caneças; votem-lhe nas camaras uma pensão annual de cem contos; — mas deixem o nosso ministro em Paris continuar a sua obra do levantamento do credito nacional, e não façam da legação de Paris o asylo dos invalidos de S. Bento!

Dêmos cabo de nós mesmos; suicidemo-nos á nossa vontade, se para ahi está voltado o espirito publico — o que me merece certas duvidas.

Mas, por Deus! — não convidem a Europa a assistir ao espectaculo nada edificante das nossas miserias, das vaidades balôfas e das intrigas da politica sertaneja...

Um bocadinho de pudor não fica nada mal — mesmo em plena decadencia!

Mariano Pina.